



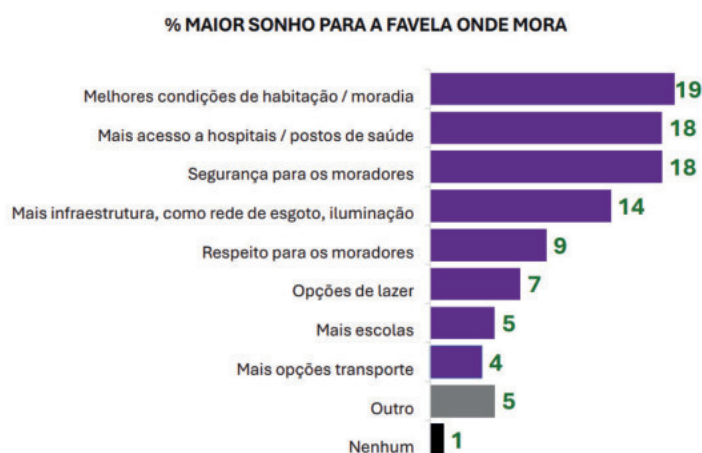
Quanto às políticas de geração de emprego, a percepção é de que, embora existam iniciativas consideradas adequadas, ainda persistem barreiras sociais e estruturais que dificultam sua plena efetividade. Nesse contexto, a ausência de perspectivas de mobilidade social favorece a atração de parte da população para atividades ilícitas, vistas como alternativas imediatas de renda diante das limitações impostas pelo território.

Importa destacar que os entrevistados, embora convivam com a realidade descrita e tenham acesso direto a esses territórios, não são moradores da localidade, o que confere às análises um olhar próximo, mas externo.

Outra abordagem, esta com foco em moradores, foi a pesquisa conduzida pelo Data Favela em parceria com a CUFA, considerada a maior escuta já realizada nas favelas brasileiras. Embora não traga o recorte específico para as comunidades analisadas neste relatório, oferece pistas relevantes sobre tendências gerais. O levantamento envolveu 16.521 entrevistas presenciais com moradores a partir de 18 anos, em todas as regiões do país, entre 3 e 6 de julho de 2025. A coleta de dados contou com cerca de 1.000 voluntários treinados, assegurando capilaridade e sensibilidade cultural, e os resultados foram ponderados por unidade da federação e sexo, conforme parâmetros do Censo IBGE 2022, garantindo representatividade estatística nacional, com margem de erro de apenas 0,8 ponto percentual.

Entre os principais achados, destaca-se que o maior sonho dos moradores de favelas está centrado em melhorias na habitação e moradia, seguido por maior acesso a hospitais e postos de saúde e segurança para a comunidade. Também aparecem com força as demandas por infraestrutura básica (rede de esgoto e iluminação pública), respeito para os moradores, além de mais opções de lazer e escolas.

E O PAÍS CHAMADO FAVELA SONHA, SOBRETUDO, COM ACESSO A CONDIÇÕES DIGNAS DE VIDA





Portanto, a escolha da Muzema, Gardênia Azul e de Rio das Pedras como territórios prioritários para reocupação estatal não se justifica apenas pelos altos índices de criminalidade ou pela atuação de grupos armados, mas pela combinação de vulnerabilidade social, valor estratégico e potencial transformador da intervenção. Trata-se de um território onde o Estado pode, com planejamento, continuidade e diálogo, afirmar sua presença de forma legítima e duradoura.

Diagnóstico Territorial: Ausência de Investimentos Públicos e Oportunidade de Requalificação

A análise preliminar do território da Muzema e Rio das Pedras bem como da Gardênia Azul revela um quadro preocupante de negligência histórica em termos de planejamento urbano, investimentos públicos e políticas estruturantes. Essa constatação é corroborada por dados extraídos do portal do PactoRJ¹⁰, que reúne informações sobre os principais projetos e ações do Governo do Estado no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Ao consultar o painel de investimentos por região, observa-se que a área correspondente à Muzema, Rio das Pedras e Gardênia Azul não apresenta registros de ações previstas, em andamento ou concluídas no escopo do PactoRJ. Na área ao redor, consta apenas uma ação na Cidade de Deus referente à habitação. Essa ausência de iniciativas públicas explícitas nas localidades analisadas reforça o cenário de invisibilidade institucional enfrentado por esses territórios, mesmo diante da complexidade urbana, social e ambiental que as caracteriza.

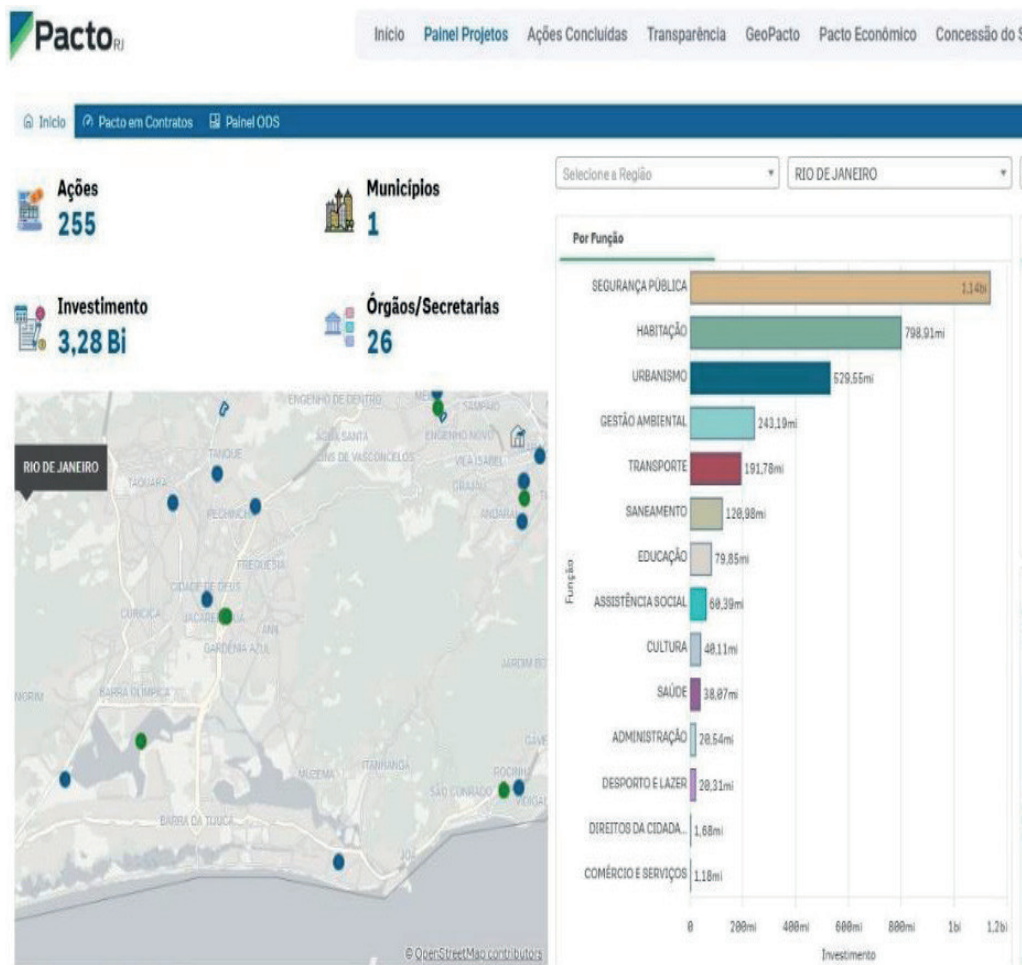
Essa lacuna representa, por outro lado, uma oportunidade estratégica. A implementação de uma medida de reocupação e requalificação territorial, como proposta neste estudo de viabilidade, pode funcionar como catalisadora de um novo ciclo de investimentos e políticas públicas para a região. Ao ser incorporada ao planejamento urbano oficial, Muzema, Gardênia Azul e Rio das Pedras deixam de ser tratadas como territórios informais à margem do Estado e passam a figurar como áreas prioritárias para ação pública integrada, seja na regularização fundiária, na ampliação da infraestrutura urbana, na proteção socioambiental ou na oferta de equipamentos e serviços públicos.

Portanto, a ausência de investimentos registrados no PactoRJ não apenas evidencia a necessidade urgente de atenção estatal, mas também reforça a pertinência da escolha dessas localidades como objeto da medida prevista na ADPF 635. Mais do que uma ação pontual, trata-se de uma oportunidade concreta de transformação territorial orientada por princípios de justiça social, direito à cidade e promoção da equidade urbana.

¹⁰ Disponível em: <https://www.pacto.rj.gov.br/>



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública



Fonte: [PactoRJ](#) | [Painel Temático](#)

Escolas e hospitais

A análise georreferenciada da região da Muzema, Gardênia Azul e Rio das Pedras evidencia a presença de uma rede significativa de equipamentos urbanos voltados à educação e saúde. Foram identificadas diversas escolas municipais (vermelho) e estaduais (azuis) distribuídas estrategicamente no território, especialmente concentradas nas áreas mais densamente povoadas, além de unidades escolares privadas (amarelo), que complementam a oferta de ensino e ampliam o acesso à educação para diferentes faixas socioeconômicas. Essa infraestrutura educacional representa um elemento central para a reocupação planejada, pois favorece a permanência das famílias e contribui para a coesão social, ao mesmo tempo em que demanda ações integradas de segurança, mobilidade e ordenamento urbano para garantir seu pleno funcionamento.



Fonte: ISPGeo – escolas

No campo da saúde, observa-se a localização de unidades de atendimento próximas aos principais eixos viários e às áreas residenciais, o que potencializa a cobertura assistencial e a resposta a emergências. A proximidade entre escolas, equipamentos de saúde e áreas residenciais permite pensar a reocupação territorial de forma a aproveitar a infraestrutura existente, reduzindo custos de implantação e ampliando a eficiência dos serviços públicos. Contudo, para que essa rede possa operar de maneira segura e integrada, será necessário contemplar no planejamento medidas de proteção territorial, reforço da presença estatal e requalificação urbana, de modo a consolidar a ocupação ordenada e sustentável da região.



Fonte: ISPGeo - Hospitais

Inteligência de Segurança Pública

Dados da Polícia Civil indicam que existem 1.700 localidades no Rio de Janeiro sob domínio de organizações criminosas. O Comando Vermelho exerce controle em mais de mil regiões, expandindo agressivamente seu território, especialmente na Zona Oeste. As milícias, embora controlando maior extensão territorial (57,5% da cidade), enfrentam pressão crescente das facções do tráfico.¹¹

¹¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-policia-relata-expansao-do-crime-organizado-apos-stf-restringir-acoes-em-favelas/>



Análise Técnica do Território

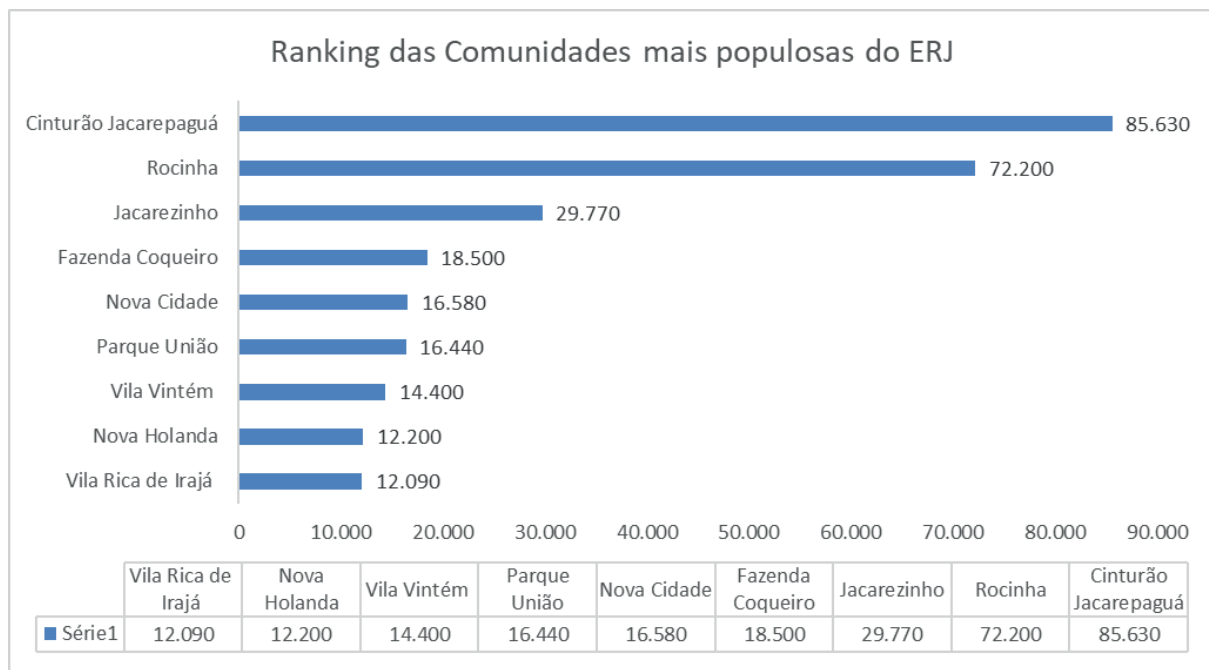
As duas favelas¹² Muzema e Rio das Pedras, estão entre as 10 mais populosas do Estado do Rio de Janeiro e, juntas, correspondem a aproximadamente 75 mil habitantes. No que se refere à realidade brasileira, Rio das Pedras se configura na 5ª maior favela do Brasil, segundo Relatório do Data Favela. Cabe salientar que, pela geografia do seu território, apresentam potencial para expansão e unificação, uma vez que estão localizadas em áreas contíguas, diferente da Rocinha, que está em primeiro lugar, mas apresenta mais restrições físicas para o seu avanço.

Por ser oficialmente reconhecida como bairro, a Gardênia Azul não aparece entre as dez favelas mais populosas do Rio de Janeiro. Ainda assim, reúne cerca de 17 mil habitantes distribuídos em mais de seis mil domicílios, ocupando uma área de aproximadamente 124 hectares. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) registrado em 2000 (última vez em que a análise foi feita para os bairros cariocas) foi de 0,768, o que a posicionou na 106ª colocação entre 126 regiões avaliadas, evidenciando desigualdades em relação a bairros vizinhos mais consolidados. Caso fosse classificada como comunidade, sua população a colocaria acima da Muzema, figurando como a quinta mais populosa da cidade.

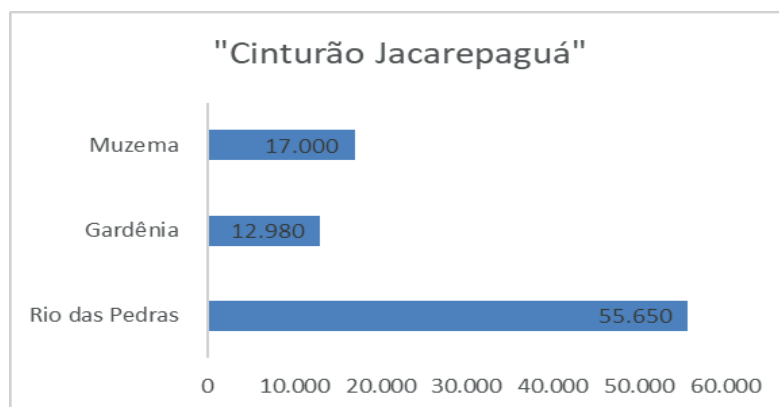
O território também abriga outras ocupações, como a Vila Nova Esperança, surgida no início da década de 1990, que reforça o caráter de expansão popular da região. Apesar de sua localização estratégica impulsionar processos de valorização imobiliária, a Gardênia Azul ainda convive com os efeitos do crescimento desordenado, da pressão especulativa e dos estigmas sociais historicamente associados ao bairro. Ao mesmo tempo, preserva elementos de grande relevância histórica e cultural, como a Casa-Grande da Fazenda do Engenho D'Água, tombada pelo IPHAN, além de uma identidade comunitária marcada por mais de sete décadas de resistência e de luta por melhores condições de vida.

Neste contexto, a análise demográfica de parte do chamado “Cinturão de Jacarepaguá” que abrange as localidades de Rio das Pedras, Muzema e Gardênia Azul revela um contingente populacional que supera o número de habitantes da Rocinha, até então considerada a maior favela do Brasil. Esse dado evidencia a dimensão e o alcance potencial de qualquer medida de política pública implementada na região, reforçando a importância estratégica deste território nas ações voltadas à urbanização, segurança e inclusão social.

¹² Nos censos de 1950 e 1960, eram descritas como “Favelas”. Em 1970, a nomenclatura foi alterada para “Aglomerados Urbanos Excepcionais”, abrangendo outras ocupações precárias como mocambos, alagados e grotas. Em 1991, passaram a ser chamadas de “Aglomerados Subnormais (Favelas e Similares)”, e no Censo de 2010, o termo foi simplificado para “Aglomerados Subnormais”. Finalmente, em 2022, a classificação foi revisada para “Favelas e Comunidades Urbanas” (IBGE, 2024). Fonte: Panorama das Favelas - CEPERJ.



Fonte: Censo IBGE/2022.



Fonte: elaboração própria.

É importante esclarecer que qualquer ação policial, especialmente em áreas marcadas por disputas territoriais, representa um risco potencial tanto para os agentes de segurança quanto para a população civil. Esse risco é inerente ao contexto de confrontos armados e da presença de grupos criminosos organizados. Esse entendimento reforça a necessidade de estratégias de planejamento, prevenção e mitigação de impactos que priorizem a proteção da vida e a redução de danos durante as intervenções.

A comunidade da Muzema, com aproximadamente 15 mil habitantes, é um território relativamente compacto em comparação a outros sob domínio de criminosos. A área passou recentemente por uma mudança no controle, agora sob domínio do Comando Vermelho, após disputa com grupos milicianos. A organização criminosa encontra-se em



processo de consolidação territorial, com disponibilidade de armamento em níveis intermediários, incluindo fuzis e pistolas. Entre os fatores que contribuem para a mitigação de um possível risco, destacam-se a resistência limitada, uma vez que o grupo ainda se reorganiza após “a conquista”, o apoio popular reduzido devido à ausência de vínculos históricos com a população local, as rotas de fuga limitadas pelo tamanho restrito do território e a infraestrutura defensiva básica, caracterizada por barricadas eventuais sem um sistema de defesa elaborado.

Já Rio das Pedras, com cerca de 60 mil habitantes, sendo a segunda maior favela do Estado em população, configura-se como um território de controle historicamente estruturado pela milícia mais poderosa do país, reconhecida como seu berço no Rio de Janeiro. Trata-se de uma organização consolidada há décadas, com um sistema econômico diversificado que inclui exploração imobiliária, extorsão e oferta de serviços que geram altos lucros ao crime organizado. Apesar de seu poder, a milícia apresenta um padrão de atuação previsível, com estrutura hierárquica conhecida e mapeada pelas autoridades de segurança pública. Seu foco prioritário em atividades econômicas tende a reduzir a resistência armada em ações de retomada, ainda mais diante da pressão exercida pelo Comando Vermelho, que já avança sobre o território¹³.

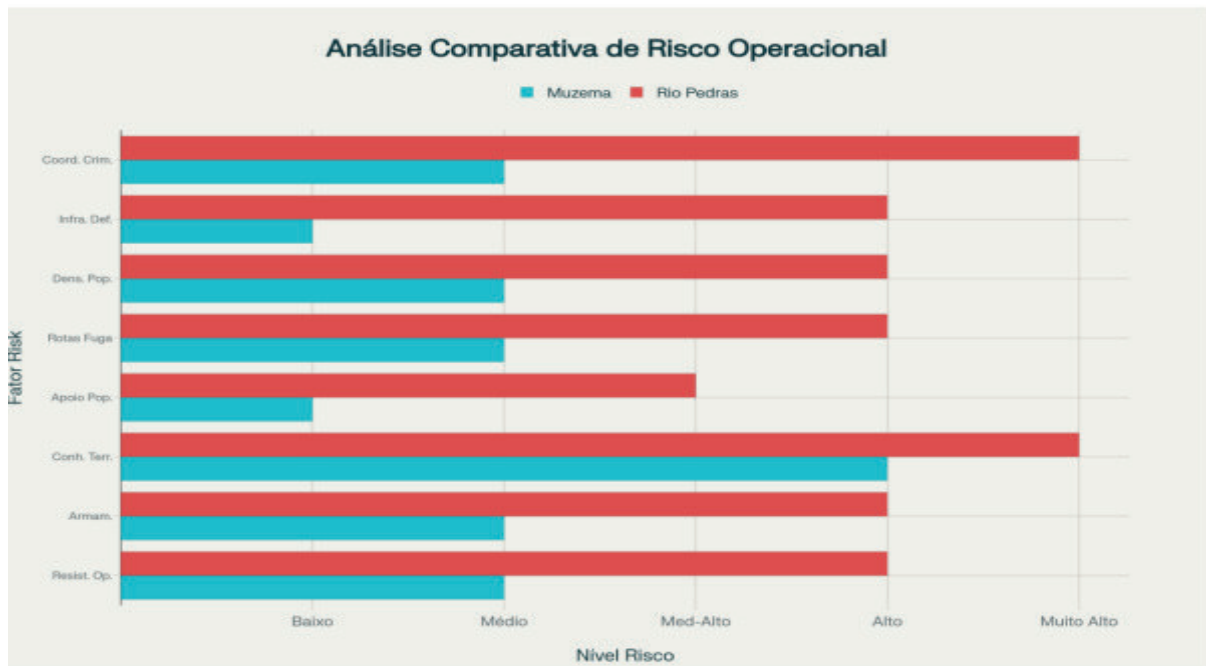
Recentemente, a Muzema tem sido palco de uma intensa disputa territorial entre a milícia e o Comando Vermelho. Relatos indicam que o CV tem tentado expandir seu domínio sobre a comunidade, expulsando moradores e impondo suas próprias regras, como a cobrança de “condomínio” e a exigência de comprovação de propriedade de imóveis, sob pena de perda da moradia. Essa expansão do tráfico na Zona Oeste do Rio de Janeiro é um fenômeno preocupante, que tem sido observado em diversas outras comunidades, e é, em parte, atribuída à restrição de ações policiais em favelas, conforme apontado em diversos relatórios de inteligência que tramitam por meio do canal técnico no sistema de inteligência estadual.

A análise de inteligência indica que a Muzema, atualmente sob domínio do Comando Vermelho, apresenta médio risco operacional para ações de retomada territorial. A facção foi recentemente instalada na comunidade, sem raízes históricas profundas e com lideranças ainda não plenamente consolidadas. Além disso, os conflitos internos decorrentes da disputa com milicianos reduziram sua capacidade de resistência. Em Rio das Pedras, por sua vez, a estrutura miliciana é amplamente conhecida e mapeada por anos de investigação, com registros de prisões recentes de lideranças relevantes. O foco prioritário desse grupo em atividades econômicas tende a resultar em menor enfrentamento armado frente a intervenções estatais.

¹³ Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/policia/comando-vermelho-avanca-em-esta-dos-apos-pcc-focar-em-trafico-internacional-avaliam-especialistas.html>



Gráfico comparativo dos níveis de risco operacional entre as regiões da Muzema e de Rio das Pedras



Fonte: Relatório de Inteligência SESP

Os dados de confrontos corroboram esse cenário. Na Muzema, os embates são esporádicos e costumam ter desfecho rápido, enquanto em Rio das Pedras a resistência é mais organizada, mas direcionada à proteção de interesses econômicos. Infere-se da percepção social ainda que a população de ambas as localidades não mantém vínculos afetivos significativos com as organizações criminosas em atuação. Na Muzema, predomina a neutralidade decorrente da recente troca de controle, enquanto em Rio das Pedras há crescente insatisfação popular em função das taxas abusivas impostas pela milícia. Esse conjunto de fatores contribui para reduzir a probabilidade de resistência prolongada em ações de reocupação planejada.



Ambiental - Mecanismos de Risco Geotécnico e Ocupação Irregular

A análise técnica do território evidencia que tanto a Muzema quanto Rio das Pedras foram palco de graves incidentes estruturais que revelam um padrão de vulnerabilidade geotécnica intensificada pela ocupação irregular. O Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB¹⁴ permitiu identificar riscos ambientais no território, conforme demonstrado a seguir:

Suscetibilidade a inundações nas áreas de Gardênia Azul, Rio das Pedras e Muzema

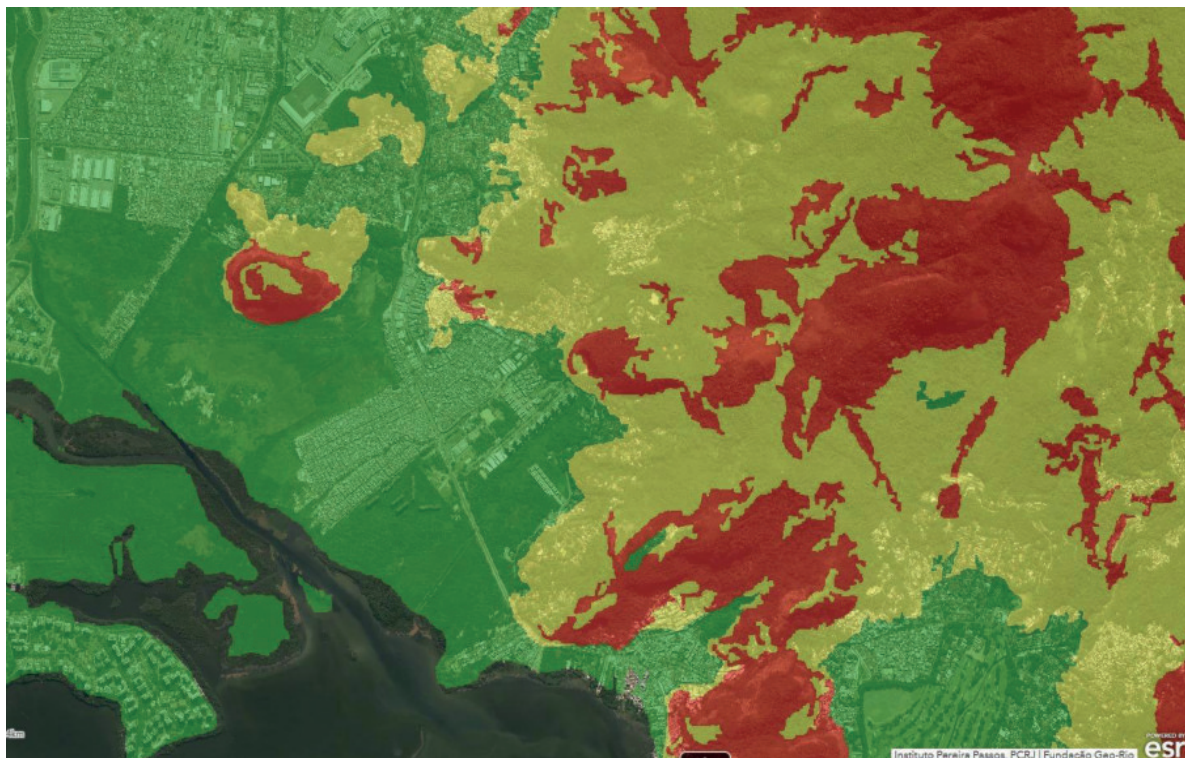


¹⁴ Disponível em: <https://siurb.rio/poambiebrtal/apps/webappviewer/index.html?id=c412d4b-1d88842628b7fecdb6089e228>

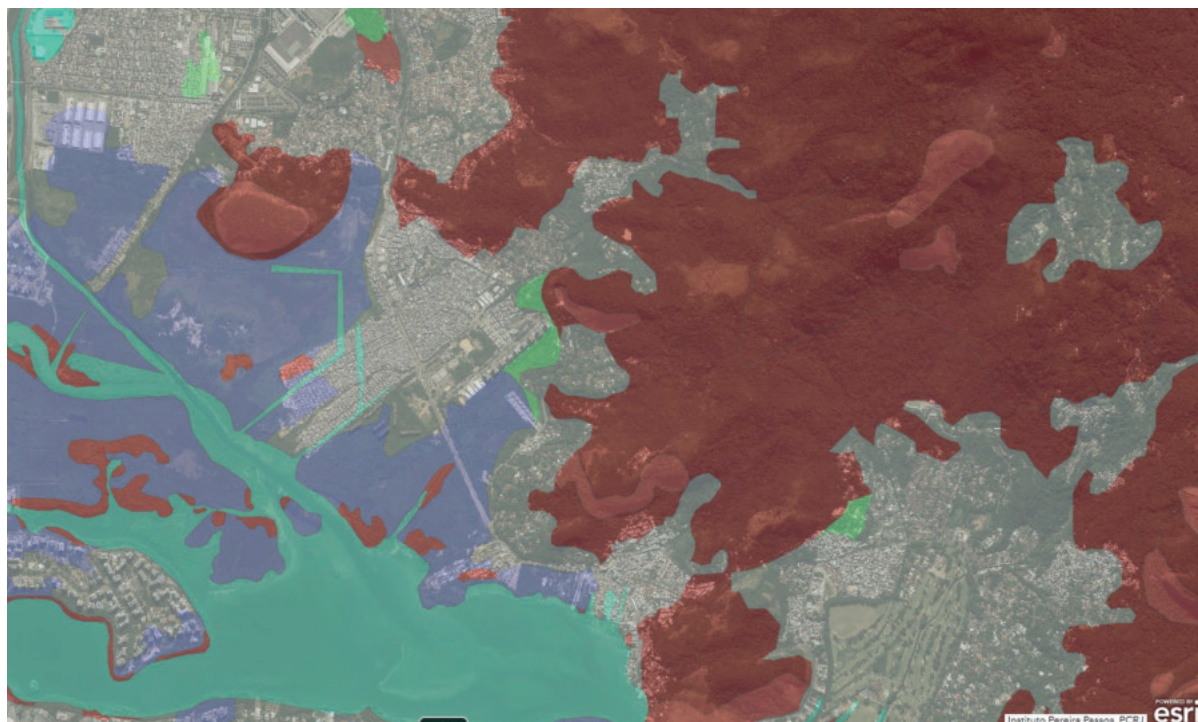


Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Suscetibilidade a deslizamento nas áreas de Gardênia Azul, Rio das Pedras e Muzema



Risco de dano ambiental nas áreas de Gardênia Azul, Rio das Pedras e Muzema





A reportagem da CNN Brasil destaca que o desabamento ocorrido em 2021 em Rio das Pedras apresenta semelhanças preocupantes com o ocorrido na Muzema, em 2019, pois ambos os casos envolveram edificações erigidas sobre terrenos de mangue, áreas de proteção ambiental com solo instável, sem observância de requisitos técnicos mínimos de construção.¹⁵



Complementando esse diagnóstico, o biólogo e ambientalista Mário Moscatelli explica que o solo da região de Rio das Pedras funciona como “uma esponja”: saturado em dias de chuva, transforma-se em “geleia”, comprometendo a estabilidade de qualquer estrutura construída ali especialmente na ausência de fundações profundas, como estacas que alcancem camadas mais sólidas a 15 ou 20 metros de profundidade¹⁶. Corroborando esse quadro, o Crea-RJ emitiu ofício à prefeitura alertando para o risco iminente de novos desabamentos. O órgão técnico enfatiza que terrenos compostos por camadas de argila orgânica (turfa) com até 15 metros de profundidade, comuns na região, não comportam edificações acima de dois pavimentos sem fundações especiais, o que torna qualquer empreitada economicamente inviável ¹⁷.

¹⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desabamentos-de-predios-em-rio-das-pedras-e-na-muzema-tem-semelhancas/>

¹⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nao-sera-o-ultimo-alerta-especialistas-sobre-desabamento-de-predio-no-rj/>

¹⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crea-alerta-para-risco-de-desabamento-de-outros-predios-em-rio-das-pedras-1-25065219>



A ausência de saneamento básico em bairros de Jacarepaguá, como Muzema, Gardênia Azul e Rio das Pedras, também evidencia outro problema estrutural que afeta diretamente a qualidade de vida da população e a preservação ambiental. O despejo irregular de esgoto e a gestão precária de resíduos sólidos contaminam cursos d'água e ampliam riscos sanitários, comprometendo a saúde coletiva. Somado a isso, a expansão urbana desordenada provoca a remoção da cobertura vegetal, intensificando processos de degradação e desertificação do solo. A perda de nutrientes e a compactação da terra reduzem sua capacidade de regeneração natural, aumentando a vulnerabilidade da região a erosões e inundações. Esse cenário revela a interdependência entre fatores sociais e ambientais, reforçando a necessidade de políticas integradas que articulem saneamento, preservação ecológica e planejamento urbano sustentável.



Os rejeitos provenientes do lançamento de esgoto *in natura* têm como destino áreas de preservação permanente (APP)¹⁸ como os mangues que, uma vez saturados de dejetos, têm sua capacidade de prestação de serviços ecossistêmicos reduzida, o que está intimamente ligado à desertificação da região, pois compromete a garantia de perpetuação de espécies da fauna e da flora locais.

¹⁸ Art. 3º, II da Lei 12.651/12: "Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".



Além das questões geotécnicas, a ação de milícias na promoção de construções irregulares sem licenciamento ou estudos técnicos, muitas vezes em áreas de pântano e proteção ambiental, reforça e agrava o risco ambiental. Essas ocupações ocorrem sem qualquer regulação urbana e ignoram os princípios da engenharia de segurança, transformando-se em verdadeiras “bombas-relógio” urbanas, com potenciais impactos diretos sobre moradores, vizinhança e infraestrutura pública.



A mortandade da fauna marítima nas regiões de manguezal próximas a bairros como Rio das Pedras e Muzema está diretamente relacionada ao despejo irregular de esgoto *in natura* e ao acúmulo de resíduos sólidos em áreas de preservação permanente (APP). Esses rejeitos comprometem a qualidade da água e provocam a saturação do solo, reduzindo drasticamente a oferta de oxigênio e alterando o pH dos ecossistemas aquáticos, o que inviabiliza a sobrevivência de diversas espécies. Com a capacidade de filtração natural dos mangues severamente afetada, organismos como peixes, crustáceos e moluscos, essenciais para o equilíbrio ecológico e para a subsistência de comunidades locais, sofrem com a degradação do habitat, resultando em eventos recorrentes de mortandade. Esse cenário de colapso ambiental não apenas ameaça a biodiversidade, mas também evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à proteção dos ecossistemas costeiros e ao saneamento básico.

Em maio de 2025, uma reportagem veiculada pelo portal G1 revelou elementos relevantes para o diagnóstico do atual panorama da segurança na região da Muzema. Segundo a matéria, investigações conduzidas no âmbito da Operação Contenção, da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro, identificaram que Luiz Carlos Bandeira Rodrigues, conhecido como “Da Roça” ou “Zeus”, chefe do tráfico de drogas no Estado de Rondônia, passou a exercer controle direto sobre a atuação do Comando Vermelho na Mu-



zema. O criminoso, foragido e com atuação interestadual, estaria financiando a estrutura criminosa local e promovendo a expansão da facção para comunidades adjacentes, como Rio das Pedras.

A notícia aponta para a consolidação de uma liderança externa no território, com capacidade de articulação logística, financeira e operacional, o que intensifica o grau de complexidade da atuação das organizações criminosas na região. A presença desse tipo de comando estruturado e não local reforça os riscos associados à reocupação territorial, exigindo atenção especial por parte dos órgãos de segurança e das instâncias responsáveis pela formulação de políticas públicas para o território.



Esse dado está alinhado com outras evidências levantadas ao longo deste relatório e contribui para compor um quadro mais abrangente da dinâmica criminal vigente na Muzema, Gardênia e em Rio das Pedras. Além disso, evidencia o espaço predominantemente negativo que a comunidade ocupa na mídia, contribuindo para o estigma que recai sobre sua população.¹⁹

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico técnico da Muzema, Gardênia Azul e Rio das Pedras evidencia um cenário de elevada complexidade, marcado pela disputa entre milícias e facções do tráfico, que impõem extorsões, regras próprias e um regime de medo à população. A milícia de Rio das Pedras, consolidada há décadas, constitui um dos grupos mais poderosos do país, enquanto a Muzema vive processo recente de ocupação pelo Comando Vermelho, com confrontos violentos e expulsão de moradores. Por outro lado, a Gardênia também

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/13/chefe-do-crime-de-rondonia-controla-traffic-na-muzema.ghtml>



sofre forte influência do Comando Vermelho, que atua na região, agravando ainda mais a situação. O Rio das Pedras, além disso, é impactado pela presença do TCP (Terceiro Comando Puro), o que torna a dinâmica de poder ainda mais instável. Esse domínio criminoso impacta diretamente a vida cotidiana, restringindo a mobilidade, inviabilizando serviços e ampliando a vulnerabilidade social.

Paralelamente, verifica-se um histórico de omissão estatal, com ausência de investimentos estruturantes, irregularidades fundiárias, construções ilegais em áreas de risco e degradação ambiental. As operações policiais, quando realizadas, não têm produzido efeitos duradouros, reforçando a necessidade de estratégias integradas que combinem segurança, urbanismo social, regularização fundiária, proteção ambiental e serviços públicos.

A análise aponta que a reocupação planejada deve priorizar a desarticulação financeira das organizações criminosas, a presença contínua e qualificada do Estado e a articulação intersetorial com políticas sociais. A falta de vínculos afetivos da população com os grupos armados e o potencial estratégico do território reforçam a oportunidade de uma intervenção transformadora, capaz de reduzir riscos, promover justiça social e consolidar a legitimidade estatal.

ANÁLISE DE RISCO

A decisão de reocupar um território sob domínio do crime organizado não pode ser tomada sem uma avaliação criteriosa dos riscos envolvidos. No caso da Muzema, Gardênia Azul e de Rio das Pedras, essa necessidade se torna ainda mais evidente diante da complexidade que envolve o território: trata-se de uma região marcada pela desordem urbana, ocupações desordenadas, degradação ambiental, ausência histórica do Estado, influência de lideranças interestaduais e domínio consolidado de milícias. Esses fatores tornam qualquer ação pública potencialmente sensível e, se mal planejada, com alto potencial de produzir efeitos adversos, tanto para os agentes públicos envolvidos quanto para a própria população local.

Neste capítulo, buscamos construir uma análise de risco que vá além da dimensão policial ou da segurança física das operações. Aqui, risco é compreendido de forma mais ampla, como a possibilidade de que determinadas ações, ou mesmo a ausência delas, agravem vulnerabilidades já existentes, comprometam a legitimidade da intervenção estatal ou provoquem rupturas sociais que, longe de resolver o problema, possam reforçar a lógica de dominação armada e ineficiência estatal.

A identificação e análise dos riscos constituem uma etapa fundamental para a antecipação de cenários adversos e o planejamento de estratégias mitigadoras (Brasil, 2020). Assim, a análise de risco proposta parte de três dimensões principais: a primeira delas é a criminal e operacional, que trata dos riscos relacionados à presença de grupos armados, à capacidade de reação desses grupos frente à intervenção estatal, à circula-



ção de armamento pesado, rotas de fuga, e à possibilidade de confronto em áreas de alta densidade populacional. Essa leitura é essencial para orientar o planejamento estratégico das ações de segurança e garantir que a atuação do Estado se dê com responsabilidade e inteligência.

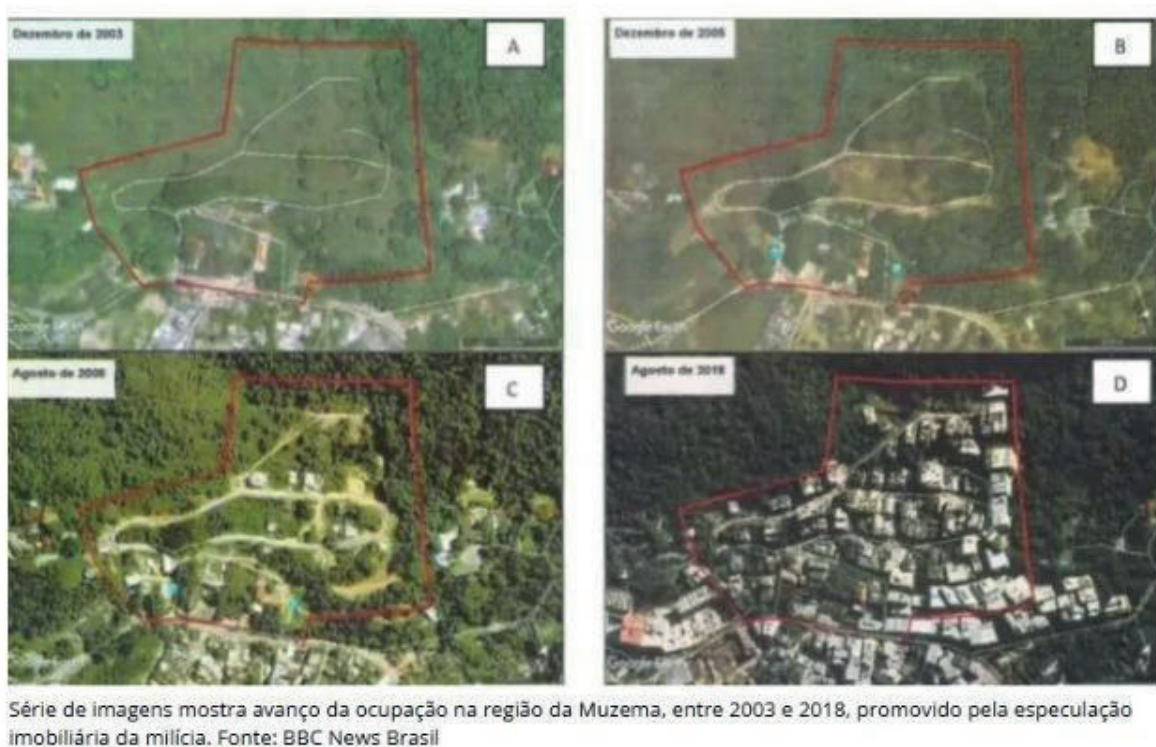
A segunda dimensão é o risco social e comunitário. A intervenção do Estado em comunidades sob controle armado, onde a ausência prolongada de políticas públicas resultou na substituição do poder público por estruturas paralelas, impõe um desafio delicado: como entrar sem romper, como ocupar sem hostilizar, como oferecer segurança sem agravar o medo? É preciso reconhecer que muitos moradores vivem sob a tutela da criminalidade não por escolha, mas por falta de alternativas. Intervir sem compreender essa realidade social pode gerar rejeição à presença estatal, agravamento de tensões e, paradoxalmente, o fortalecimento das organizações criminosas.

A terceira dimensão considerada neste capítulo é o risco ambiental e estrutural. A Muzema, em especial, se expandiu sobre áreas de encosta e de proteção ambiental, onde construções foram erguidas sem qualquer critério técnico ou urbanístico. Tanto a Muzema quanto Rio das Pedras apresentam avanços sobre unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio (União), o que agrava ainda mais o quadro de irregularidade fundiária e ambiental. Já a Gardênia Azul tem parte de sua ocupação avançando sobre áreas de proteção ambiental (APA) sob responsabilidade do Município. Intervenções físicas, deslocamentos em massa ou mesmo ações pontuais de presença do Estado podem gerar impactos diretos sobre o meio ambiente ou comprometer a integridade de moradias precárias, com risco de deslizamentos, desabamentos e tragédias que precisam ser antecipadas.





Por fim, essa análise também leva em conta os riscos institucionais, relacionados à capacidade de resposta e articulação dos órgãos públicos envolvidos na reocupação. Não basta entrar com o uso da força é preciso garantir a permanência do Estado por meio de políticas sociais, serviços públicos e regularização fundiária. Essa permanência só é possível com uma atuação coordenada entre os três níveis de governo - União, Estado e Município -, valorizando a interdisciplinaridade entre áreas como segurança pública, urbanismo, meio ambiente, assistência social e habitação. Caso contrário, corre-se o risco de a intervenção ser apenas mais uma ação pontual, sem sustentação, cuja ausência futura abre novamente espaço para a retomada do controle criminoso.



Diante de todos esses fatores, a análise de risco proposta neste capítulo se constitui como uma ferramenta central para a tomada de decisão. Avaliar riscos não é paralisar a ação, mas permitir que ela ocorra com planejamento, inteligência, responsabilidade e, sobretudo, com respeito à complexidade humana, urbana e institucional dos territórios que o Estado precisa e tem o dever de retomar.



CRITÉRIO TÉCNICO PARA ESCOLHA DA ÁREA

A metodologia empregada foi concebida com foco em gerar impacto estratégico, e criar condições para replicação em outras regiões do Estado. Para tanto, foram estabelecidos parâmetros técnicos que orientaram a definição dos territórios prioritários.

A priorização dos territórios, portanto, foi definida a partir da combinação de três critérios, ponderados de acordo com sua relevância estratégica para a segurança pública.

Inicialmente, a seleção considerou apenas as comunidades com as 10 maiores populações, de acordo com o último Censo IBGE (2022). Isto porque, de acordo com o princípio de Pareto, uma parcela reduzida de casos concentra a maior parte do impacto. Desta forma, foi possível identificar os territórios capazes de alcançar o maior número de pessoas com as ações propostas. Esse recorte populacional inicial serviu como base para a aplicação dos demais critérios.

- 1. Alcance populacional:** dentro do grupo pré-selecionado, territórios com população relativamente maior e mais vulneráveis recebem mais pontos, de modo a maximizar o alcance das ações e o impacto sobre a população beneficiada.
- 2. Nível de criticidade:** refere-se ao potencial de ocorrência de letalidade violenta no território. A lógica adotada prioriza áreas de **menor criticidade** (baixo risco), permitindo ações preventivas antes que o quadro se agrave. A classificação utilizada foi: **Baixo, Médio e Alto**.
- 3. Risco de expansão territorial:** mede a probabilidade de ampliação da área geográfica do território, caso não haja intervenção oportuna, podendo contribuir, ainda, para um impacto ambiental. A classificação é feita em **Baixo, Médio e Alto**, sendo que riscos maiores recebem maior pontuação, para permitir a atuação do poder público enquanto ainda há tempo de evitar agravamentos. Como fonte para essa análise foram utilizados os Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs).

Assim, serão utilizadas as ponderações dos seguintes critérios:

- Maior peso para criticidade, priorizando a proteção à vida dos policiais e da população local.
- Peso intermediário para risco de expansão, para incentivar ações rápidas que evitem o crescimento desordenado da comunidade.
- Menor peso para alcance populacional, uma vez que a seleção inicial dos territórios já considerou esse recorte.

Essa combinação permite identificar territórios que unem alto potencial de impacto positivo, risco de agravamento e condições favoráveis para intervenção preventiva.



O estudo de criticidade que fundamenta este relatório foi elaborado pela Subsecretaria de Inteligência, com base no Método *Delphi*, técnica estruturada de consulta a especialistas que busca o consenso sobre um determinado tema. A partir da aplicação desse método e dos critérios previamente definidos, foi possível classificar os níveis de criticidade e os riscos de expansão, conforme apresentado a seguir:

Matriz de Priorização das Áreas

Critério	Classificação possível	Nota atribuída pelo especialista	Peso	Pontuação Máxima
Alcance populacional	A partir do ranking dos 10 territórios vulneráveis com maior população	1 a 10, sendo 10 a maior população até 1 com a menor população	0,1	1
Nível de criticidade	Baixo (3), Médio (2), Alto (1)	1 a 3	0,5	1,5
Risco de expansão	Alto (3), Médio (2), Baixo (1)	1 a 3	0,4	1,2
Total	-	-	-	3,7

AVALIAÇÃO DE INTERVENÇÕES ANTERIORES, ATUAIS E SUAS RELAÇÕES

Análise do Cidade Integrada: impactos, acertos e limites

O Programa Cidade Integrada foi instituído pelo Decreto Estadual nº 47.928/2022, e anunciado pelo governador Cláudio Castro três dias após sua publicação no órgão de Imprensa Oficial do Estado. Como territórios-piloto, foram escolhidos o Jacarezinho, na zona norte, e a Muzema, na zona oeste. O Jacarezinho já estava sob ocupação da Polícia Militar por meio de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), enquanto a Muzema também contava com presença policial, embora não vinculada a uma UPP. Ressalta-se que a escolha dos territórios ocorreu sem consulta ou comunicação prévia à população local.

A iniciativa foi apresentada como alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, prevendo ações em mobilidade, habitação, reforma de equipamentos públicos, gestão ambiental e políticas sociais. Contudo, estabeleceu-se que tais ações seriam realizadas “sem aumento de despesa”. Assim, todos os projetos anunciados já existiam previamente, tratando-se de concentrar, nos dois territórios escolhidos, recursos previstos para outras áreas e obrigar secretarias estaduais a realocar investimentos existentes.

Entre as ações anunciadas para a Muzema, destacaram-se:

- **Posto provisório do Detran:** Instalação temporária com serviços de habilitação e identificação civil.



- **Programa Casa Legal:** Início da regularização fundiária no Jacarezinho e na Muzema com previsão de beneficiar até 3 mil famílias.
- **Programa Desenvolve Mulher:** Capacitação de jovens mulheres com previsão de incentivo financeiro para participantes.
- **Programa De Bem com a Vida:** Voltado a idosos, com atividades de lazer, saúde, inclusão digital e assistência jurídica previdenciária.

Também foram anunciadas para a localidade a construção de uma unidade de saúde e de uma escola. Contudo, não foi possível verificar a efetividade dessas ações, uma vez que o site oficial do programa encontra-se fora do ar (<http://www.cidadeintegrada.rj.gov.br/>), impossibilitando o acesso a dados atualizados sobre sua execução e resultados.

Na prática, o Cidade Integrada revelou-se centrado na ocupação policial, reproduzindo a retórica de “retomada de território” já utilizada nas UPPs, embora em escala muito menor e sem o contexto de grandes investimentos públicos e privados.

Na Muzema, lideranças comunitárias e a prefeitura não participaram do desenho inicial, o que fragilizou a legitimidade da proposta. Especialistas também levantaram críticas: para Jaqueline Muniz²⁰, as iniciativas sociais eram pulverizadas e não configuravam um programa estruturado de redução da violência, além de carecerem de participação efetiva dos moradores, que são quem melhor conhece a realidade local. Já Ignacio Cano²¹ destacou que o Cidade Integrada constitui uma releitura superficial das UPPs, lançada às pressas, “de cima para baixo”, sem transparência nem participação comunitária, marcada por forte viés eleitoral. Assim como ocorreu com as UPPs, a tendência foi de limitar-se à fase inicial de ocupação, sem avançar para um policiamento comunitário e horizontal, incapaz, portanto, de enfrentar as raízes estruturais das desigualdades.

Análise da Operação Ordo: impactos, acertos e limites

Deflagrada em julho de 2024, a Operação Ordo representa uma ofensiva estratégica do Governo do Estado do Rio de Janeiro para enfraquecer financeiramente o crime organizado na Zona Oeste da capital, especialmente as milícias. Coordenada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, em integração com as Secretarias de Estado de Polícia Civil e Polícia Militar, a operação tem como foco a retomada territorial e o restabelecimento de serviços essenciais, rompendo com o domínio informal exercido por grupos criminosos.

Em termos operacionais, os resultados iniciais foram expressivos. Até o final de julho, foram efetuadas 189 prisões e 15 apreensões de adolescentes, além da apreensão de armamentos, granadas e veículos roubados. Estima-se que, em seu primeiro mês, a Ordo tenha causado um prejuízo de R\$ 7 milhões às estruturas criminosas. A operação também realizou apreensões significativas de produtos piratas e alimentos vencidos, e promoveu

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/25/cidade-integrada-um-ano-depois-moradores-de-muzema-e-jacarezinho-contam-que-vivem-acuados-pela-criminalidade.ghtml>

²¹ Disponível em: <https://youtu.be/jDI970zUqZU>



ações de fiscalização de trânsito, com 117 veículos abordados e 55 autuações. Um total de 172 ruas foram desobstruídas e 51 toneladas de barricadas foram removidas.

Um dos pilares mais relevantes da Operação Ordo foi o combate aos “gatos”, ligações clandestinas de energia, internet, água e TV a cabo, que representam tanto uma fonte de renda quanto um instrumento de controle social nas mãos das milícias. Com escolta policial, equipes das concessionárias puderam entrar em áreas antes inacessíveis para mapear e desativar redes clandestinas, além de viabilizar a instalação de serviços legalizados. Essas ações foram fundamentais para restaurar a presença do Estado em comunidades onde, por anos, o poder público foi substituído por estruturas paralelas.

Além do impacto econômico direto sobre os grupos criminosos, essas ações também buscaram melhorar a qualidade de vida da população local, oferecendo acesso a serviços regulares, seguros e fiscalizados, sem a necessidade de pagamento de taxas a criminosos. A repressão à exploração de internet e TV pirata, coordenada com a Anatel e a Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD), contribuiu para dismantelar uma das fontes mais lucrativas das milícias.

Contudo, nem todos os aspectos foram positivos, possível vazamento de informações sensíveis antes da deflagração da operação, pode ter comprometido a efetividade de algumas ações, especialmente nos primeiros dias. Além disso, a continuidade de conflitos armados em algumas localidades demonstra que, apesar da ocupação, o controle do território ainda é parcial e desafiado por facções rivais.



Fonte: A Tribuna - notícia em 22/07/2024²²

22 Disponível em: <https://www.tribunarij.com.br/materia/operacao-ordo-resulta-em-queda-de-indices-de-criminalidade-na-zona-oeste>



Diagnóstico de outras ações policiais já implementadas na região

A região conta com ações relevantes de segurança pública conduzidas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, como a Operação Torniquete e a Operação Contenção. A Operação Torniquete é uma iniciativa contínua que visa reprimir o roubo, furto e receptação de cargas e veículos, atuando também no combate à expansão territorial do Comando Vermelho (CV) e de outras facções criminosas na Zona Oeste da capital. Já a Operação Contenção, deflagrada em agosto de 2025, teve caráter tático e emergencial, na busca pelo enfraquecimento da estrutura financeira e logística das organizações criminosas, desarticulando a compra de armas e drogas e, consequentemente, impedindo conflitos e disputas por domínio de territórios. Foi uma resposta à tentativa de expansão territorial do Comando Vermelho na Zona Oeste, resultando em confrontos armados, mortes e novas prisões. Embora não faça parte direta da Ordo, a “Contenção” atua como operação complementar, essencial para garantir a estabilidade do terreno. Ambas as operações compõem uma estratégia de enfrentamento direto à criminalidade armada e têm se concentrado em áreas sob influência de grupos criminosos organizados.

Paralelamente, o cerco eletrônico²³ tem sido implementado como uma ferramenta de vigilância tecnológica na região. Trata-se de um sistema de segurança pública que utiliza câmeras e inteligência artificial para monitorar veículos em vias públicas, identificando placas de carros roubados, clonados ou com mandados de prisão. O sistema auxilia na recuperação de veículos e na repressão a crimes diversos, contribuindo para o controle territorial. Apesar dessas ações e do olhar atento da segurança pública sobre a região, o enfrentamento à criminalidade demanda estratégias mais amplas e integradas. É fundamental investir em políticas públicas transversais, que articulem segurança, urbanismo, assistência social, saúde, educação e regularização fundiária, com atuação coordenada entre União, Estado e Município, a fim de promover uma presença estatal permanente e sustentável.

Lições aprendidas para orientar futuras ações

A Operação Ordo evidencia que o enfrentamento ao crime organizado na Zona Oeste não pode ser pautado exclusivamente por ações pontuais, reativas ou de confronto armado. A estratégia de sufocamento financeiro e restabelecimento do Estado formal nos territórios dominados por milícias demonstrou potencial para causar impactos duradouros, especialmente quando há coordenação interinstitucional com concessionárias e órgãos de fiscalização.

Entretanto, a operação também revelou desafios que precisam ser enfrentados com maior eficácia. O vazamento de informações antes da operação reforça a necessidade de protocolos mais rígidos de segurança e inteligência. Além disso, a permanência de confrontos violentos, mesmo com a presença do Estado, sugere que a ocupação precisa ser

²³ Decreto Estadual nº 49.339/2024.



acompanhada de políticas sociais estruturantes e de uma vigilância constante para evitar a retomada do território por criminosos.

A articulação entre ações estratégicas de longo prazo (como a Ordo) e respostas táticas a eventos críticos (como a Contenção) deve ser mantida e aperfeiçoada. Essa complementaridade mostra-se fundamental para conter avanços territoriais, evitar confrontos de grande escala e permitir que as ações estatais ganhem continuidade e profundidade.

Em suma, as operações supracitadas nos ensinam que o verdadeiro enfrentamento ao crime organizado vai além das incursões policiais: passa por sufocar suas bases econômicas, restabelecer a ordem pública e reconstruir a confiança da população no Estado como garantidor de direitos e segurança.

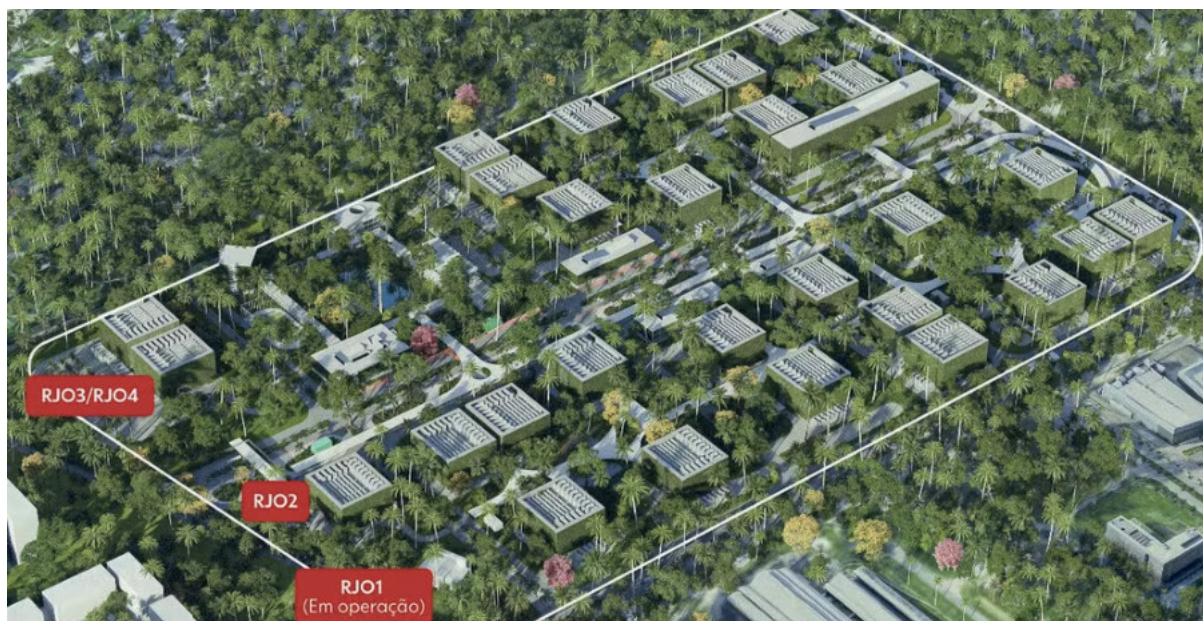
Perspectivas para a localidade

O município do Rio de Janeiro vem se consolidando como polo de inovação tecnológica. Exemplo disso é o projeto “Rio AI City”, que prevê investimentos da ordem de US\$ 65 bilhões em um complexo de *data centers* de inteligência artificial no Parque Olímpico, com capacidade energética de até 3,2 GW até 2032. A iniciativa, que reúne Prefeitura, empresas e instituições federais, busca posicionar o Rio entre os dez maiores *hubs* globais de IA.

O projeto é sustentado por compromissos de uso de energia limpa, geração de mais de 10 mil empregos qualificados e atração de *startups* e centros de pesquisa. Esse movimento evidencia um cenário em que a inovação tecnológica pode convergir para transformar o Rio de Janeiro em referência global de desenvolvimento sustentável e inclusivo.²⁴

A Rio AI City trará impactos locais significativos e tende a reposicionar a cidade como polo de inovação sustentável. O projeto amplia a perspectiva de desenvolvimento urbano integrado, ao mesmo tempo em que cria novas oportunidades de inclusão produtiva. A consolidação desse ecossistema poderá produzir efeitos positivos para a redução da vulnerabilidade social e a construção de um ambiente urbano mais seguro e conectado.

²⁴ Disponível em: <https://prefeitura.rio/noticias/rio-anuncia-o-projeto-rio-ai-city-o-maior-hub-de-data-centers-da-america-latina-e-um-dos-dez-maiores-do-mundo/#:~:text=Durante%20a%20abertura%20do%20Web%20Summit%20Rio%202025%20%E2%80%94%20quando%20tamb%C3%A9m,dos%20dez%20maiores%20do%20mundo>



Elea Data Centers prevê quatro data centers, além de prédios para centros de pesquisa, startups e outros, em complexo em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro – Foto: Divulgação/Elea Data Centers; Dhara Pereira/g1

PROPOSTA DE REOCUPAÇÃO TERRITORIAL

A saturação de segurança pública consiste em uma intervenção rápida do Estado, com aumento de efetivos em territórios dominados por organizações criminosas. Na perspectiva da segurança cidadã, esse movimento visa reafirmar a soberania do Estado democrático e abrir espaço para a entrada de políticas sociais inclusivas, configurando a chamada saturação de políticas sociais. Esse modelo pressupõe uma polícia que permaneça no território, atuando em parceria com a população e fortalecendo a confiança mútua (ALVIM et.al, 2024)

A literatura aponta que a implementação de um projeto de Urbanismo Social deve adotar uma abordagem gradual, apoiada por um diagnóstico prévio, por meio das seguintes atividades:

1. Diagnóstico do território

- Realizar levantamento integrado das condições sociais, urbanas, ambientais e econômicas.
- Reconhecer singularidades locais, redes comunitárias e histórico de lutas, evitando soluções padronizadas.



2. Governança e participação social

- Instituir arranjos de governança comunitária, com protagonismo de lideranças locais (negros, mulheres, juventude, povos indígenas).
- Garantir escuta ativa e participação dos moradores como método estruturador do processo.

3. Planejamento integrado e intersetorial

- Articular políticas de habitação, saúde, educação, cultura, trabalho, renda e segurança cidadã de forma coordenada.
- Adotar planos de curto, médio e longo prazo, construídos de forma integrada entre Estado, sociedade civil e comunidade.



4. Execução em fases com investimentos progressivos

- Aplicar o princípio do gradualismo: ações iniciais (urbanismo tático e melhorias pontuais), seguidas de urbanização gradual, até chegar à urbanização integral.
- Prever regularização fundiária, saneamento, mobilidade, equipamentos comunitários e serviços integrados.

5. Serviços integrados e continuados

- Implantar equipamentos âncora (saúde, educação, cultura, lazer, segurança cidadã) como indutores da transformação.
- Garantir que serviços sejam permanentes e não apenas ações pontuais.

6. Monitoramento e avaliação

- Definir indicadores e metas a serem acompanhados pela estrutura de Governança
- Acompanhar resultados, ajustar estratégias e fortalecer a confiança comunitária.
- Atrair indutores econômicos locais e regionais para dinamizar o território de forma duradoura.

Quanto às ações policiais é importante se ater aos seguintes direcionamentos

- 1. Na preparação,** destaca-se a intensificação das ações de inteligência e o mapeamento detalhado das áreas, com coordenação integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, conforme diretrizes do Supremo Tribunal Federal. Paralelamente, será promovida a preparação da infraestrutura necessária para garantir a ocupação permanente dos territórios.
- 2. Na intervenção,** estão previstas operações simultâneas e coordenadas para evitar o deslocamento de criminosos entre as áreas, priorizando a prisão de lideranças previamente identificadas e o controle rigoroso das rotas de fuga mapeadas.
- 3. Na consolidação,** a instalação imediata de equipamentos públicos permanentes será acompanhada da implementação de políticas voltadas à juventude e da regularização urbana e fundiária, visando à estabilização social e territorial, em consonância com os princípios de Urbanismo Social.



Seguindo os princípios do Urbanismo Social e de Segurança Cidadã, é importante, nesta fase, que se mude o foco do policiamento repressivo para o de polícia comunitária. O plano também deve prever medidas específicas para minimizar riscos tanto para a população civil quanto para os profissionais envolvidos. No caso da Muzema, o território reduzido possibilita um cerco mais eficaz, diminuindo o tempo de exposição e, consequentemente, o risco de baixas civis. Em Rio das Pedras, o conhecimento detalhado da estrutura criminosa, fruto de anos de investigação, viabiliza operações mais precisas, capazes de neutralizar alvos estratégicos e evitar confrontos desnecessários. Essa combinação de planejamento técnico, inteligência integrada e ações rápidas é fundamental para garantir que a reocupação ocorra com o menor nível possível de resistência e impacto negativo sobre a população.

CONCLUSÃO

A priorização da Muzema, Gardênia Azul e de Rio das Pedras para o início das operações de reocupação territorial fundamenta-se em critérios técnicos, que apontam menor risco operacional e maior probabilidade de êxito com reduzida exposição das forças policiais e da população civil. A escolha dessas localidades não é fruto de decisão arbitrária, mas resultado de uma avaliação que considerou, além do alcance populacional, fatores como a menor probabilidade de confrontos armados prolongados, o risco reduzido para civis devido à baixa intensidade recente de conflitos, a maior chance de sucesso operacional diante da fragmentação atual das organizações criminosas e a oportunidade estratégica criada pela instabilidade dos domínios ilícitos na região.

Essa análise demonstra que a intervenção nessas áreas oferece a maior efetividade em termos de segurança pública. Ao minimizar riscos tanto para os agentes estatais quanto para os moradores e, simultaneamente, maximizar as chances de estabelecimento de uma presença permanente do Estado, a estratégia atende de forma direta às determinações do STF. Trata-se, portanto, de uma abordagem planejada, embasada em evidências e adaptada às características sociológicas e dinâmicas criminológicas específicas de cada território, com elevado potencial para promover resultados sustentáveis de pacificação e ordenamento urbano.



REFERÊNCIAS

Alvim, T.; Salles, M. M.; Balestreri, R.; Silva, E. S. *Guia prático de urbanismo social*. São Paulo: Bei, 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de gestão de riscos. 2. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2020a. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/46/B3/C6/F4/97D647109EB62737F18818A8/Manual_gestao_riscos_TCU_2_edicao.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

HABITAT BRASIL. Urbanismo social no Brasil: resposta à desigualdade nas cidades. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/urbanismo-social/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

LEITE, Carlos [org.]. *Guia de urbanismo social*. São Paulo: BEI, 2023.

PIMENTA, Marília Carolina B. S.; SUAREZ, Marcial Alécio Garcia; FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Hybrid governance as a dynamic hub for violent non-state actors: examining the case of Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 64, n. 2, 2021. Disponível em: DOI: 10.1590/0034-7329202100207. Acesso em: 24 ago 2025.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



Anexo I - Alinhamento com outros instrumentos de Planejamento

Alinhamento com o PEDES

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado (PEDES) é o principal instrumento de planejamento de médio e longo prazo do Governo estadual, amparado na Constituição Estadual e na Lei Estadual nº 10.266/2023. Sua função é orientar a formulação e a execução das políticas públicas, definindo as prioridades para o desenvolvimento fluminense. Estruturado em 10 (dez) Missões, o PEDES organiza essas prioridades em eixos temáticos que orientam a ação governamental, conforme descrito a seguir:



Fonte: <https://pedes.planejamento.rj.gov.br/>





Nesse sentido, a elaboração do presente Plano Estratégico de Reocupação Territorial buscou alinhar-se às diretrizes do PEDES, especialmente à “Missão 9 – Garantia da Segurança Pública territorial”. Essa missão se desdobra em diretivas e objetivos específicos que orientam a ação governamental, reforçando a importância de políticas articuladas, baseadas em evidências e voltadas à redução das desigualdades territoriais.

Reconhecendo a importância desse alinhamento, buscou-se apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), por meio da Subsecretaria de Planejamento Estratégico (SUBPLE), responsável pelo PEDES, para analisar as ações e estabelecer a correlação entre o PEDES e o Plano Estratégico de Reocupação Territorial (PERT). Nessa verificação, também foi possível identificar aderência do PERT a outras Missões do PEDES, dado o caráter transversal e estratégico de ambos os planos.

Cabe salientar que o Eixo 5 – Governança e Sustentabilidade do Projeto, por sua natureza transversal e por não se referir a ações a serem desenvolvidas primordialmente no território, não foi objeto dessa análise detalhada.

Quadro 1 - Alinhamento PEDES x PERT

EIXO 1 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA			
Objetivo: Eliminar a presença armada de organizações criminosas, garantir a ordem pública e restabelecer o império da lei.			
Ações propostas:	MISSÃO DO PEDES	DIRETIVA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Operação de Retomada Integrada entre forças de segurança estaduais, federais e, se necessário, Forças Armadas.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Realizar a articulação interfederativa no combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas
Bases Integradas de Segurança Territorial (BIST) funcionando 24h com policiamento comunitário e tecnologia de monitoramento.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Justiça Itinerante com Defensoria, Ministério Público e Juizados nos territórios.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir a proteção a grupos vulneráveis
Repressão ao tráfico de armas, drogas e lavagem de dinheiro com apoio do Departamento da Polícia Federal, Receita Federal e COAF.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Realizar a articulação interfederativa no combate ao tráfico de armas, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro e organizações criminosas
Implantação de guarda municipal comunitária com formação em direitos humanos.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros
Criação de postos avançados da Ouvidoria e Defensoria Pública nas áreas retomadas.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir a proteção a grupos vulneráveis
Apoio à criação de espaços de mediação de conflitos e justiça restaurativa.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros
Estímulo à formação de lideranças comunitárias juvenis em territórios vulneráveis.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Estabelecimento de conselhos locais de segurança cidadã com reuniões regulares entre comunidade e poder público.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública
Criação de observatórios municipais de violência e criminalidade, com dados territorializados.	Garantia de segurança pública nos territórios	Produzir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial	
Realização de pesquisas de vitimização e percepção sobre violência e presença estatal.	Garantia de segurança pública nos territórios	Produzir dados e informações estratégicas para a segurança pública territorial	Produzir pesquisas de vitimização, sentimento de segurança e avaliação das instituições e áreas de segurança para a melhor tomada de decisão
Urbanismo tático para requalificação de becos, vielas e áreas degradadas com impacto na segurança pública.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objetivo: Resgatar a cidadania e ampliar o acesso a direitos fundamentais.

Ações propostas:	MISSÃO DO PEDES	DIRETIVA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Mutirões de cidadania, saúde, educação e assistência social nas comunidades retomadas.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Fomentar o vínculo social por meio da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Requalificação das escolas públicas com implantação de tempo integral e atividades extracurriculares.	Erradicação da extrema pobreza	Superação da pobreza intergeracional	
Centros da Juventude e Oportunidades (CJO) com cursos técnicos, orientação vocacional e inclusão digital.	Erradicação da extrema pobreza	Inclusão socioproductiva	Elevação dos anos de estudo e letramento digital da população jovem e adulta
Programas de apoio familiar e combate ao aliciamento de crianças e adolescentes pelo crime.			
Implantação de serviços móveis intersetoriais (CRAS itinerante, saúde, cidadania, juventude).			
Protocolos padronizados nas escolas e postos de saúde para identificação e encaminhamento de situações de violência.			
Fortalecimento da rede de proteção local (CREAS, Conselho Tutelar, UBSs e escolas).			
Implantação de Casas da Mulher ou centros integrados de atendimento a vítimas de violência.			
Campanhas educativas permanentes nas escolas sobre prevenção à violência de gênero e abuso sexual.	Igualdade de gênero e raça	proteção e prevenção contra todas as formas de violência	
Criação de espaços de contraturno escolar com oficinas culturais, esportivas e profissionalizantes.	Igualdade de gênero e raça	proteção e prevenção contra todas as formas de violência	
Apoio a coletivos culturais e iniciativas juvenis como forma de expressão e pertencimento.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Fomentar o vínculo social por meio da oferta de equipamentos e serviços de cultura, esporte e lazer



Oficinas de masculinidades positivas e cultura de paz para adolescentes e jovens.	Igualdade de gênero e raça	proteção e prevenção contra todas as formas de violência	promover mudança cultural
EIXO 3 – URBANISMO E INFRAESTRUTURA			
Objetivo: Reurbanizar os territórios e integrar os espaços à cidade formal.			
Ações propostas:	MISSÃO DO PEDES	DIRETIVA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Obras de infraestrutura (saneamento, iluminação, moradia) com participação da comunidade.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Inibir a expansão e atuação das Ocrims na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial
Regularização fundiária com assistência técnica gratuita e entrega de títulos de propriedade.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Identificar e regularizar os territórios no estado que precisam de regularização fundiária
Conectividade pública com Wi-Fi livre em espaços coletivos.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Combater o fornecimento ilegal de serviços essenciais e garantir o acesso regular aos serviços
Mobilidade urbana com transporte acessível e seguro.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	garantir a mobilidade urbana e regional acessível, sustentável e de qualidade	



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Instalação de iluminação pública estratégica em áreas com risco de domínio armado.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros
Revitalização de espaços públicos com urbanismo tático e participação comunitária.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Fortalecer a cidadania inclusiva e a convivência social pacífica	Garantir espaços públicos e comunitários seguros
Fiscalização de loteamentos irregulares e construções exploradas por milícias.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Inibir a expansão e atuação das Ocrims na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial
Regulamentação clara de uso e ocupação do solo em áreas de interesse social.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Inibir a expansão e atuação das Ocrims na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial
Criação de zonas especiais de regularização fundiária com enfoque em permanência de moradores.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Inibir a expansão e atuação das Ocrims na exploração imobiliária por meio de uma política urbana e ambiental que promova segurança territorial



Urbanização de áreas críticas com priorização de acessos, saneamento e mobilidade local.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Garantir a habitação digna a todos	Garantir espaços socioambiental e juridicamente seguros e adequados à habitação
--	---	------------------------------------	---

EIXO 4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Objetivo: Promover oportunidades de geração de renda, trabalho e empreendedorismo local.

Ações propostas:	MISSÃO DO PEDES	DIRETIVA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Criação das Zonas de Incentivo ao Empreendedorismo (ZIE) com benefícios fiscais e microcrédito.	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Promover a igualdade de acesso à oportunidade de trabalho e emprego de forma descentralizada no território	Intensificar a criação e diversificação dos postos de trabalho
Fomento a polos produtivos e cooperativas comunitárias.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local
Parcerias com empresas para contratação de mão de obra local.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local
Incentivo ao turismo comunitário, cultural e gastronômico.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Implantação de programas de primeiro emprego e bolsa permanência para juventude em risco.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local
Apoio a cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária (ex: costura, gastronomia, reciclagem).	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	Promover a igualdade de acesso à oportunidade de trabalho e emprego de forma descentralizada no território	Intensificar a criação e diversificação dos postos de trabalho
Apoio à formalização de trabalhadores e pequenos negócios locais.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Formalização das empresas e cooperativas
Cursos profissionalizantes e técnicos com bolsa permanência durante a formação.	Erradicação da extrema pobreza	Inclusão socioproductiva	Elevação dos anos de estudo e letramento digital da população jovem e adulta
Apoio à comercialização de produtos comunitários em feiras, eventos e e-commerce.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local
Incentivo à inserção de jovens no setor privado com cotas em empresas parceiras.	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Aumento da empregabilidade da população local



EIXO 5 – GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE DO PROJETO			
Objetivo: Garantir articulação permanente entre os entes públicos e a população local.			
Ações propostas:	MISSÃO DO PEDES	DIRETIVA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Gabinete Integrado de Gestão Territorial (GIGT) com representantes da União, Estado e Municípios.			
Comitês locais com metas, cronogramas e acompanhamento contínuo.			
Conselhos populares de acompanhamento com poder de voz e fiscalização.	Garantia de segurança pública nos territórios	Ampliar as políticas públicas para emancipação do território e fortalecimento da cidadania	Ampliar a participação da sociedade civil na esfera pública
Plataforma digital de transparência com indicadores públicos de desempenho.			
Pactuação de metas territoriais específicas por eixo temático e comunidade atendida.			
Formação continuada de gestores públicos e conselheiros locais em urbanismo social e segurança cidadã.			

Alinhamento com o PEDUI

O Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas (RMs) e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, bem como define as normas gerais e os instrumentos de governança interfederativa, incluindo neste rol o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). O estatuto aponta para a obrigatoriedade da elaboração do PDUI como instrumento central do planejamento metropolitano, o qual deve estabelecer, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano de cada RM ou aglomeração urbana.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o debate em torno da criação do Estatuto da Metrópole e da gestão dos serviços de interesse comum contribuíram para a retomada das discussões sobre a questão metropolitana nos últimos anos. Entre as iniciativas mais recentes que visavam à elaboração de um plano diretor para a metrópole fluminense,



destaca-se a Lei Estadual nº 5.192/2008, que dispõe sobre a elaboração do Plano Diretor Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro de abrangência decenal abordando os seguintes aspectos: instituição da gestão metropolitana consorciada; ambiental; uso de solo; saneamento ambiental; resíduos sólidos; urbanização; transportes; habitação; recursos hídricos; matrizes energéticas, de insumo-produto e industrial; educação; saúde; **segurança pública**; sustentabilidade econômica, social e ambiental; e acessibilidade (acrescida pela Lei Estadual nº 6.432/2013).

Em 2011, com a criação do Comitê Executivo de Estratégias Metropolitanas (CEEM)²⁵, instituído através do Decreto Estadual nº 42.832/2011. O comitê deu origem à criação da Câmara Metropolitana de Integração Governamental da Casa Civil do Governo do Estado, em 2014, sendo gerenciada pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana, órgão colegiado formado pelo Governador e pelos 22 municípios²⁶ que compunham a RM do Rio de Janeiro, dentre eles a capital.

A partir disso, surgiu o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI)²⁷ em articulação com o Banco Mundial e a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, que propunha um modelo de metrópole mais eficiente, inclusiva, equitativa e sustentável, com diversidade de atividades institucionais, econômicas e sociais.

Em 2025 ocorre a revisão²⁸ do PEDUI (Lei Estadual nº 11.021/2025), que serve de base nesse documento. O instrumento, em conformidade com o disposto no 5º da Lei Complementar n.º 184/2018, e do art. 10, § 4 Lei Federal n.º 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), foi desenvolvido a partir de oito eixos estratégicos além do eixo transversal da gestão pública: Reconfiguração e Centralidades Urbanas; Expansão Econômica; Valorização do Patrimônio Natural e Cultural; Mobilidade; Habitação e Equipamentos Sociais; e Saneamento e Resiliência Ambiental.

Além disso, o Plano estabelece um Programa de Ações Prioritárias - PAP's - visando a sua implementação:

25 O comitê era coordenado pela vice-governadoria, com a participação dos titulares das seguintes secretarias: Secretaria de Estado de Obras; Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado de Transportes; Secretaria de Estado do Ambiente; Secretaria de Estado de Habitação; Secretaria de Estado de Fazenda; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

26 Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, e recentemente, Petrópolis.

27 Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/08/ResumoPT.compressed-1.pdf>

28 As revisões do PEDUI deverão observar a compatibilização, sempre que possível e dentro das funções públicas e planejamento que regem a RMRJ em sua Lei Complementar 184/2018 e com o PEDES, instituído pela Lei 10.266/2023, ser observada a atualização do PEDES, de modo a garantir a integração entre o planejamento estratégico estadual e o metropolitano (redação dos art.3º, § 1º e art. 8º, §2º da Lei nº 11.021/2025). Tais revisões, de acordo com a norma, serão elaboradas e divulgadas pelo Instituto Rio Metrópole (IRM) em articulação com os municípios.



- I - Programa Equilibrar a Metrópole (PEM);
- II - Programa Habitar a Metrópole (PHM);
- III - Programa Metrópole Inteligente (PMI);
- IV - Programa Metrópole Sustentável (PMS);
- V - Programa Baía Reinventada (PBR); e
- VI - Programa Governar a Metrópole (PGM).

Tais ações estabelecidas no âmbito do PAP's citadas acima, devem observar as missões definidas pelo PEDES, dentre elas a missão nº 9 - Segurança Pública. Para o PERT, destacamos alguns programas de ação previstos no anexo da Lei do PEDUI que possuem correlação, a saber:

I - O PEM cujo foco está na redução de desigualdades, promoção da equidade e coordenação entre os municípios, com ações que incluem o desenvolvimento da economia criativa, regularização fundiária, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da governança metropolitana, visando um desenvolvimento mais justo e integrado para a região metropolitana; e

II - O PHM que visa a melhoria da habitação e equipamentos sociais, buscando soluções para a regularização fundiária, recuperação de áreas degradadas, construção de moradia popular (HIS), aproveitamento de vazios urbanos e melhoria da qualidade de vida nas cidades, articulando-se com outras áreas como mobilidade, saneamento e sustentabilidade.

Alinhamento com o PESP

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESP)²⁹ fundamenta-se na Lei Federal nº 13.675/2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), funcionando como instrumento de implementação, no contexto estadual, das diretrizes nacionais de segurança pública, prevenção da violência, integração institucional e proteção de direitos.

No âmbito estadual, sua base principal é o Decreto Estadual nº 48.139/2022, que institui o PESP no âmbito do Poder Executivo estadual, posteriormente alterado e complementado por decretos que aprimoram sua governança, seus mecanismos de monitoramento e sua operacionalização, como o Decreto Estadual nº 48.737/2023 e o Decreto Estadual nº 49.201/2024. Além disso, o PESP articula-se com a legislação estadual que organiza a estrutura administrativa da segurança pública, em especial as normas que definem as competências da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Nesse contexto, o Plano Estratégico de Reocupação Territorial dialoga diretamente com as diretrizes e ações estratégicas do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa

²⁹ Disponível em: <https://www.rj.gov.br/seguranca/acoes-e-programas>



Social (PESP), contribuindo para a sua efetivação de forma integrada e territorializada. Destacam-se, especialmente, as convergências com a:

- **Ação Estratégica 01**, ao promover, executar e aprimorar ações de governo e de gestão da segurança pública e da defesa social;
- **Ação Estratégica 02**, ao desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores públicos e privados, voltadas à redução de crimes e conflitos sociais;
- **Ação Estratégica 05**, ao qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, por meio de ações integradas de prevenção e repressão; e
- **Ação Estratégica 12**, ao desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão da violência e da criminalidade relacionadas às mulheres, aos jovens, aos grupos vulneráveis, bem como ao enfrentamento do desaparecimento e do tráfico de pessoas.

Dessa forma, o Plano Estratégico de Reocupação Territorial reforça a coerência e a complementaridade das políticas públicas de segurança no âmbito estadual, contribuindo para a atuação integrada, eficaz e orientada por resultados.



Anexo II - Princípios do Urbanismo Social como fundamento da ação

O termo Urbanismo Social foi popularizado a partir de 2003, com o início de um programa na cidade de Medellín, na Colômbia, que mais tarde tornou-se referência nesse tema. O conceito contempla a promoção de melhorias socioeconômicas, físicas e ambientais em áreas vulneráveis, por meio de práticas inclusivas e de transformação do território. Essa abordagem marcou uma ruptura com os modelos tradicionais de intervenção urbana, ao priorizar o engajamento das comunidades e a valorização da experiência local como eixos centrais do planejamento e da execução de projetos urbanos.

A proposta colombiana tinha como foco o impacto social das intervenções urbanísticas e, diante de seus resultados positivos, passou a inspirar outras experiências na América Latina. Curiosamente, entretanto, os próprios autores de Medellín reconhecem terem sido influenciados pelo projeto pioneiro e premiado de urbanização de favelas³⁰, o Favela-Bairro, desenvolvido pelo município do Rio de Janeiro na década de 1990 (FERREIRA, 2007). Embora exista uma distinção teórica entre os conceitos de “urbanismo social” e “urbanização de favelas”, estes são entendidos aqui como abordagens que se complementam.

Em referência ao caso da Colômbia, a ênfase foi na redução da violência urbana, desde a seleção inicial dos territórios (sempre aqueles com índices de maior violência), passando pelas abordagens sociais e urbanas integradas às de cultura e educação como estratégia de ação (em contraposição à postura policial repressora).

Não obstante, Medellín não pode ser considerada um projeto de fácil replicação. No caso colombiano, uma empresa pública municipal com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, a Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU, liderou todo o processo de implementação das intervenções (elaboração, coordenação institucional, planejamento e implementação via Projetos Urbanos Integrados - PUIS). Portanto, considerando o arcabouço institucional-legal distinto de cada país e as especificidades de cada cidade, resta evidente a necessidade de adaptação das estratégias caso a caso.

30 Entende-se por favela a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação informal e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes, enquadrados como núcleo urbano informal consolidado, art. 29, §5º da Lei Complementar nº 270/2024.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Figura 1 - Metrocable de Medellín



Fonte: <https://thecityfix.com/blog/urban-transformations-medellin-metrocable-connects-people-ways-one-madeleine-galvin-anne-maassen/>

Utilizando como principal referencial metodológico o *Guia de Urbanismo Social* (INS-
PER, 2021) e o *Guia Prático de Urbanismo Social* (ALVIM et al, 2024), produzidos pelo Núcleo
de Urbanismo Social do Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, o presente Plano Estratégico
de Reocupação Territorial propõe estabelecer estratégias que aproveitam lições aprendidas
para antecipar desafios enfrentados pelas cidades onde houve intervenções que transfor-
maram territórios marcados por carências e informalidades em bairros com serviços e opor-
tunidades, mas adaptando-as ao contexto específico do território fluminense.



Figura 2 - Favela Santa Marta



Fonte: Lindrik/Getty Images/iStockphoto

No Brasil, além do Favela-Bairro, outras iniciativas demonstram os efeitos positivos da articulação entre urbanismo, inclusão social e segurança cidadã. Em 2019, o projeto Compaz (Centros Comunitários da Paz)³¹, vinculados à Secretaria de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife, foi reconhecido pelo Programa Cidades Sustentáveis e pela Oxfam Brasil como a melhor iniciativa do país para a redução da desigualdade social, por meio da difusão da cultura de paz, inclusão social e fortalecimento comunitário.

Com o intuito de ampliar o aprendizado institucional e identificar boas práticas aplicáveis ao contexto local, foram realizados estudos de *benchmarking* dos projetos de referência nacional e internacional. Para entender as iniciativas locais, por outro lado, buscou-se uma interlocução com acadêmicos e pesquisadores do tema e com vivência direta em comunidades.

No Quadro 1, apresentam-se os principais projetos identificados para essa publicação, sem prejuízo de que novas práticas sejam continuamente observadas e incorporadas ao repertório de experiências a serem replicadas. Neste mapeamento, também são categorizados dois tipos de estratégias para orientar políticas públicas em territórios vulneráveis, conforme *Guia Prático de Urbanismo Social* (INSPER, 2024),

³¹ Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/node/289849>



- **Transformações amplas:** abrangem ações estruturais e integradas, voltadas à reorganização urbana, fortalecimento da presença estatal e redução das desigualdades territoriais. Demandam articulação intersetorial e continuidade administrativa para gerar mudanças sustentáveis.
- **Intervenções transformadoras focais:** concentram-se em áreas ou projetos específicos com alto potencial de impacto local, funcionando como experiências demonstrativas que podem ser replicadas ou ampliadas posteriormente.

Ambas as estratégias devem ser articuladas de forma complementar: as intervenções focais testam soluções e mobilizam a comunidade, enquanto as transformações amplas consolidam e expandem os resultados obtidos.

Além dos programas elencados, outras boas práticas implementadas no Brasil, não necessariamente focadas em Urbanismo Social, devem ser consideradas como referência para o enfrentamento da violência e a promoção da segurança em territórios vulneráveis. O programa Fica Vivo, desenvolvido em Minas Gerais, busca reduzir os homicídios de jovens entre 12 e 24 anos por meio de ações de proteção social, oficinas de esporte, cultura e arte, além de fóruns comunitários voltados à mediação de conflitos e ao fortalecimento de vínculos.

Outra iniciativa relevante é o programa Solo Seguro, do CNJ, em parceria com prefeituras locais, que atua na regularização fundiária de áreas sensíveis, contribuindo para a formalização dos territórios e a garantia de direitos básicos à população. Essas iniciativas são complementares entre si e refletem uma abordagem integrada que alia segurança pública, proteção social, urbanismo e participação comunitária. Demonstram, assim, o potencial de estratégias multissetoriais e articuladas, capazes de responder aos desafios complexos dos territórios sob domínio armado.

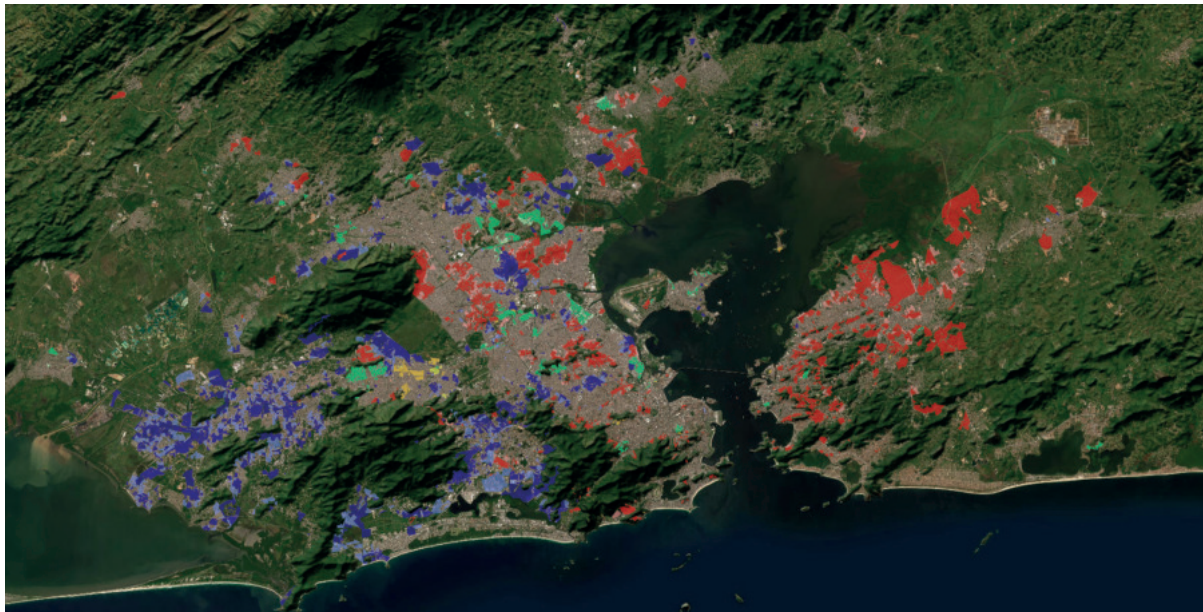
Para o Estado do Rio de Janeiro, essas referências oferecem subsídios para a formulação de políticas adaptadas à realidade local, evidenciando que o fortalecimento da presença estatal, quando articulado a políticas públicas inclusivas, pode contribuir para a reconstrução do tecido social e a redução da violência.

O mapa a seguir, que faz parte da pesquisa *Grande Rio sob disputa* (GENI-UFF e Instituto Fogo Cruzado), evidencia a fragmentação do espaço urbano fluminense, marcada pela coexistência de áreas sob domínio do poder público e de territórios controlados por facções de tráfico ou milícias. Em síntese, o estudo conclui que o confronto armado é pouco eficaz para alterar o domínio territorial (apenas 5,4% das áreas mudaram de controle por conflito) e não freia a expansão dos grupos armados, que duplicaram seu território em 16 anos, indicando que a dinâmica de controle territorial é assimétrica entre os diferentes grupos.

Essa configuração espacial ilustra a dimensão concreta do desafio de reconstruir a autoridade estatal e restabelecer vínculos de confiança com as populações locais.



Figura 3 - Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro, 2024.



Fonte: GENI-UFF, Fogo Cruzado. Para visualizar o mapa de forma interativa, acesse: <https://fogo-cruzado.org.br/mapadosgruposarmados/>

Outra característica que define o Urbanismo Social consiste na “utilização do urbanismo tático, abordagem do planejamento urbano e *design* para construção e ativação de uma vizinhança, usando intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo, que permitam a imediata recuperação, redesenho ou programação do espaço público, visando transformações duradouras na cidade, por meio de uma atuação em rede” (LYDON; GARCIA, 2015).

Conforme Alvim et al (2024), o urbanismo tático é uma ferramenta do Urbanismo Social por permitir intervenções inclusivas, rápidas e de baixo custo, voltadas a problemas urbanos específicos, como a qualificação de espaços públicos, a segurança: viária, as áreas verdes e a conectividade urbana, com potencial de induzir transformações mais estruturais e duradouras.

Em suma, o urbanismo social não é um modelo único ou uma fórmula pronta, mas um conjunto de soluções adaptáveis a cada realidade, que se concretizam por meio de políticas públicas integradas voltadas à redução das desigualdades sociais e à garantia de serviços públicos de qualidade para os moradores dos territórios mais vulneráveis.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança Pública

Anexo III - Relatório de Pesquisa

Muzema, Rio das Pedras e Gardênia Azul

Realização

Rosângela Gomes

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Victor Cesar Carvalho dos Santos

Secretário de Estado de Segurança Pública

Coordenação

Aline Forasteiro

Subsecretária de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Eliane Vieira Lacerda Almeida

Superintendente de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Marcelo Cardoso Domingues

Superintendente

Secretária de Estado de Segurança Pública

Equipe Técnica

Anderson Ferreira Dias

Francine do Val Siciliano

Jony Vieira Barbosa Laurindo

Juan Carlos Fidélis

Maria Fernanda Castaneda Lafont

Raquel Mendes Macolagwa

Solmary Del Valle Andrades Brito



1. Apresentação

A ADPF nº 635, conhecida como “ADPF das Favelas”, tratou-se de uma ação judicial a qual foi interposta com o objetivo de questionar a atuação do poder público no contexto das operações policiais realizadas nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere à violação de direitos fundamentais da população residente nesses territórios.

Em linhas gerais, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é uma ação judicial ajuizada no Supremo Tribunal Federal: (i) para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público; ou (ii) quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição. As decisões definitivas de mérito nessa ação têm eficácia contra todos e efeito vinculante no âmbito dos demais órgãos do Poder Público (conforme prevê o art. 102, da Constituição Federal e a Lei nº 9.882/1999).

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ação, reconheceu a existência de um quadro de violação a preceitos constitucionais, como o direito à vida, à segurança, à dignidade da pessoa humana e à proteção de grupos vulneráveis. Em sua decisão, a Corte estabeleceu uma série de determinações voltadas à restrição do uso da força letal, à promoção da transparência nas ações de segurança pública, à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como ao fortalecimento dos mecanismos de controle e responsabilização institucional.

Com o objetivo de orientar esse processo, identificou-se ser preciso realizar um diagnóstico situacional, que possibilite a identificação dos principais pontos críticos e que sirva de base para a formulação de estratégias alinhadas às especificidades do contexto social.

À vista disso, o presente trabalho foi elaborado em parceria pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública (SESP) e de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH), tendo por escopo realizar uma pesquisa de opinião aplicada aos moradores das localidades de Rio das Pedras, Gardênia Azul e Muzema, direcionada à avaliação de carências e percepção dos serviços públicos. Considerando a necessidade desse diagnóstico da percepção e condições de vida da população residente nas referidas áreas, a pesquisa visou identificar os principais fatores que limitam o exercício dos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana da população residente. As informações coletadas concretizam-se na forma deste relatório. Esta análise de campo é parte das ações previstas no Plano Estratégico de Reocupação Territorial.

A proposta alinha-se aos princípios do Urbanismo Social, que privilegia a integração entre infraestrutura, políticas públicas e participação comunitária na reconstrução dos territórios. Nesse sentido, esse levantamento alçou aspectos relacionados ao acesso à moradia, ao saneamento básico, aos serviços públicos essenciais e à infraestrutura urbana, constituindo etapa fundamental para o planejamento integrado das ações estatais nas localidades.

Assim, buscou-se aferir as percepções da população residente nas Comunidades sobre acesso a serviços públicos e condições de vida, objeto do projeto-piloto do Plano



Tático de Reocupação Territorial, identificando suas principais demandas de apoio, para instruir à condução das políticas públicas pelo Governo do Estado.

Os dados obtidos por meio da pesquisa subsidiarão o planejamento e a implementação das ações do Plano Tático, contribuindo para a formulação de políticas mais alinhadas às necessidades reais da população.

A pesquisa tem dentre suas premissas apoiar o estágio inicial das implementações das medidas de execução do Plano Tático de Reocupação Territorial, assegurar condições para um adequado monitoramento das ações bem como ampliar o diálogo dos gestores com a população local, pela escuta ativa, com vistas à uma melhor qualificação de políticas públicas. Portanto, através dessa medida, intenta-se estimular a participação comunitária e o engajamento de suas expectativas com o processo. Como parte desse processo, as análises e os dados apresentados neste relatório relacionar-se-ão com as demais análises já realizadas, para a construção de um diagnóstico situacional, possibilitando a identificação dos principais pontos críticos, e formatando-se a base para que as execuções das estratégias sejam alinhadas às especificidades do contexto.

2. Metodologia

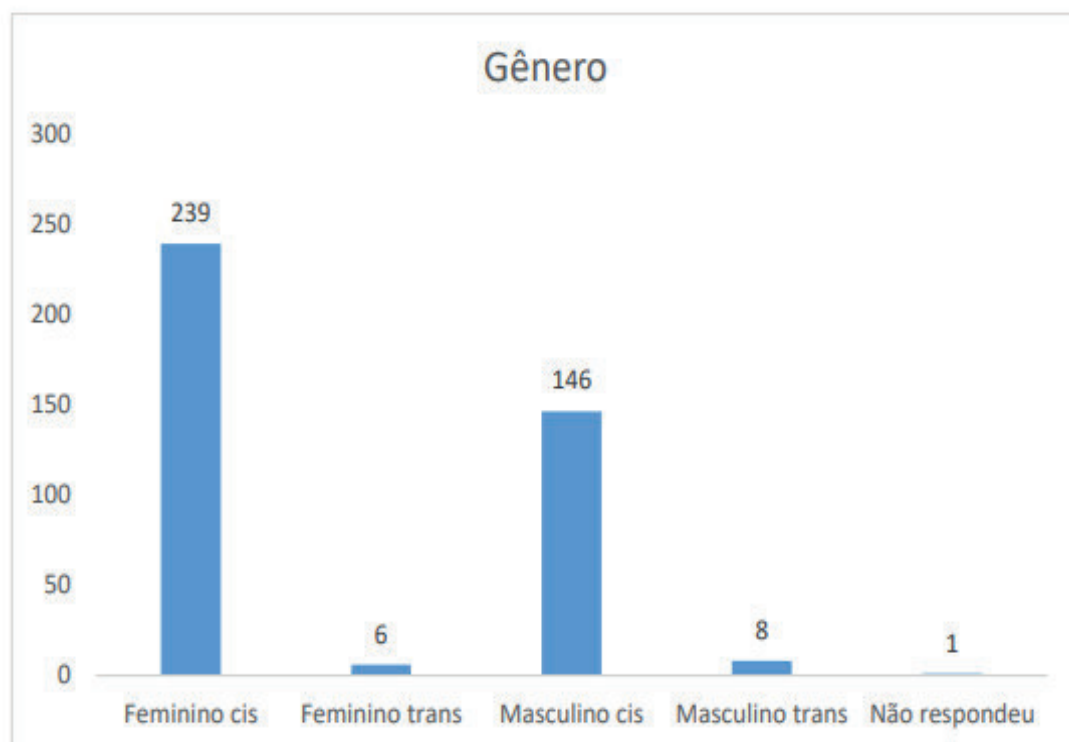
- Método: Pesquisa quantitativa, descritiva, por amostragem.
- Técnica de coleta dos dados: entrevistas pessoais, individuais, domiciliares.
- Instrumento de coleta dos dados: questionário estruturado.
- Público-alvo: população de homens e mulheres, a partir de 16 anos de idade, de todas as classes econômicas, residentes localidades de Rio das Pedras, Gardênia Azul e Muzema.
- Amostra: 400 entrevistas
- Período de realização das entrevistas em campo: dezembro de 2025.

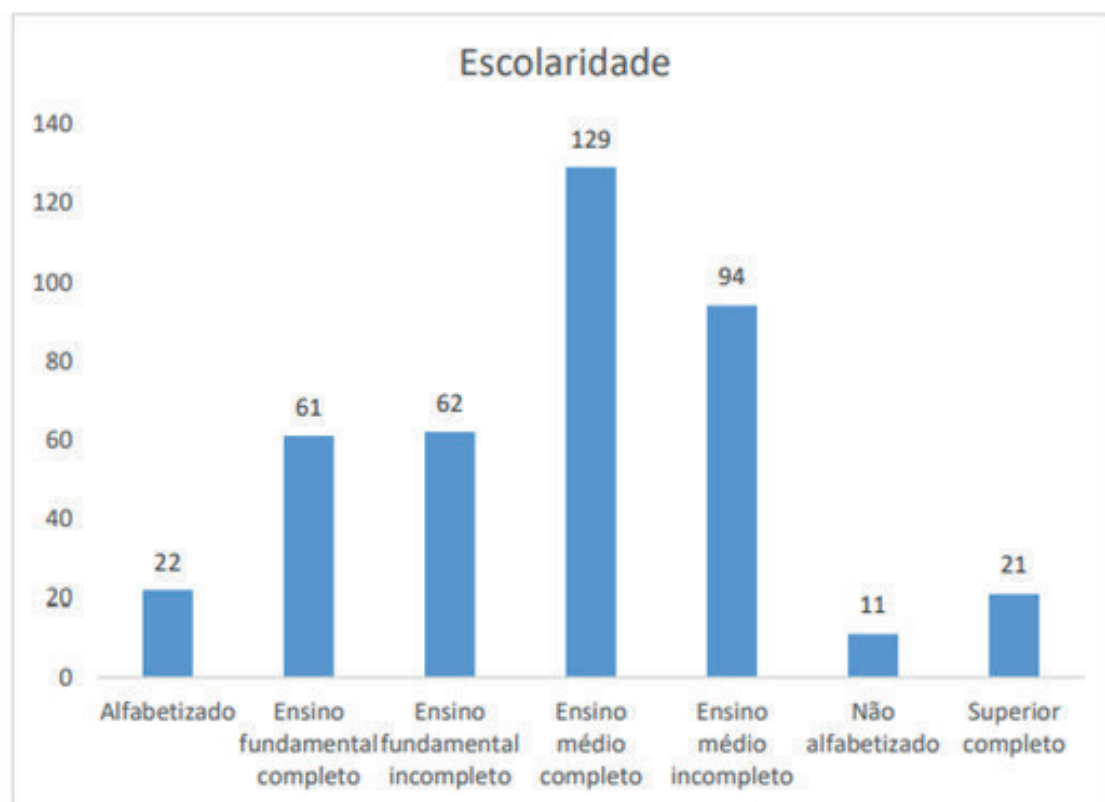
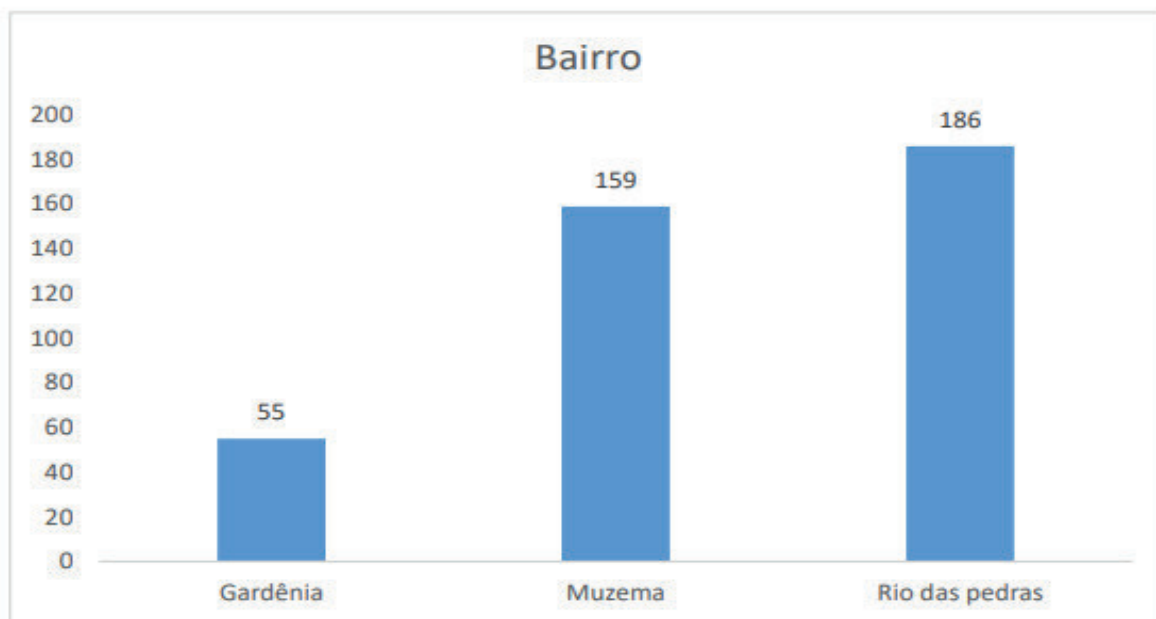
O questionário de entrevista foi estruturado em 6 partes. Tratou-se de segmentá-la em conteúdos sobre: (i) informações sobre o perfil dos participantes, delimitando faixa etária, etnia, escolaridade, gênero e estado civil; (ii) perguntas sobre o grau de participação e pertencimento do entrevistado à comunidade, perquirindo sobre tempo de moradia no local, participação em projetos comunitários; (iii) realidade socioeconômica e segurança alimentar, como quantidade de pessoas da família, emprego formal ou informal e ocupação econômica ativa, recebimento de benefícios sociais; (iv) percepção sobre a qualidade dos serviços públicos e demandas por estes; (v) conhecimento acerca da política pública do Plano de Reocupação Territorial e (vi) grau de confiança e credibilidade nas forças policiais.

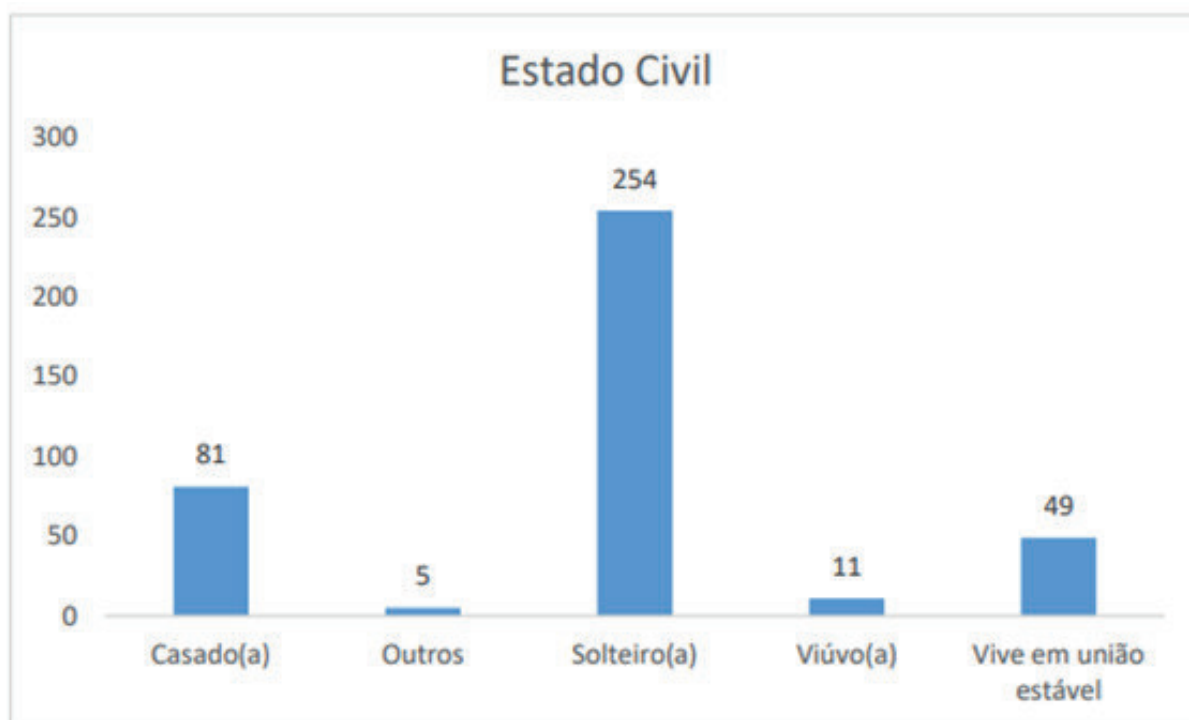
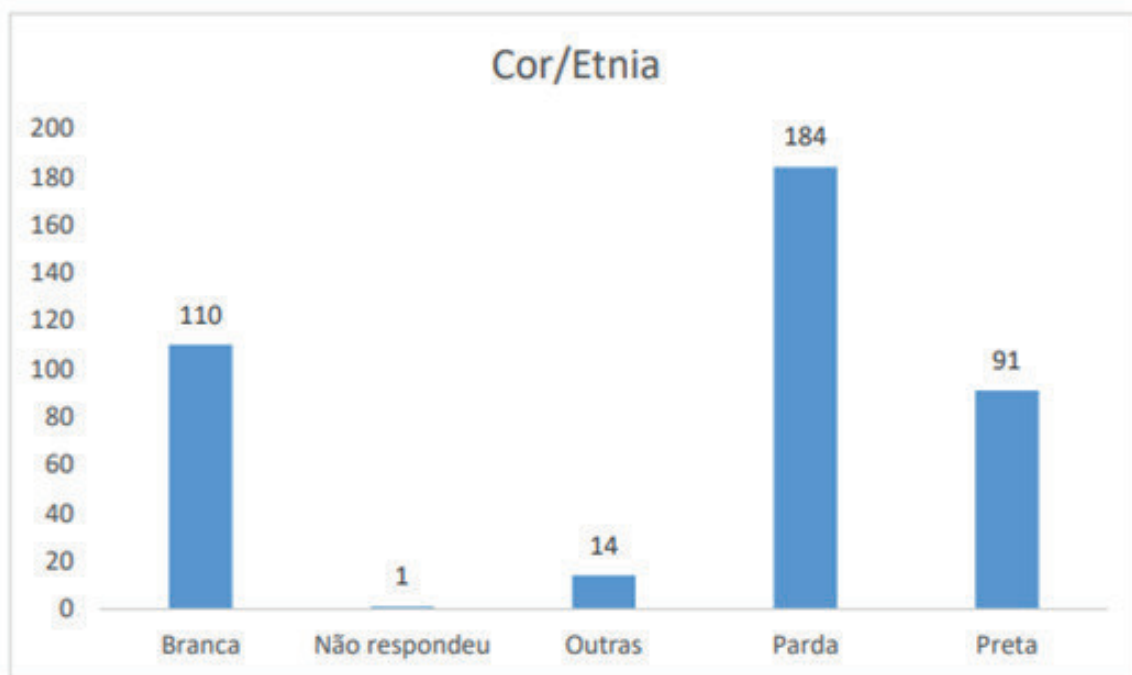
Constitui-se o questionário com perguntas fechadas orientadas às respostas de múltipla escolha, seguindo a escala Likert, além perguntas abertas destinadas à apresentação de sugestões de melhorias por parte dos respondentes. Não foram coletados dados pessoais que pudessem identificar os respondentes, garantindo a confidencialidade, integridade e a participação isenta de todos os entrevistados.

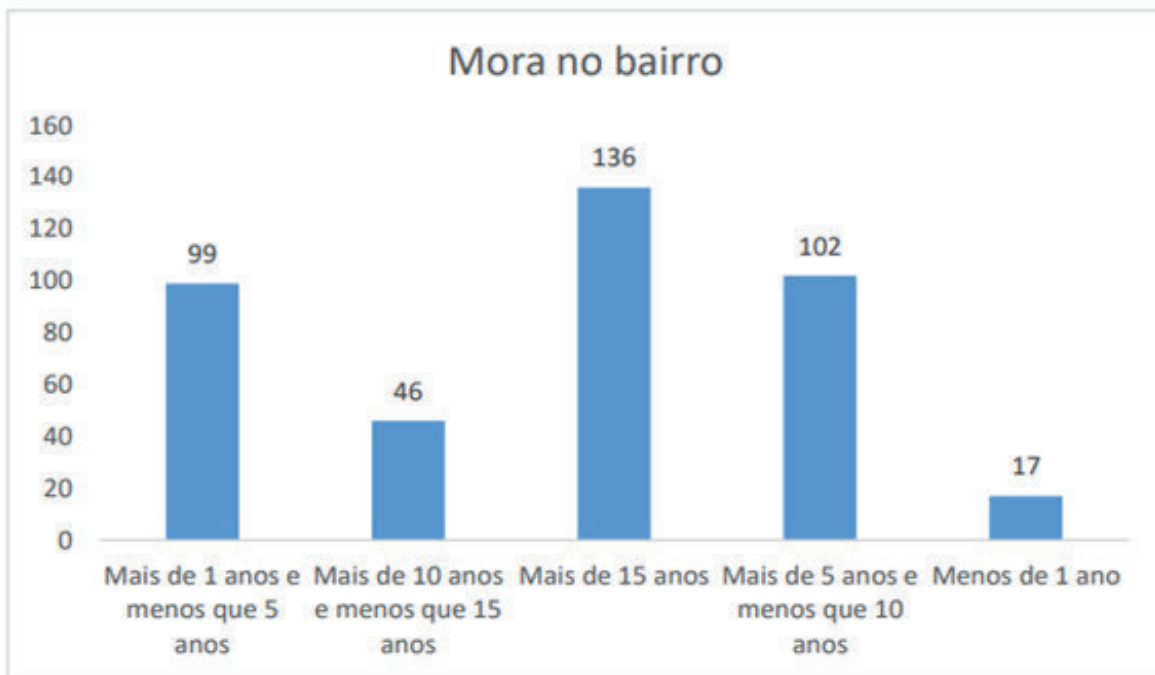


3. Resultados Gerais









4.1. Perfil dos entrevistados

Não obstante a diversidade de idades entre os participantes, a maior concentração de entrevistados ficou na faixa etária de 20 a 40 anos de idade.

Com referência à identidade de gênero houve a predominância de pessoas que se identificaram como feminino cis, 59,8%. Importante destacar a presença de pessoas declaradas dos gêneros feminino trans e masculino trans, 3,5%. Esse fator assinala a necessidade da construção de propostas institucionais a orientar ações afirmativas que promovam a diversidade e a inclusão de forma efetiva, para o enfrentamento das desigualdades resultantes da transfobia.

A maioria dos entrevistados possui o ensino médio completo, 32,3%. Entretanto, pontua-se o conjunto de pessoas não alfabetizadas, alfabetizadas e com ensino fundamental incompleto. Aqueles do nível elementar, alfabetizadas e com ensino fundamental incompleto, via de regra compreendem textos médios e são capazes de concluir operações matemáticas básicas, como soma, subtração, divisão e multiplicação. Isso muito embora demande um aprofundamento na estratificação destes dados, permite inferir serem propícias ações voltadas à educação para reduzir as desigualdades provocadas pelo analfabetismo e analfabetismo funcional, por meio da política de educação de jovens e adultos.



4.2. Grau de participação e pertencimento do entrevistado à comunidade

O maior número de entrevistados se sente satisfeito em morar na localidade, 42,5%. O tempo médio habitado no local ficou estimado entre 5 anos e 15 anos, 71% dos entrevistados. A grande maioria das moradias é alugada, 74,3%, sendo construídas de alvenaria.

O percentual de 74,5% respondeu que não participam de projetos sociais. Se conjugadas tais respostas com as críticas aos serviços públicos e as reclamações pelas poucas opções de lazer na localidade, indica-se a importância de investimentos em projetos sociais de cultura e lazer na região.

Inobstante a presença de representação comunitária por constituídas associações moradores, observou-se a falta de núcleos de mediação de conflitos, para cuidar de litígios de vizinhança e questões de convivência social e urbana.

4.3. Realidade socioeconômica e segurança alimentar

A maior parte das famílias é formada por entre 3 e 4 pessoas totalizando 52,3%, sendo também maioria àquelas que recebem algum tipo de auxílio financeiro assistencial atingindo 51,2%. Quanto à ocupação econômica, 42,2% sobrevivem de vínculos de trabalho informal e 14,6% não está economicamente ativa, sendo 7,8% desempregados e 6,8% estudantes. Essa alta taxa de informalidade frequentemente associa-se a condições precárias de trabalho onde a pessoa se expõe a riscos, além de não estarem protegidos por mecanismos de seguridade social, como indicado pelo não recolhimento do INSS por parte dos entrevistados.

No campo da insegurança alimentar, delineadas perguntas em três níveis de aferição, leve, moderado e grave, aferiu-se que 36,5% da população passa por períodos de insegurança alimentar leve, 22,8 % moderada e 27,3% grave.

4.4. Percepção sobre a qualidade dos serviços públicos e demandas

Sobre a percepção dos moradores acerca da qualidade dos serviços públicos, a avaliação subjetiva da população em entrevista, demonstrou que entre as expectativas por um resultado esperado com um grau de eficiência satisfatória e a real e efetiva prestação, existe um descontentamento com as entregas.

Acerca da experiência como usuários dos serviços e a vivência dos habitantes, possível sintetizar os seguintes pontos de atenção:

- Problema crônico de limpeza urbana, com impacto direto na saúde e qualidade de vida.
- Falta de saneamento básico e infraestrutura adequada.
- Insuficiência de escolas, vagas e atividades educativas e esportivas.



- Rede de saúde considerada insuficiente para a demanda da população.
- Desejo por desenvolvimento social, lazer e inclusão.

4.5. Conhecimento acerca da política pública do Plano de Reocupação Territorial

A pesquisa quantitativa apontou uma significativa falta de informação acerca da política pública de Reocupação Territorial, 57,3% dos moradores não tomaram conhecimento ou está mal-informado e 33,8% declaram estarem mais ou menos informados. Esse fator de incerteza sugere o incremento de ações informativas direcionadas à população local, objetivando fomentar o engajamento e a participação comunitária no processo.

Após esclarecimentos prestados pelo aplicador da pesquisa sobre pontos básicos do que seria o Plano de Reocupação Territorial, parcela significativa dos entrevistados, 58,5%, declarou ter boas expectativas nos seus resultados.

4.6. Grau de confiança e credibilidade nas forças policiais

A respeito do grau de confiança e credibilidade da população local em face da atividade das forças de segurança pública, a coleta de dados aponta um indicador de um grau de confiança, 25,5%, e uma confiança de grau moderado de 36,2%.

Entretanto, as indagações acerca da maneira de agir dos policiais que atuam na localidade com respeito aos direitos dos cidadãos, indicou uma parcela significativa de errado proceder no tocante à observância de direitos dos cidadãos. Isso alerta para a necessidade de reforço das práticas de capacitação de “polícia de proximidade” e “policiamento orientado à solução de problemas”. Tendo também por boa prática, ser recomendável o incremento e a facilitação de acesso aos canais de ouvidoria e corregedoria das forças de segurança pública.

5. Considerações Finais

Os indicadores reunidos permitem concluir que há um cenário de expectativas positivas pela implementação de políticas públicas na localidade, dirigidas à melhoria da qualidade de vida da população.

Os dados sobre a percepção dos serviços básicos revelaram deficiências, com necessidade de avanços em obras estruturais.

Há parcela significativa da população subempregada e sem cobertura previdenciária, evidenciando a importância de programas de capacitação profissional e estímulo ao desenvolvimento de uma economia sustentável e o fomento de iniciativas locais para geração de emprego e renda.

O bom grau de confiança nas forças de segurança pública não dialoga corretamente com o assinalamento de condutas desviantes praticadas por agentes públicos, muito



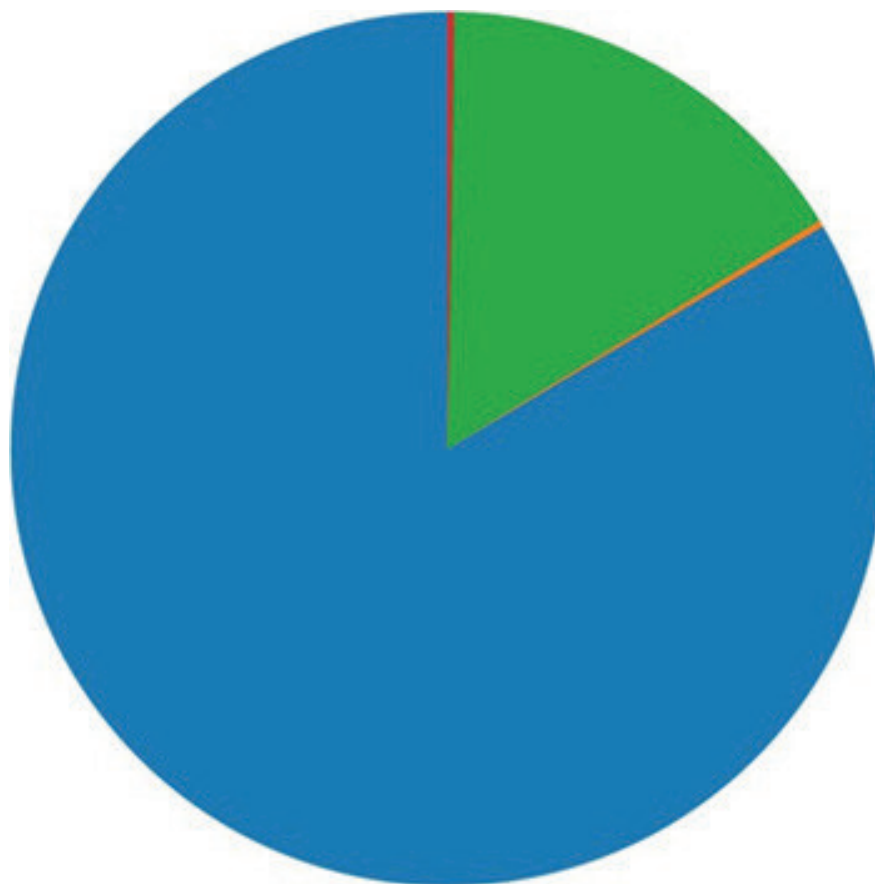
possivelmente fruto da observação cotidiana dos entrevistados ou da percepção de relatos de outros moradores. Isso fragiliza a legitimidade da atuação das forças de segurança pública. Como contramedida, surge apropriada a ampliação de canais de escuta ativa, ouvidoria e corregedoria, dando ênfase aos mecanismos de controle interno e capacitação em “polícia de proximidade”.

Esta pesquisa pretende contribuir com informações para subsidiar políticas públicas, que busquem a melhoria da qualidade de vida da população. Há um perfil de vulnerabilidade e hipossuficiência, a demandar intervenção assistencial. Assim, transparece crucial associar o desenvolvimento das políticas públicas a mecanismos de monitoramento, construindo-se indicadores de desempenho e eficácia, a permitirem ajustes de escopo de projetos, sempre contando com a participação ativa e escuta da população.



Resultado da pesquisa de satisfação sobre a prestação de serviços públicos

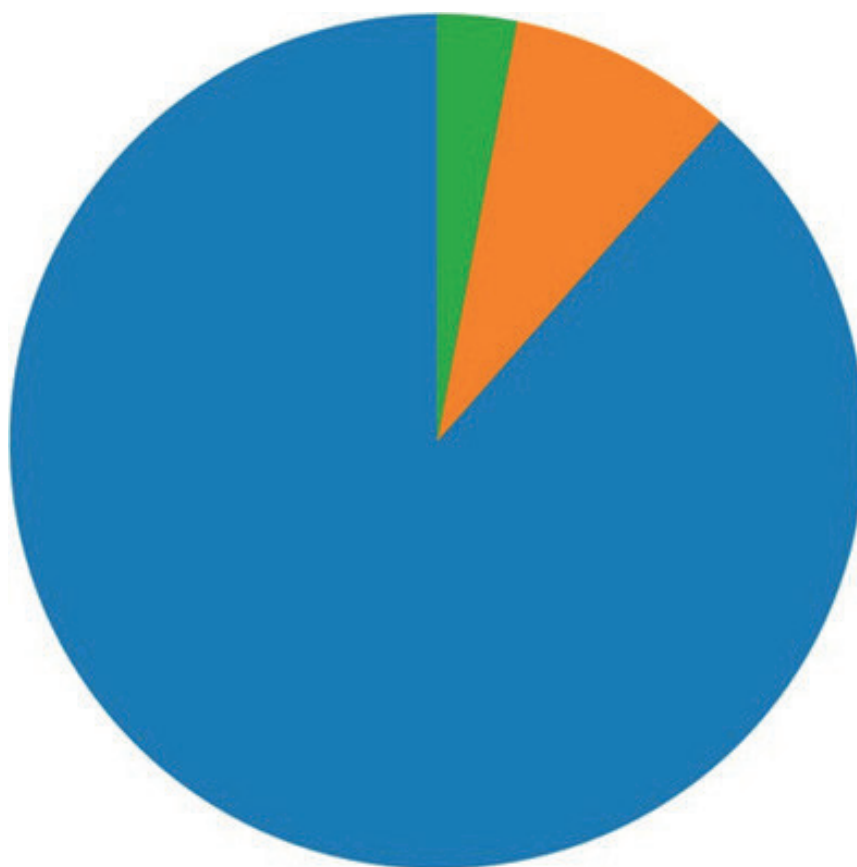
1. Nacionalidade



Brasileira	- 334 (83.5%)
Argentina	- 1 (0.2%)
Venezuelana	- 64 (16.0%)
Equatoriano	- 1 (0.2%)



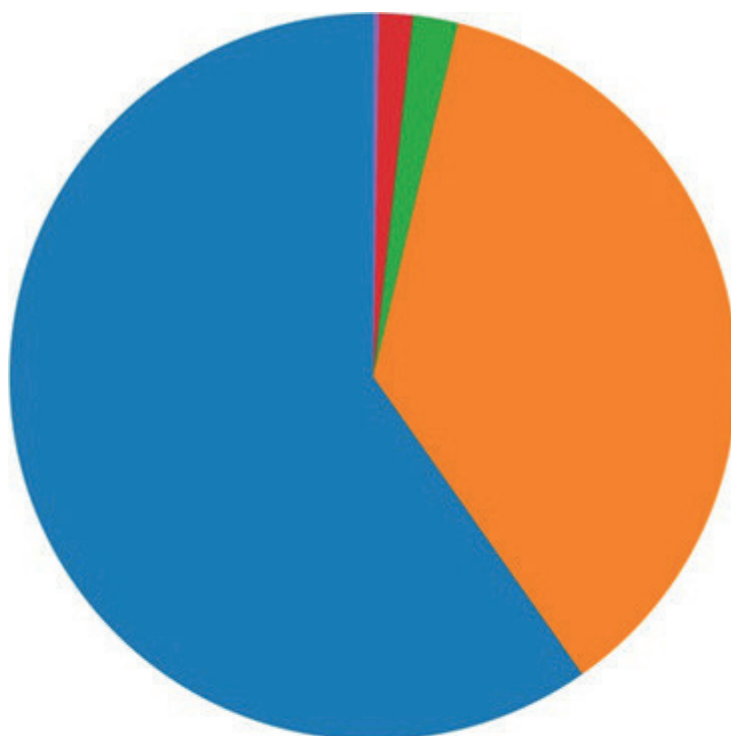
2. Você



■ Mora no bairro - 354 (88.5%)
■ Mora e trabalha no bairro - 34 (8.5%)
■ Trabalha no bairro - 12 (3.0%)



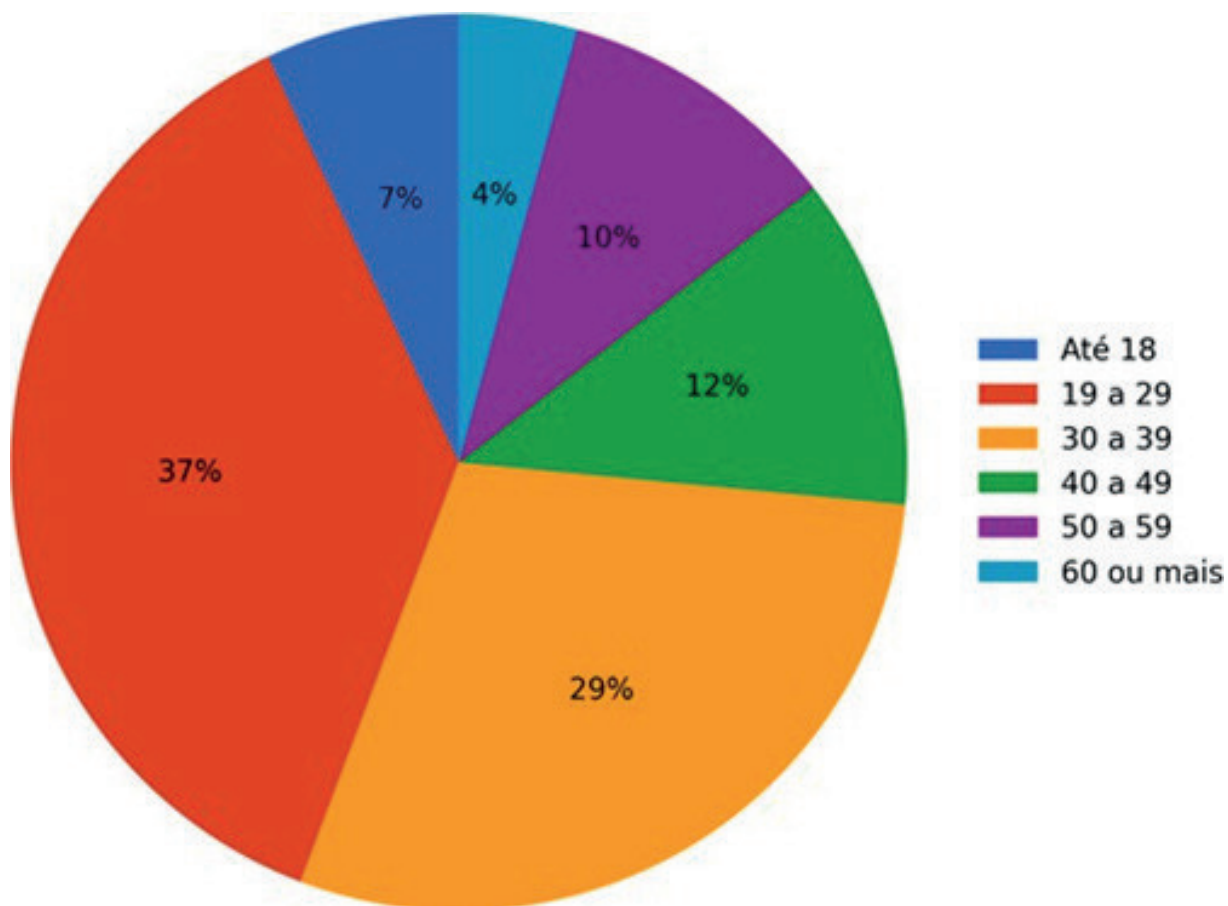
3. Gênero da pessoa entrevistada



Feminino cis	- 239 (59.8%)
Masculino cis	- 146 (36.5%)
Masculino trans	- 8 (2.0%)
Feminino trans	- 6 (1.5%)
Não respondeu	- 1 (0.2%)



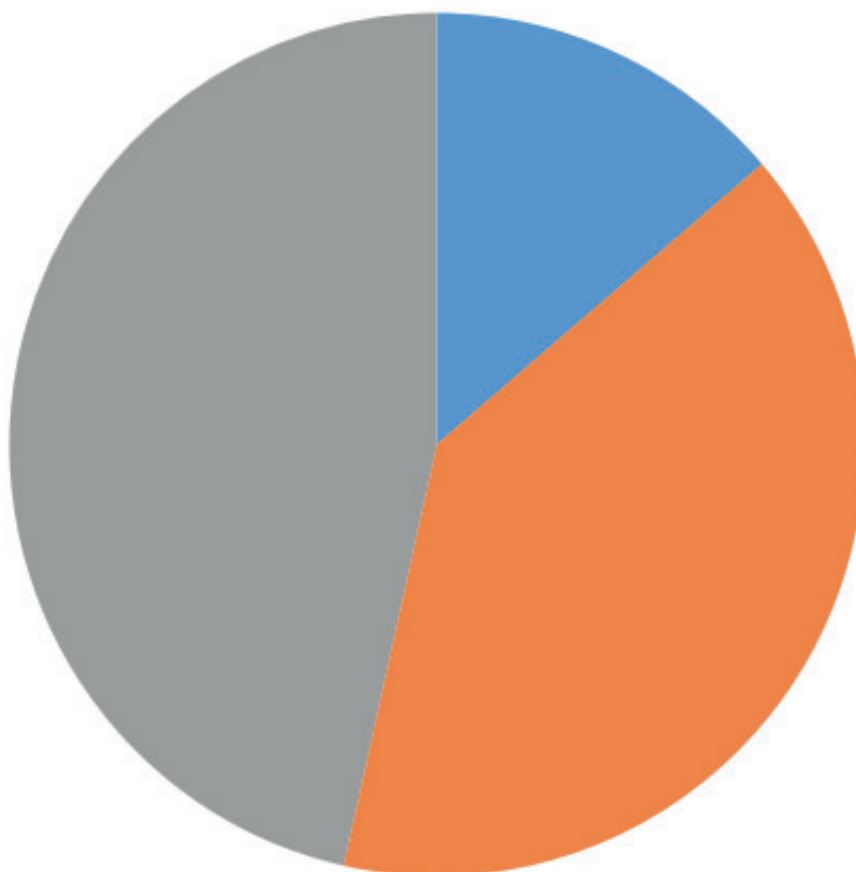
4. Idade





5. Bairro

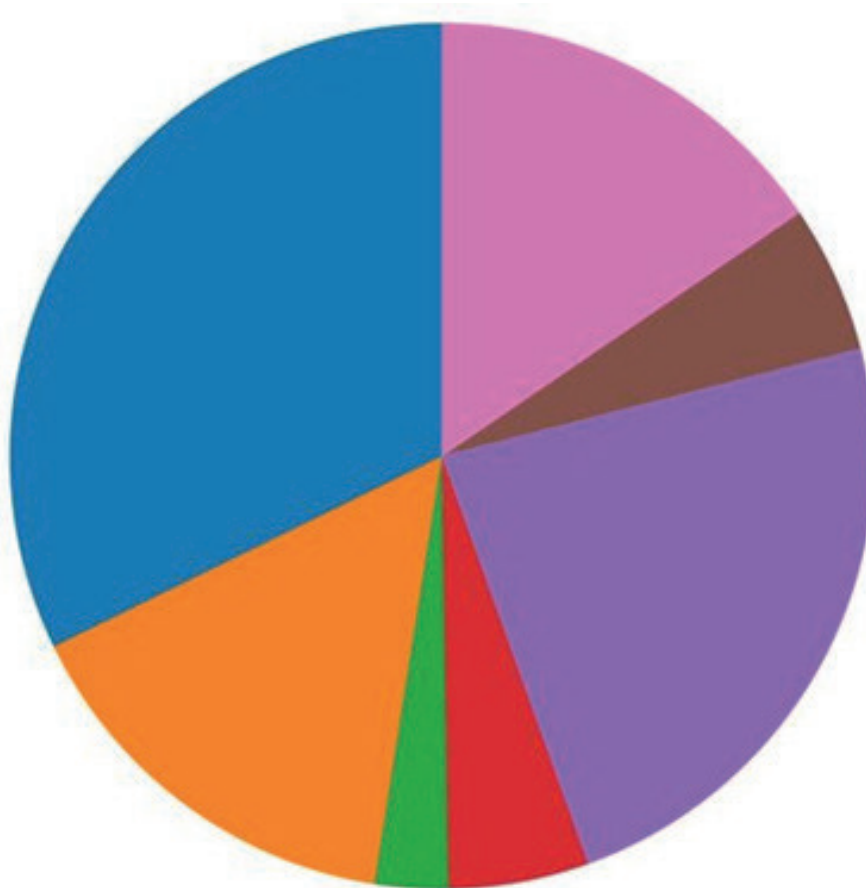
5. Bairro:



■	Rio das Pedras – 186 (46%)
■	Muzema – 159 (40%)
■	Gardênia – 55 (14%)



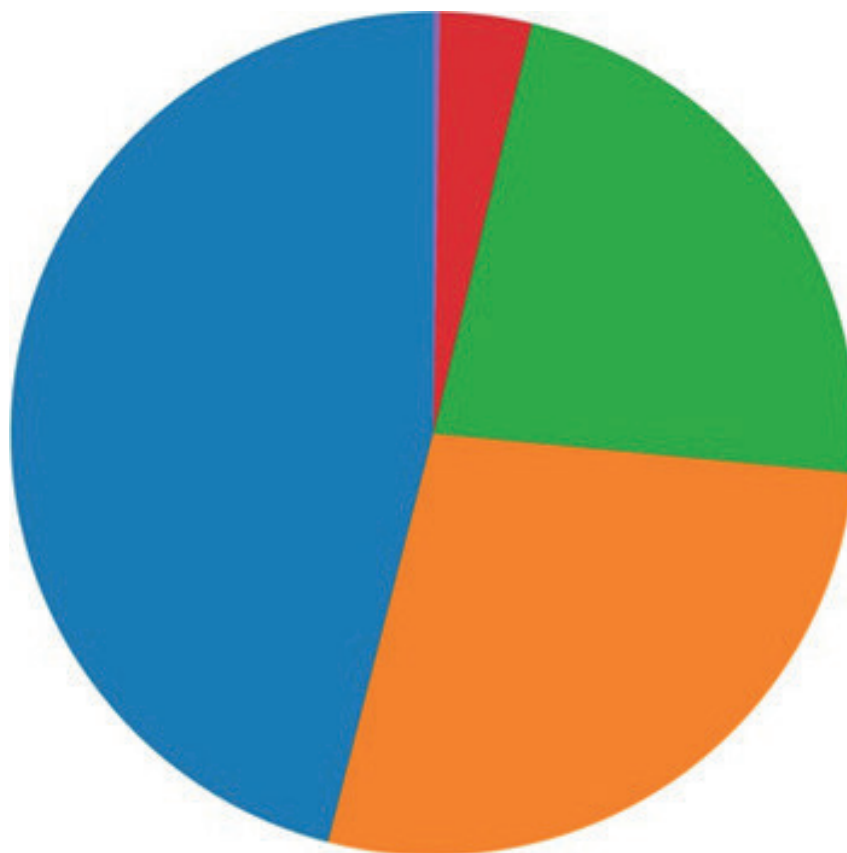
6. Escolaridade



- Ensino médio completo - 129 (32.2%)
- Ensino fundamental completo - 61 (15.2%)
- Não alfabetizado - 11 (2.8%)
- Superior completo - 21 (5.2%)
- Ensino médio incompleto - 94 (23.5%)
- Alfabetizado - 22 (5.5%)
- Ensino fundamental incompleto - 62 (15.5%)



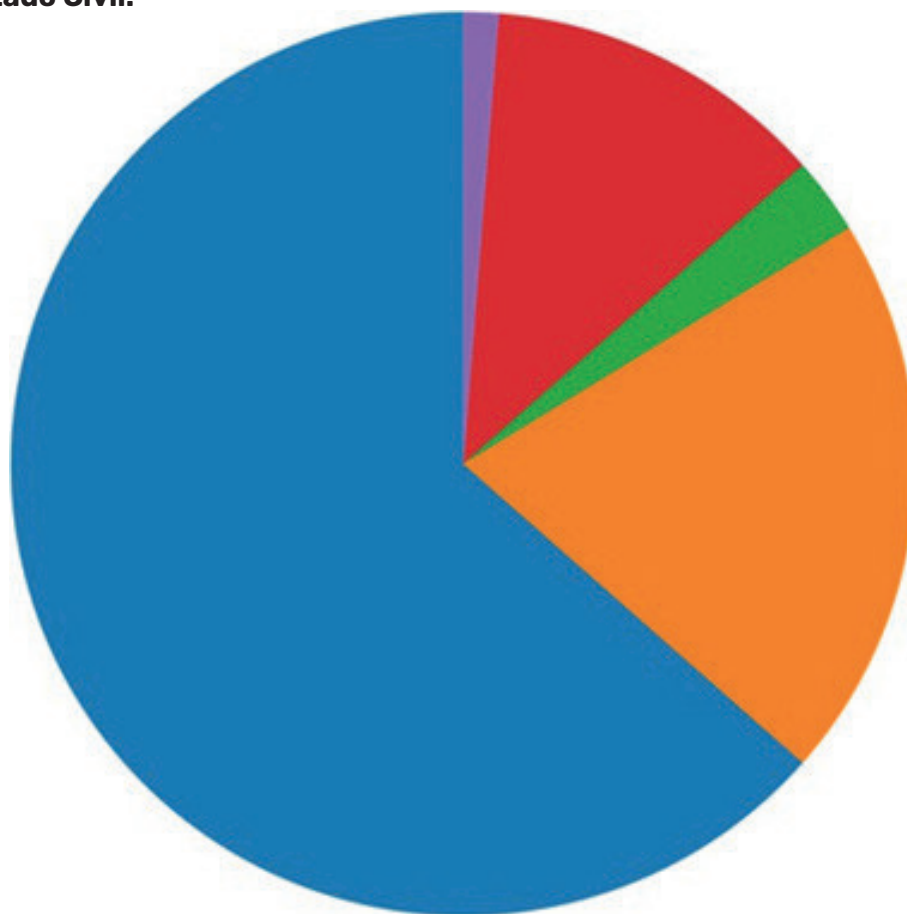
7. Como você se identifica em relação a sua cor/etnia?



Parda - 184 (46.0%)
Branca - 110 (27.5%)
Preta - 91 (22.8%)
Outras - 14 (3.5%)
Não respondeu - 1 (0.2%)



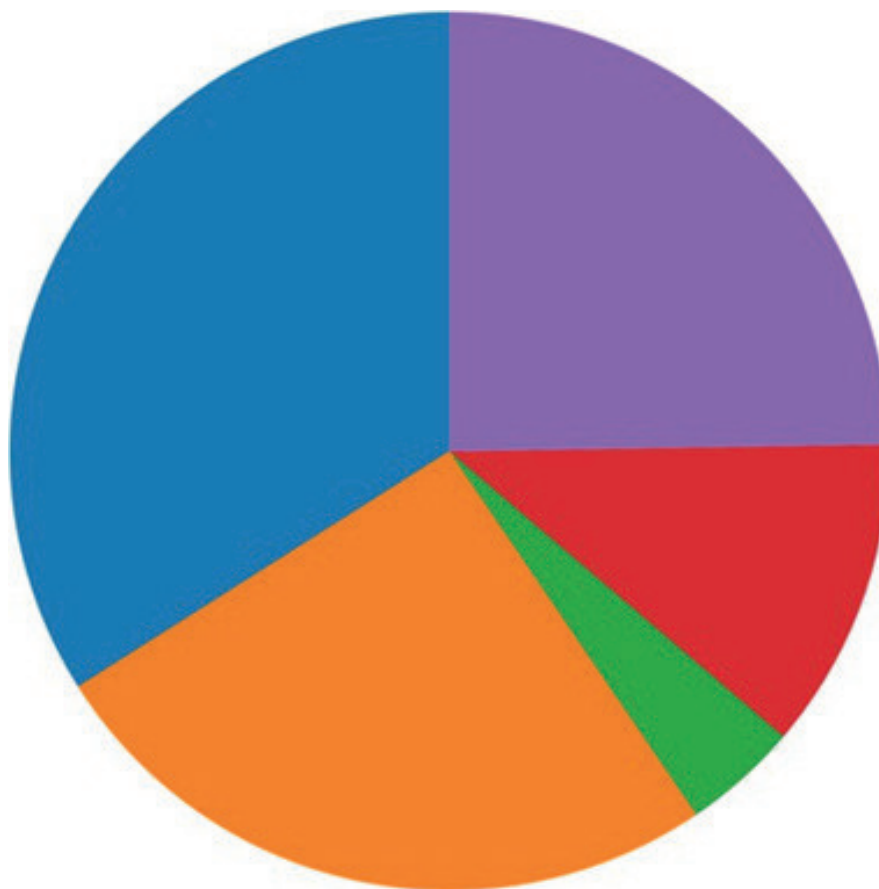
8. Estado Civil:



Solteiro(a)	- 254 (63.5%)
Casado(a)	- 81 (20.2%)
Viúvo(a)	- 11 (2.8%)
Vive em união estável	- 49 (12.2%)
Outros	- 5 (1.2%)



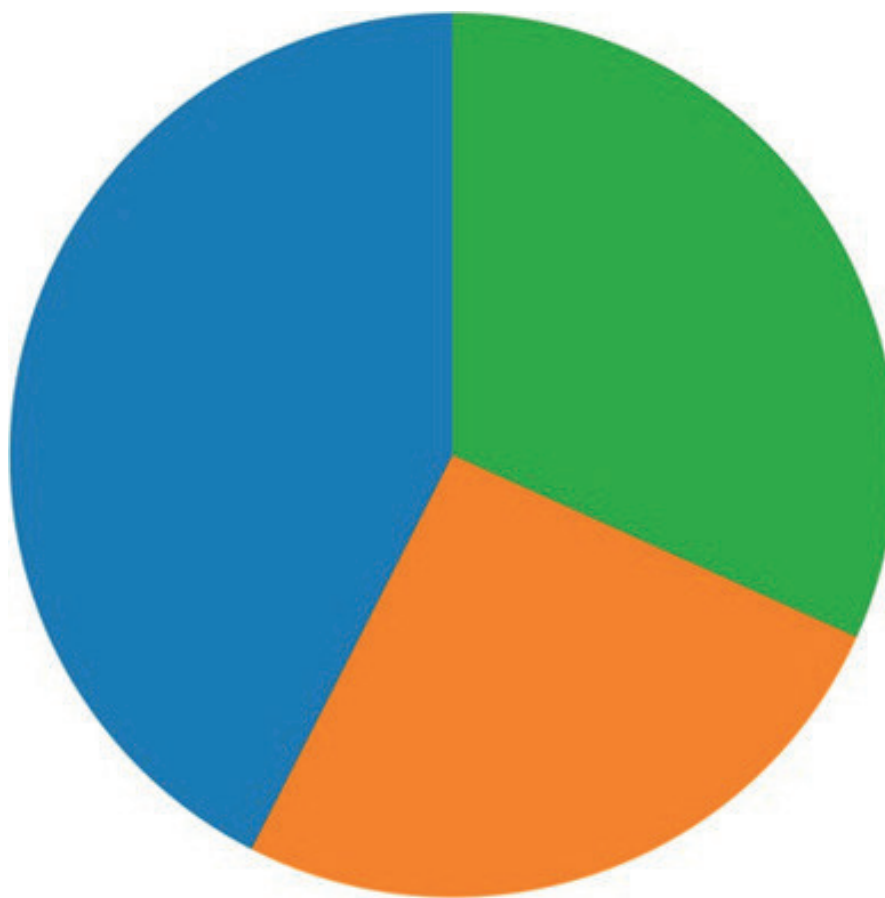
9. Você mora no bairro há?



■ Mais de 15 anos - 136 (34.0%)
■ Mais de 5 anos e menos que 10 anos - 102 (25.5%)
■ Menos de 1 ano - 17 (4.2%)
■ Mais de 10 anos e menos que 15 anos - 46 (11.5%)
■ (mais de 1 anos e menos que 5 anos - 99 (24.8%))



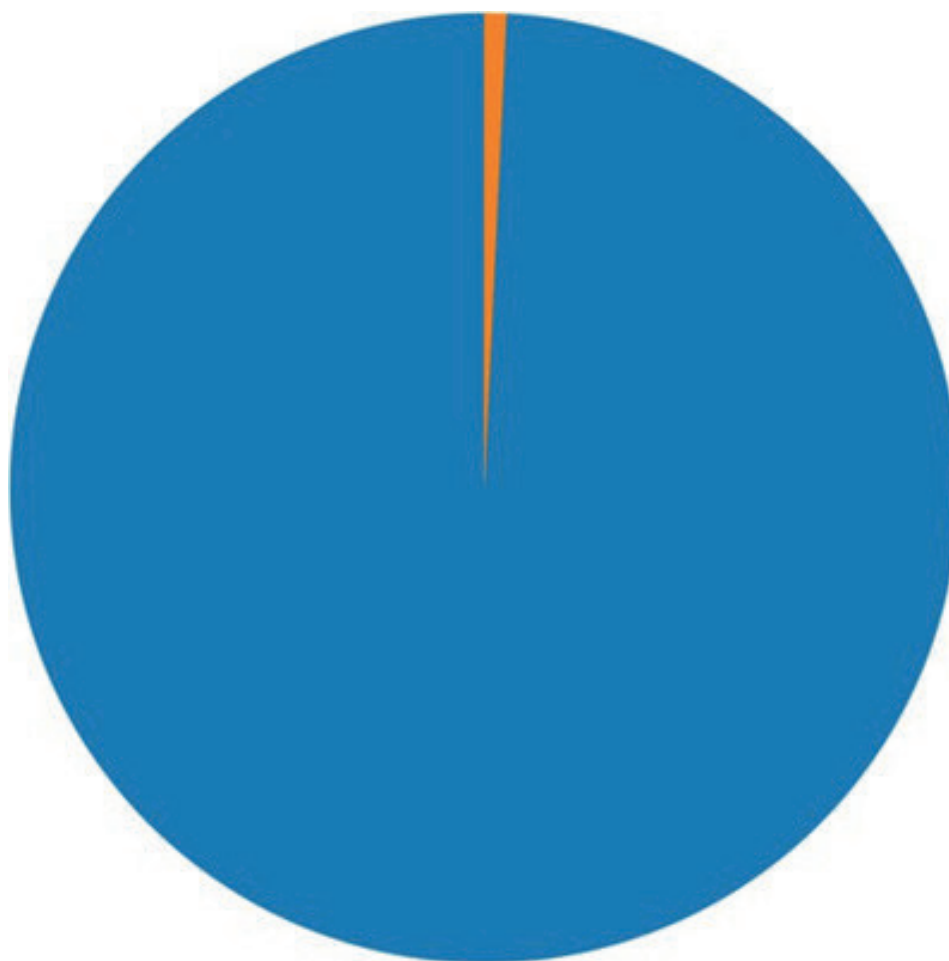
10. Você se sente bem em morar no bairro?



■ Sim - 170 (42.5%)
■ Não - 103 (25.8%)
■ Mais ou menos - 127 (31.8%)



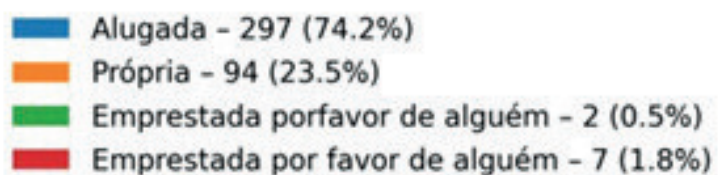
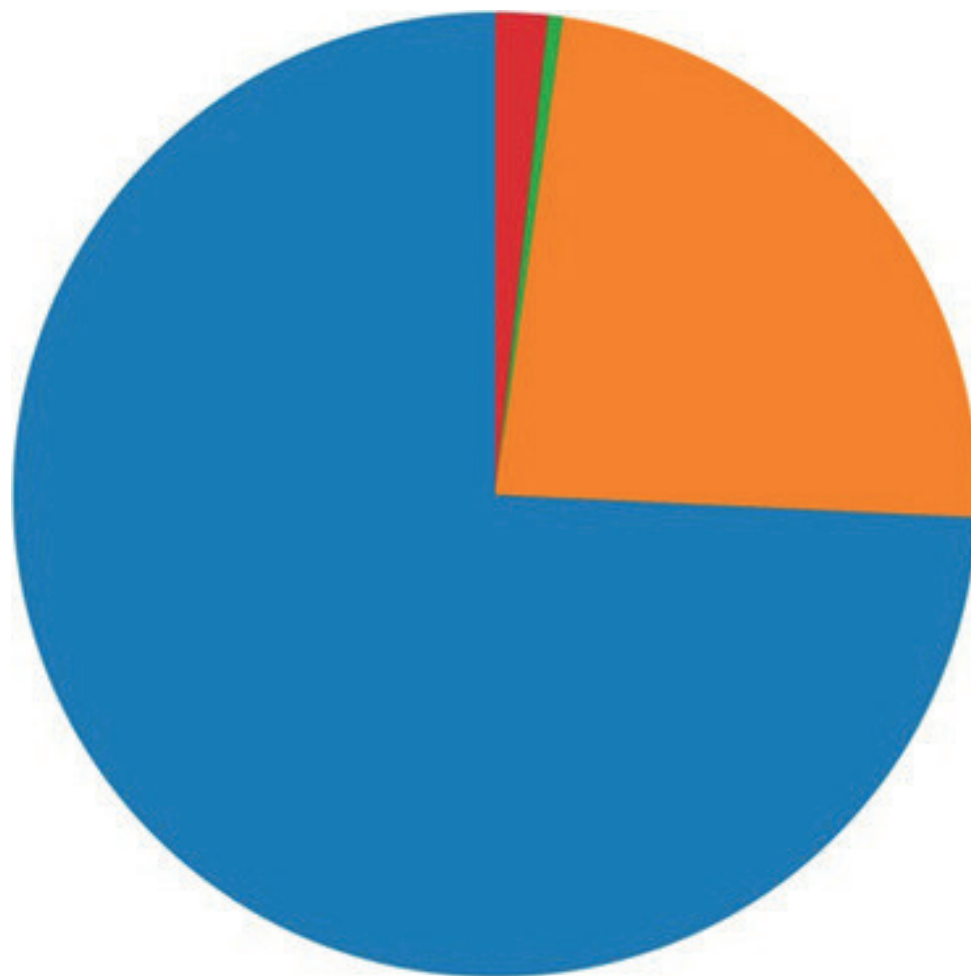
11. A sua casa é construída de:



■ Tijolos - 397 (99.2%)
■ Madeira - 3 (0.8%)

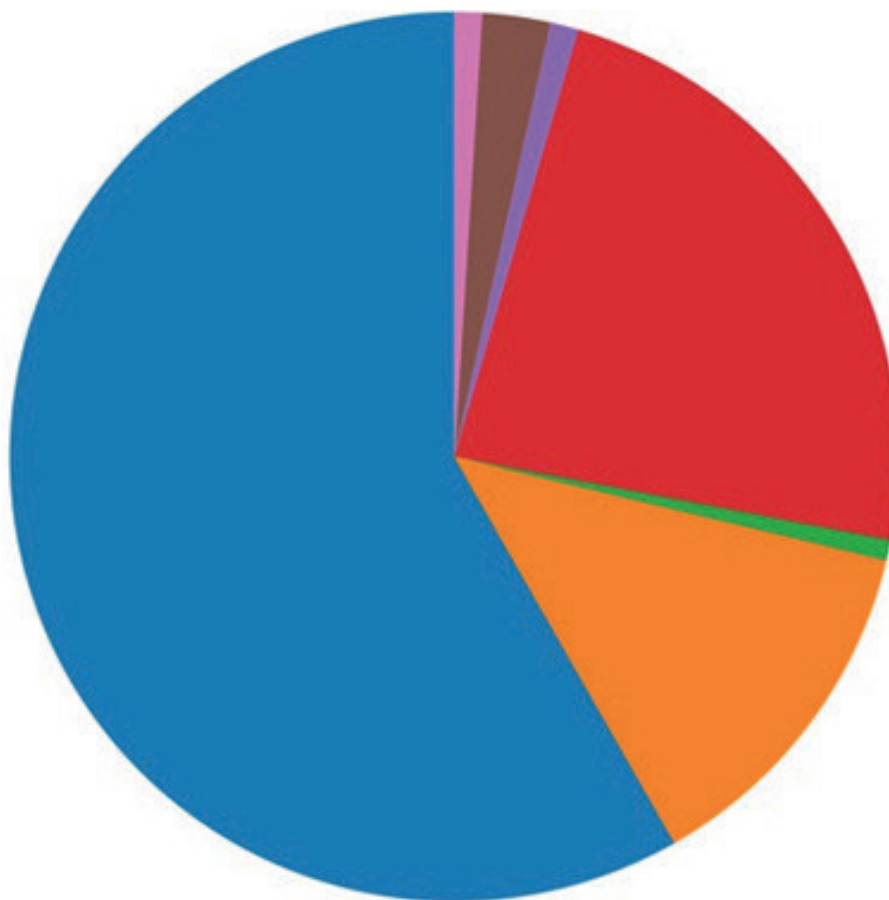


12. A sua casa é:





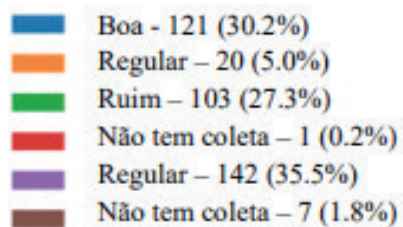
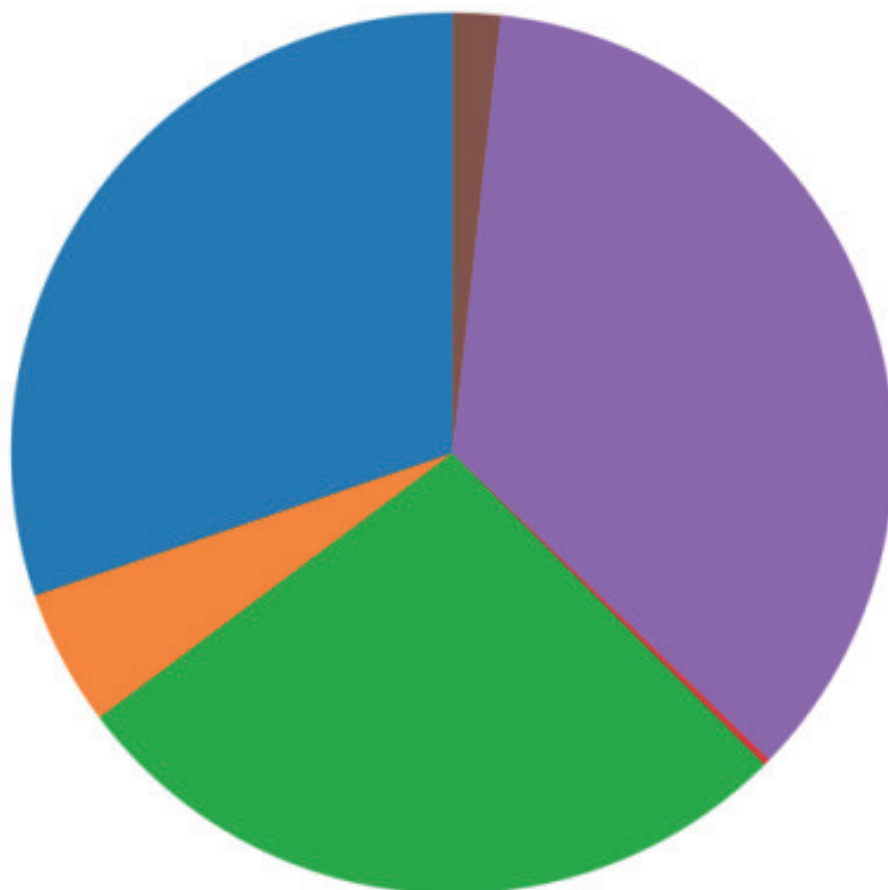
13. Na sua casa você tem:



Água encanada, esgoto (serviço de saneamento), energia elétrica, internet - 233 (58.2%)
Água encanada, esgoto (serviço de saneamento), energia elétrica - 52 (13.0%)
Água encanada - 3 (0.8%)
Energia elétrica, internet - 94 (23.5%)
Energia elétrica - 4 (1.0%)
Água encanada, energia elétrica, internet - 10 (2.5%)
Água encanada, energia elétrica - 4 (1.0%)

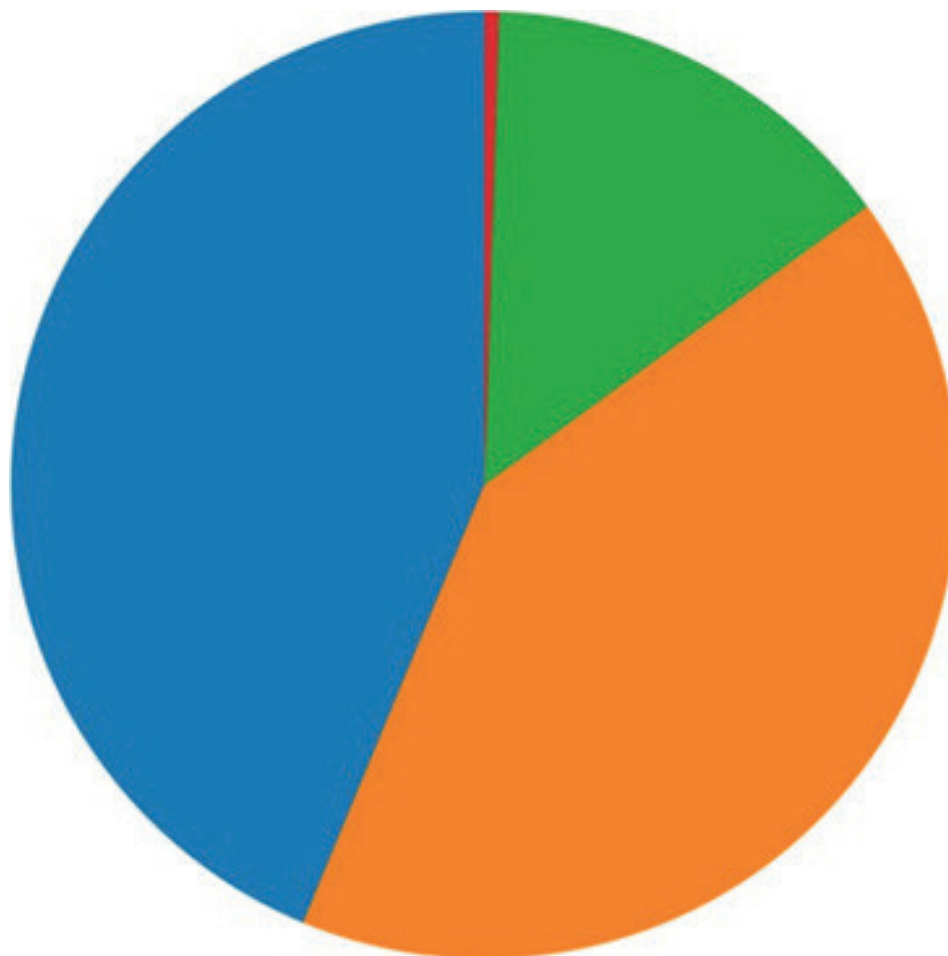


14. Coleta de lixo:



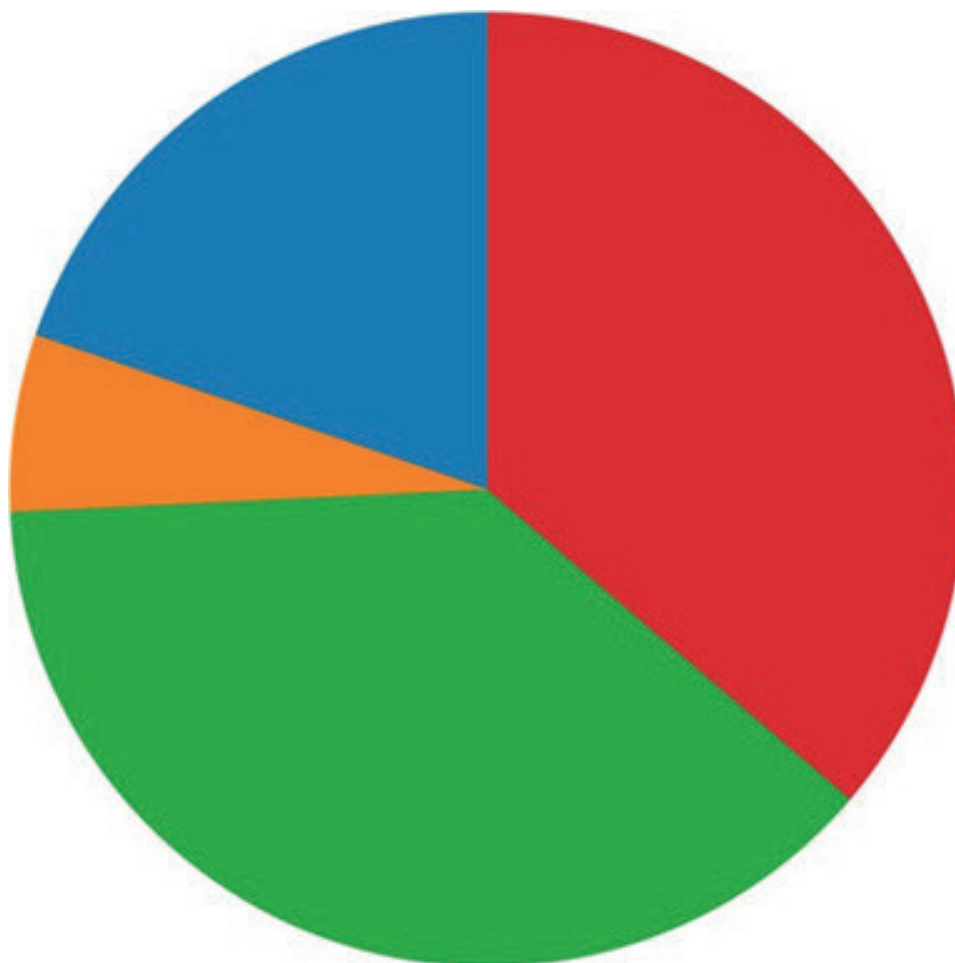


15. Abastecimento de água:





16. Serviço de esgoto:



■ Bom - 79 (19.8%)
■ Não tem - 24 (6.0%)
■ Regular - 152 (38.0%)
■ Ruim - 145 (36.2%)



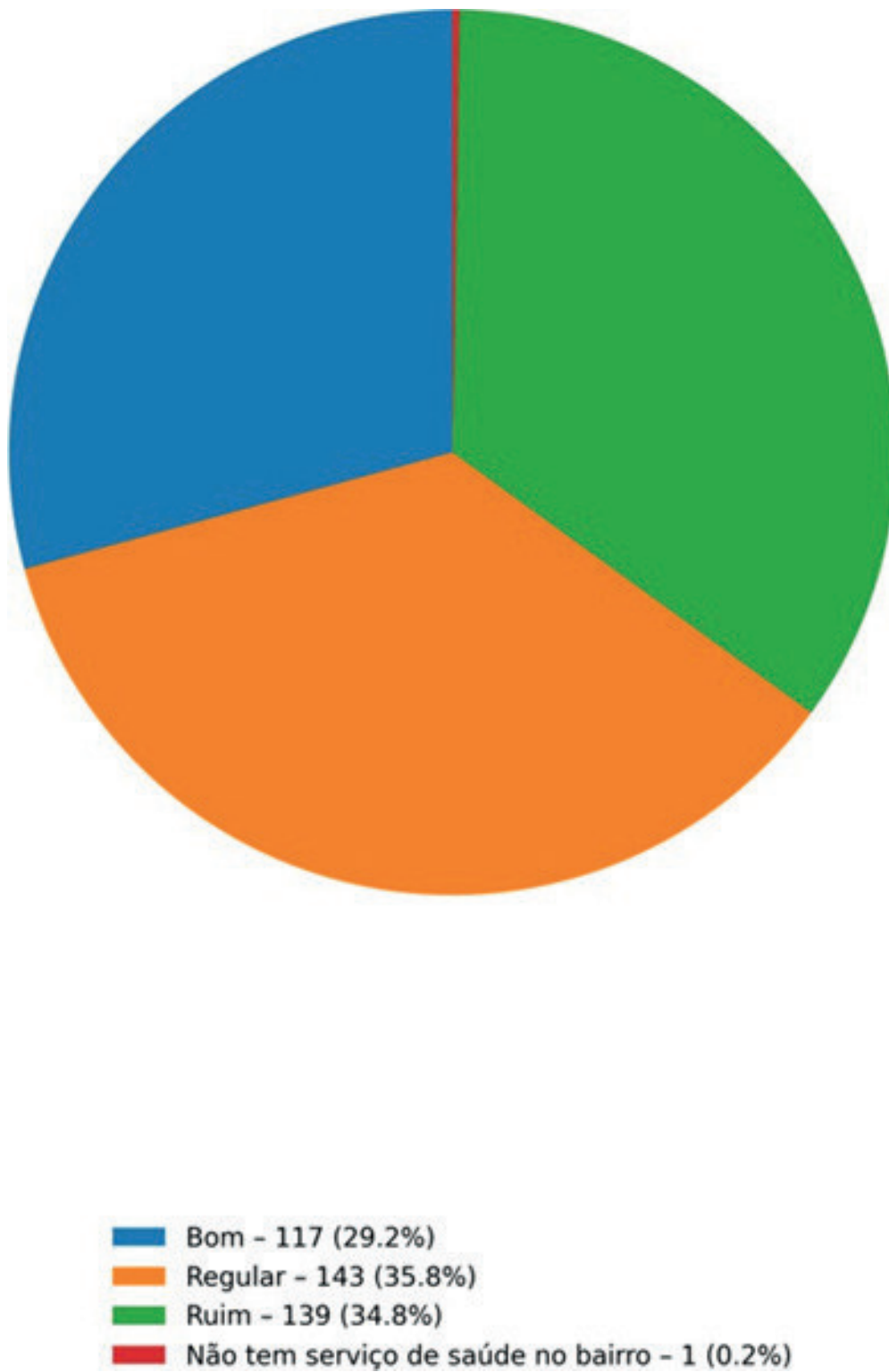
17. Asfalto e calçamento da rua:



■ Bom - 101 (25.2%)
■ Regular - 159 (39.8%)
■ Ruim - 102 (25.5%)
■ Não tem asfalto e calçamento da rua - 38 (9.5%)

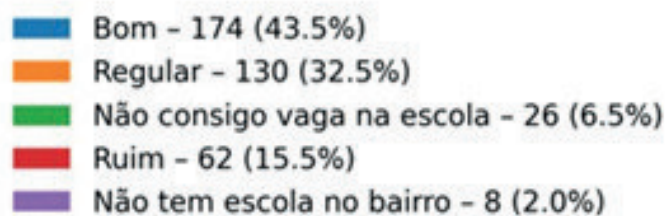
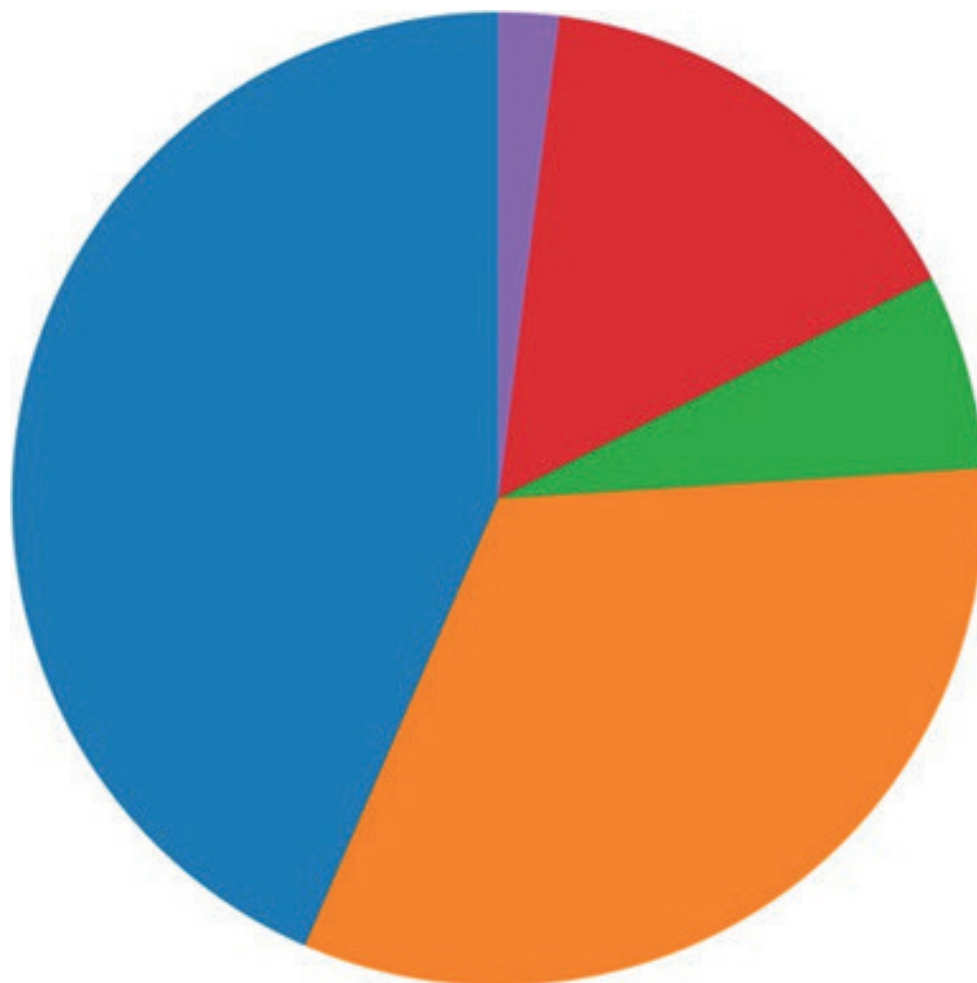


18. Serviços de saúde:



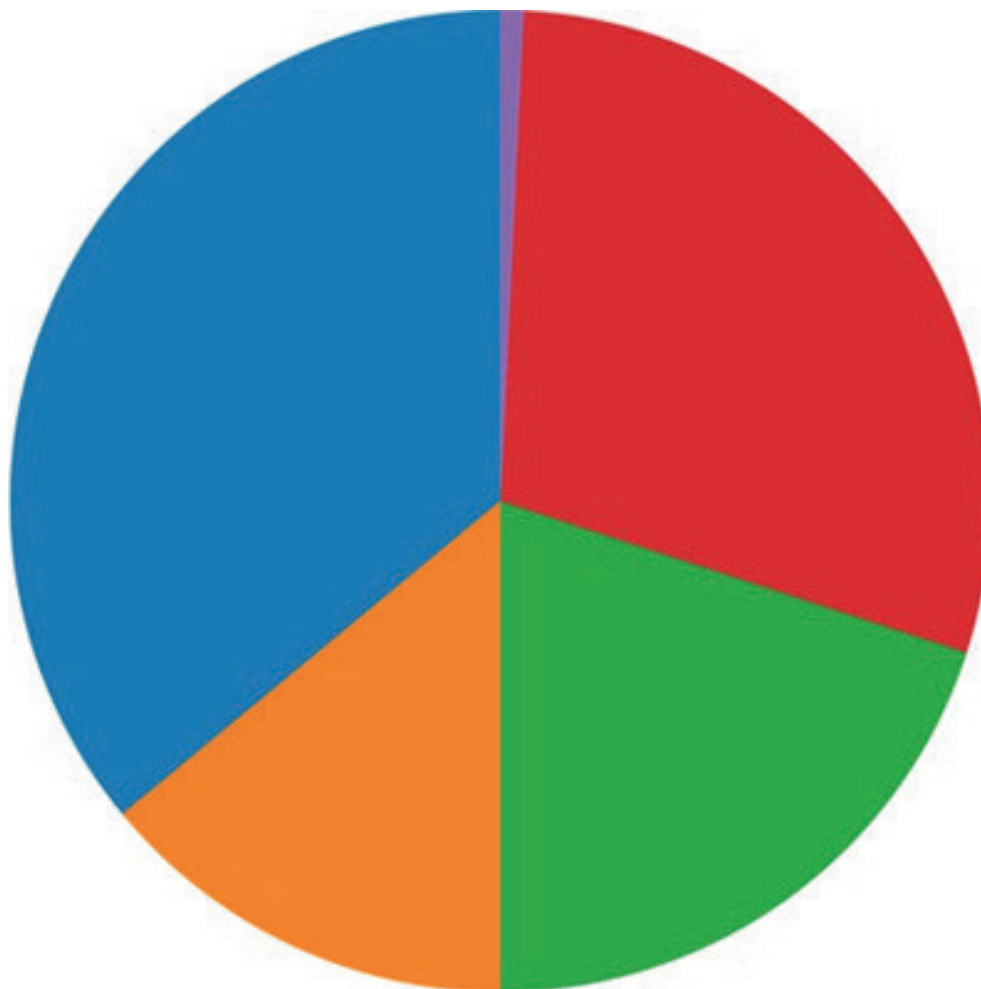


19. Escolas:





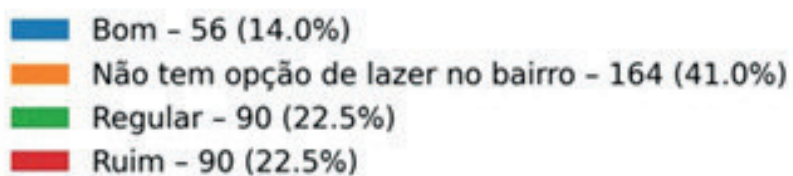
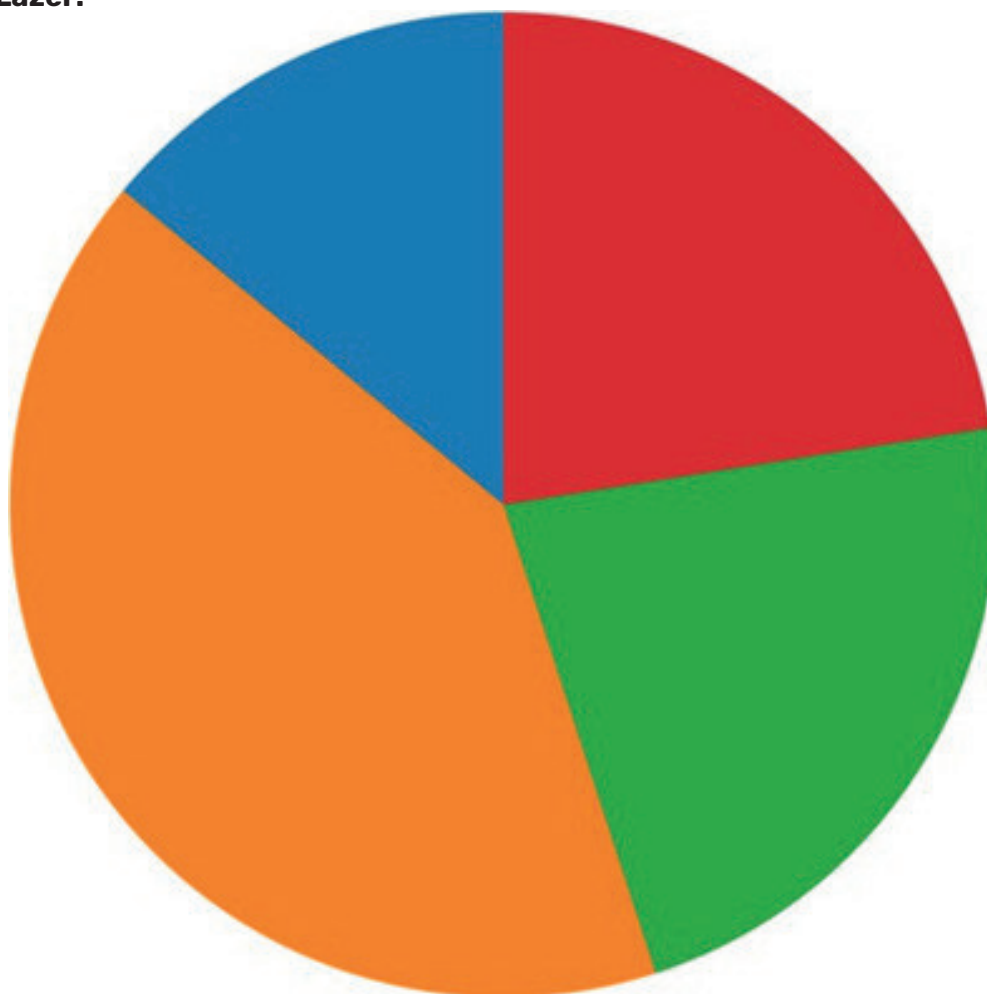
20. Creches:



- Bom - 144 (36.0%)
- Ruim - 56 (14.0%)
- Não consigo vaga na creche - 80 (20.0%)
- Regular - 117 (29.2%)
- Não tem creche no bairro - 3 (0.8%)

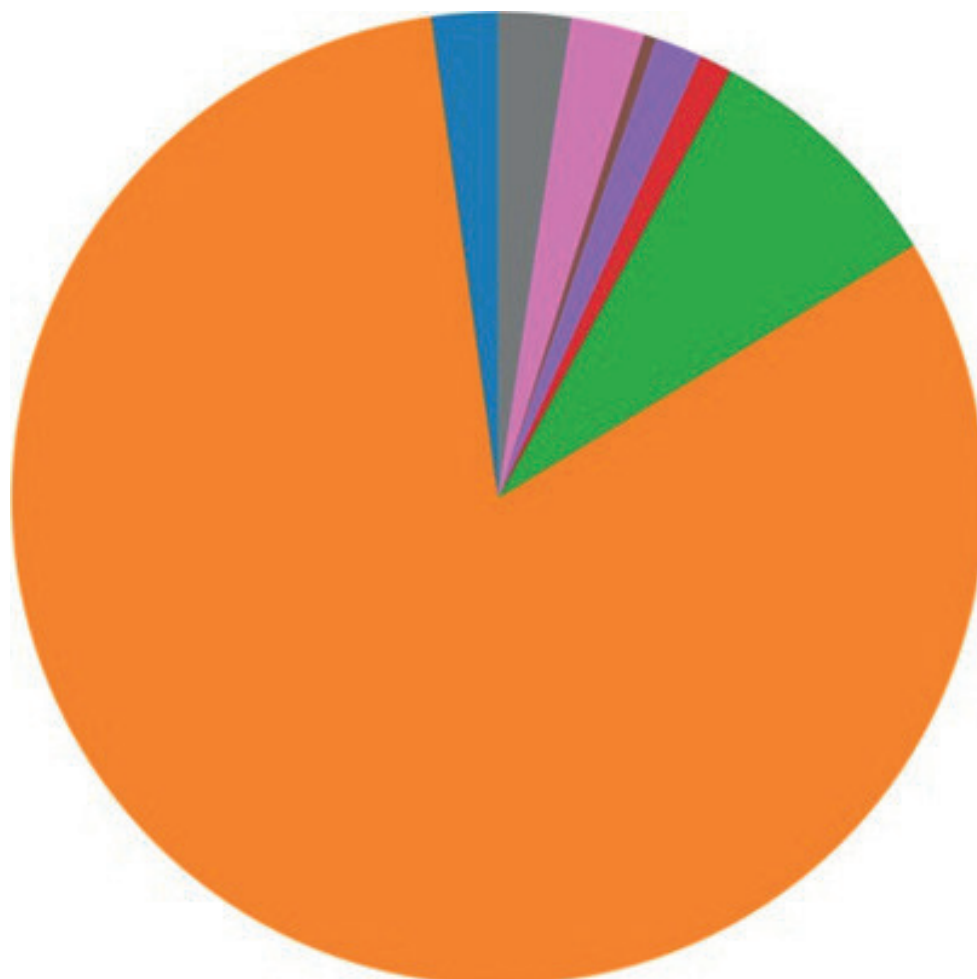


21. Lazer:





22. Qual é o principal meio de transporte que você utiliza para chegar ao trabalho/estudo?



- Automóvel / Motocicleta - 10 (2.2%)
- Ônibus - 370 (81.5%)
- Metrô - 38 (8.4%)
- Não utiliza transporte - 5 (1.1%)
- Transporte por aplicativo - 7 (1.5%)
- Trem - 2 (0.4%)
- Van - 11 (2.4%)
- A pé - 11 (2.4%)



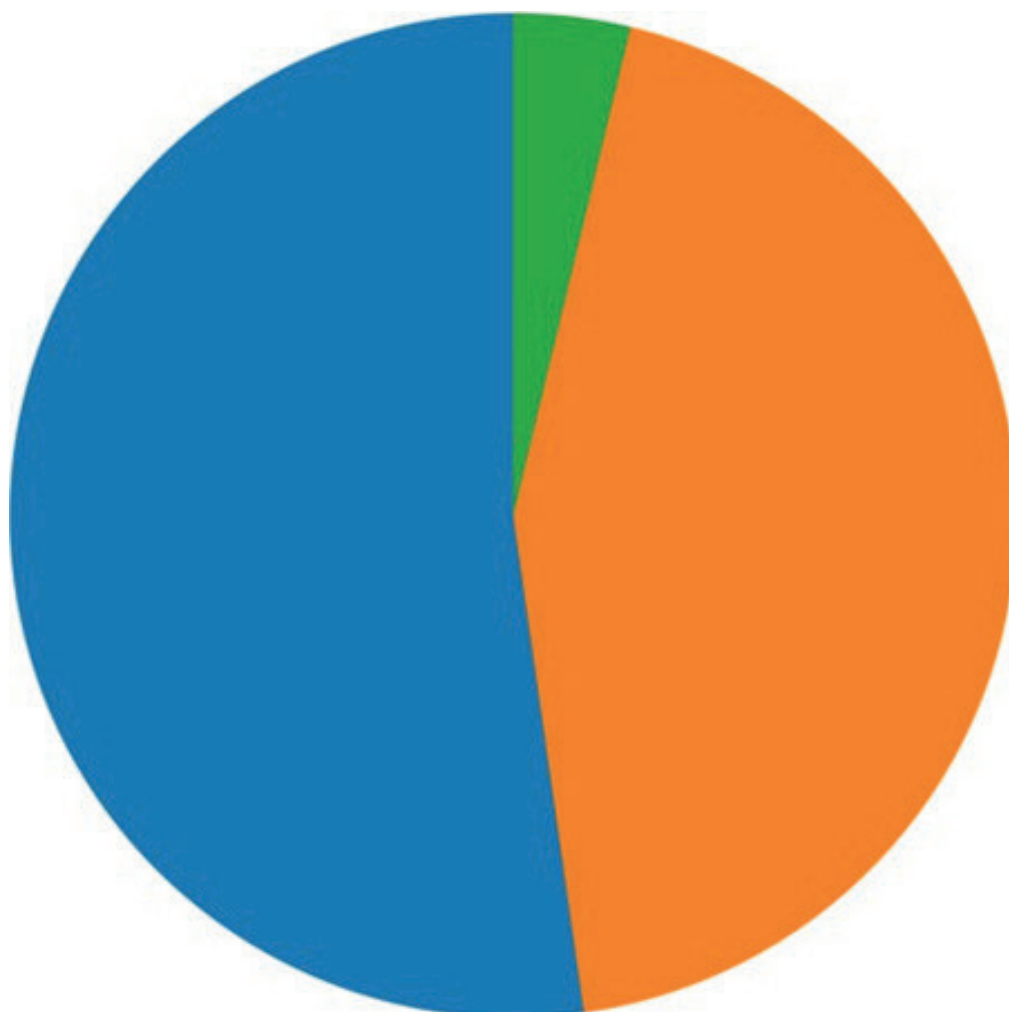
23. Quantas horas do dia você leva no deslocamento de casa para o trabalho ou estudo?



Menos de 30 minutos	78 (19.5%)
De 30 minutos a 1 hora	113 (28.2%)
De 1 hora a 2 horas	185 (46.2%)
De 2 horas a 3 horas	24 (6.0%)



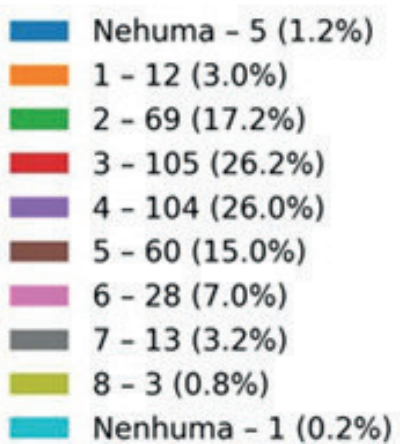
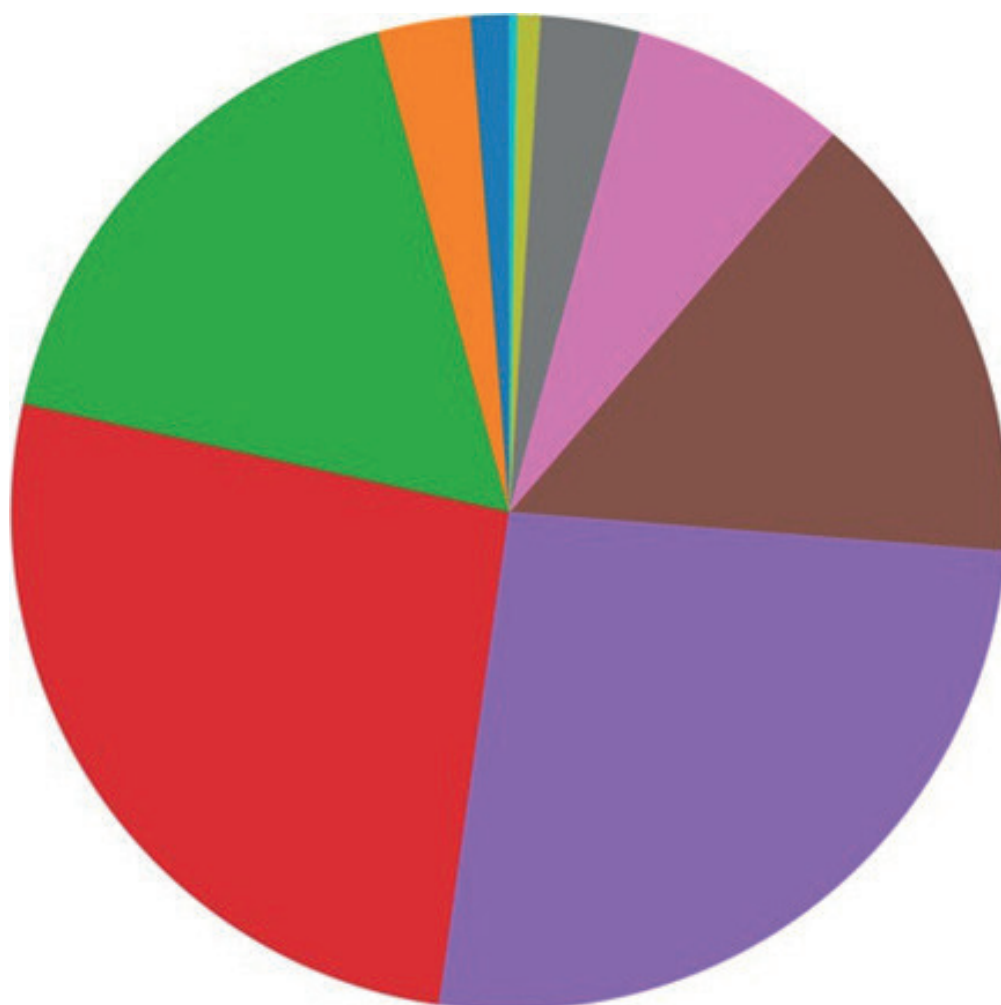
24. Como você avalia o serviço de transportes disponível no seu bairro?



■ Bom - 209 (52.2%)
■ Regular - 176 (44.0%)
■ Ruim - 15 (3.8%)

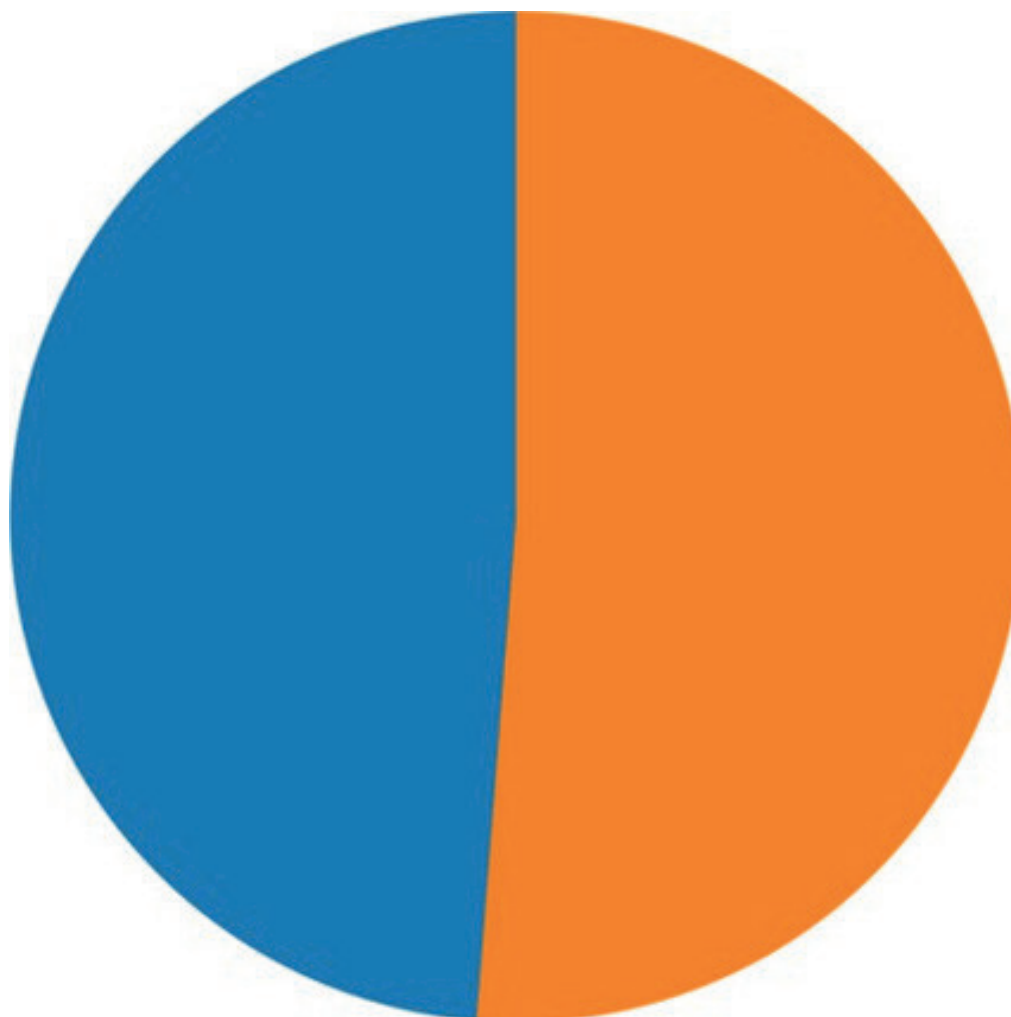


25. Contando você, quantas pessoas moram na sua casa:





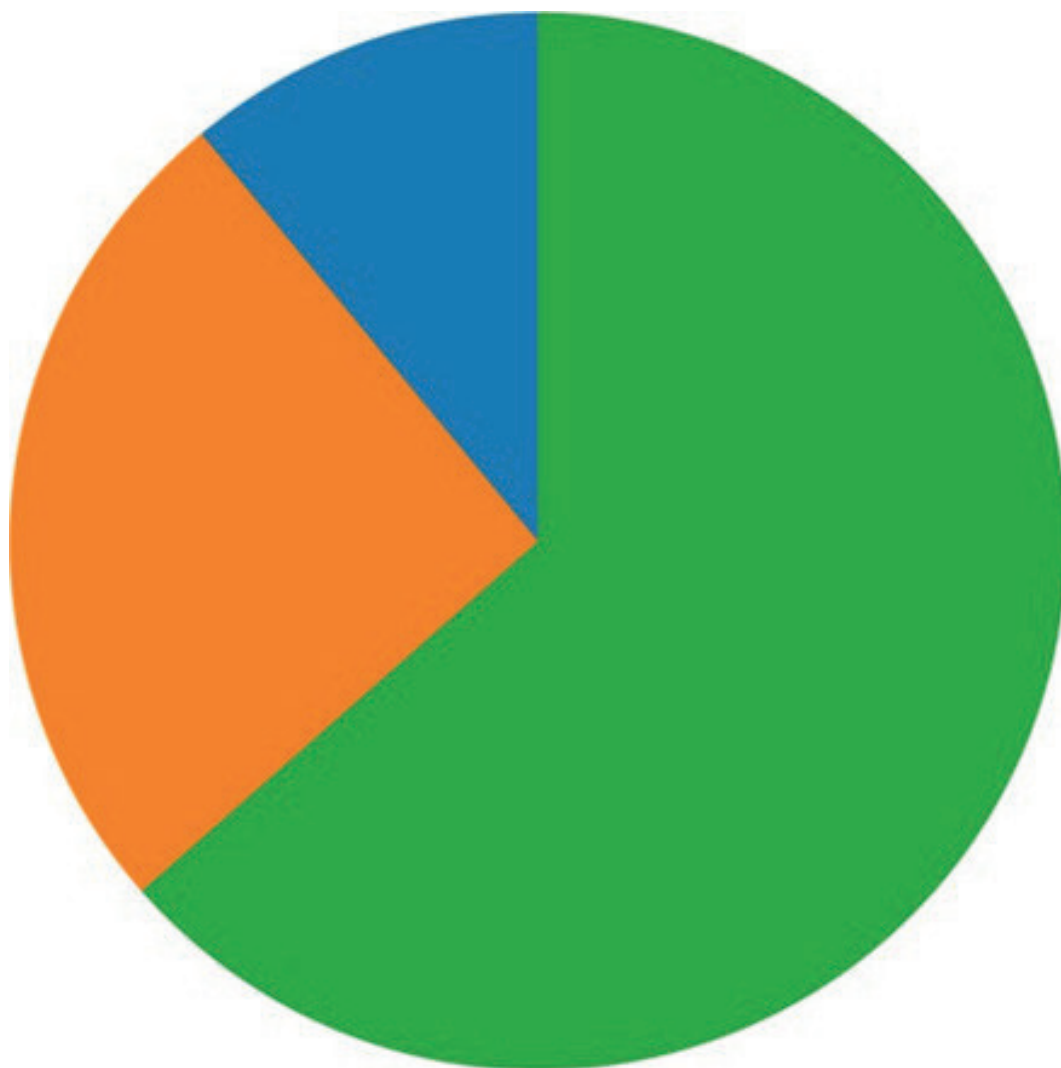
26. Você ou alguém da sua família recebe algum benefício social, como Bolsa Família, Auxílio-Gás, Tarifa Social de Energia Elétrica, etc?



■ Não - 195 (48.8%)
■ Sim - 205 (51.2%)



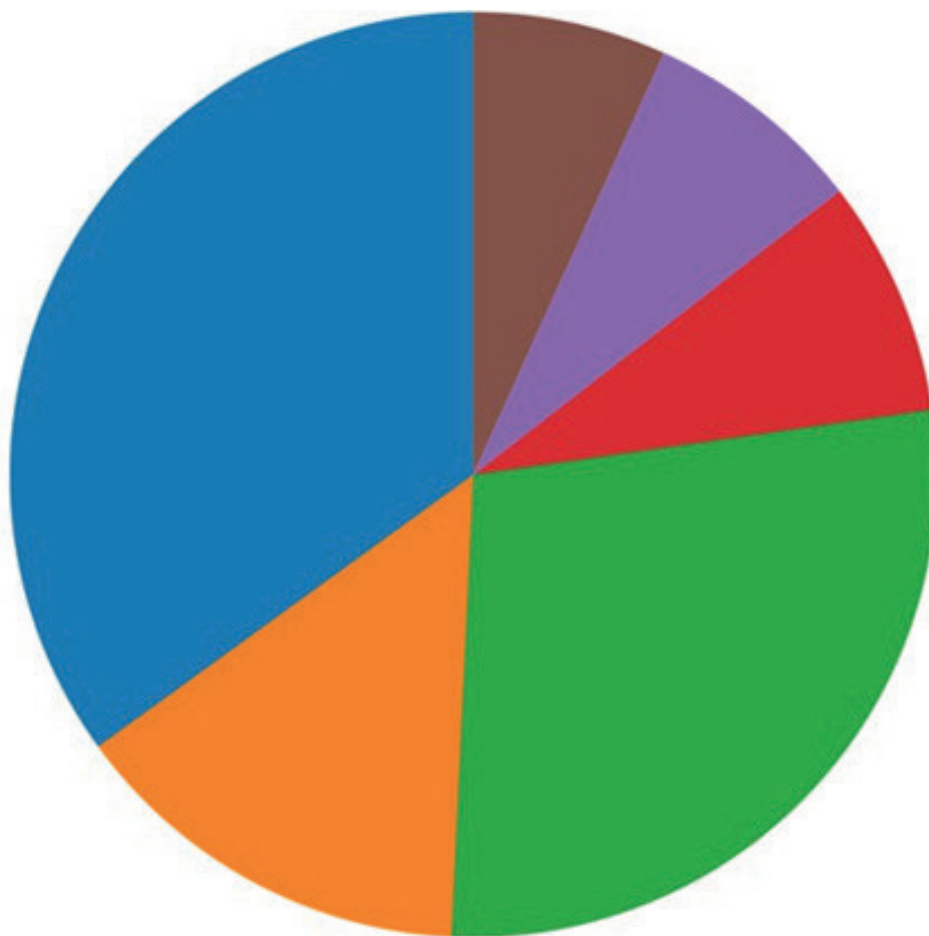
27. Você ou alguém da sua família participa de algum projeto social onde vocês moram?



■ Nao	- 44 (11.0%)
■ Sim	- 102 (25.5%)
■ Não	- 254 (63.5%)



28. Atualmente, você:



- Está empregado com carteira de trabalho assinada. - 140 (35.0%)
- Trabalha por conta própria mas não está pagando o seu inss. - 57 (14.2%)
- Está desempregado mas faz uns "bicos" para ter alguma renda. - 112 (28.0%)
- Trabalha por conta própria e paga o seu inss. - 33 (8.2%)
- Está desempregado e sem qualquer ocupação fixa por conta própria. - 31 (7.8%)
- Está estudando ou fazendo algum tipo de curso profissionalizante. - 27 (6.8%)



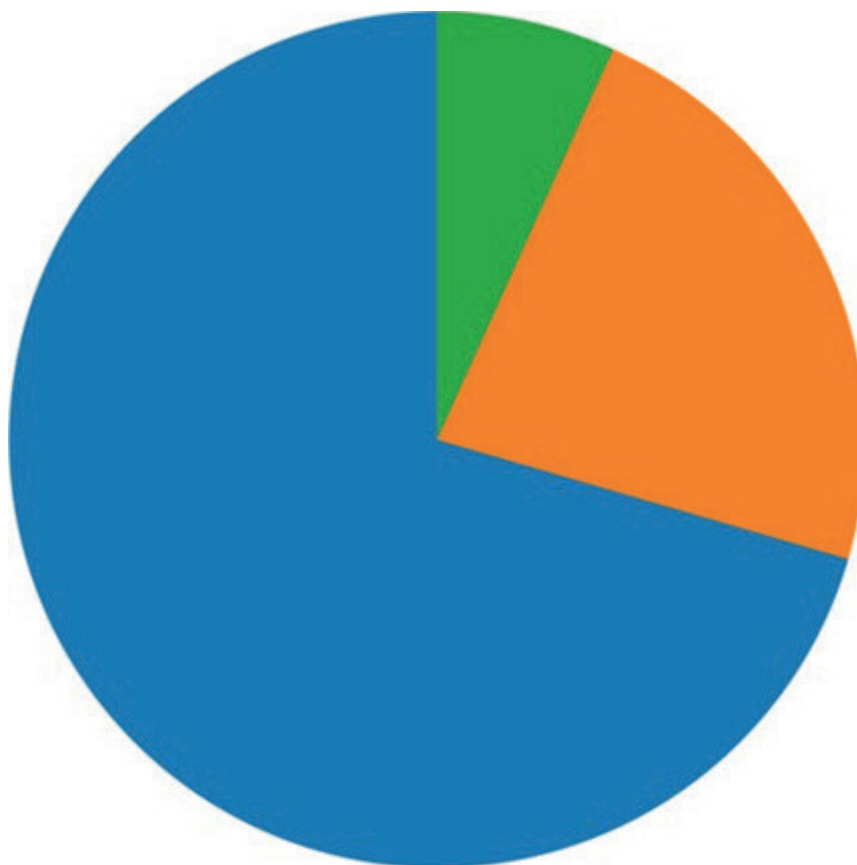
29. Nos últimos três meses, você ou algum dos moradores da sua casa tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida?



■ Não - 226 (56.5%)
■ Sim - 146 (36.5%)
■ Não sabe ou não respondeu - 28 (7.0%)



30. Nos últimos três meses, você ou algum dos moradores da sua casa precisou passar a comer menos ou não fazer ("pular") alguma refeição?



■ Não - 282 (70.5%)
■ Sim - 91 (22.8%)
■ Não sabe ou não respondeu - 27 (6.8%)



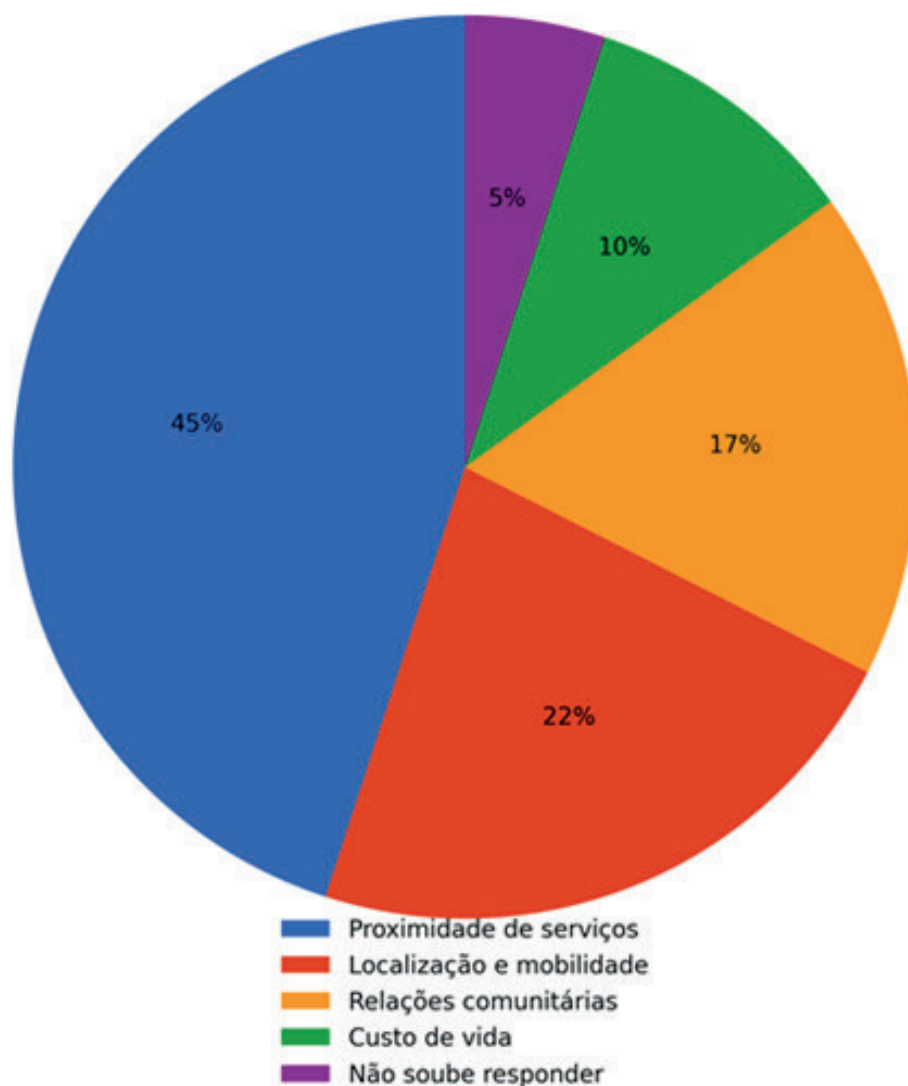
31. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores da sua casa tivessem dinheiro para comprar mais comida?



■ Não - 263 (65.8%)
■ Sim - 109 (27.3%)
■ Não sabe ou não respondeu - 28 (7.0%)



32. Do que você mais gosta neste bairro?

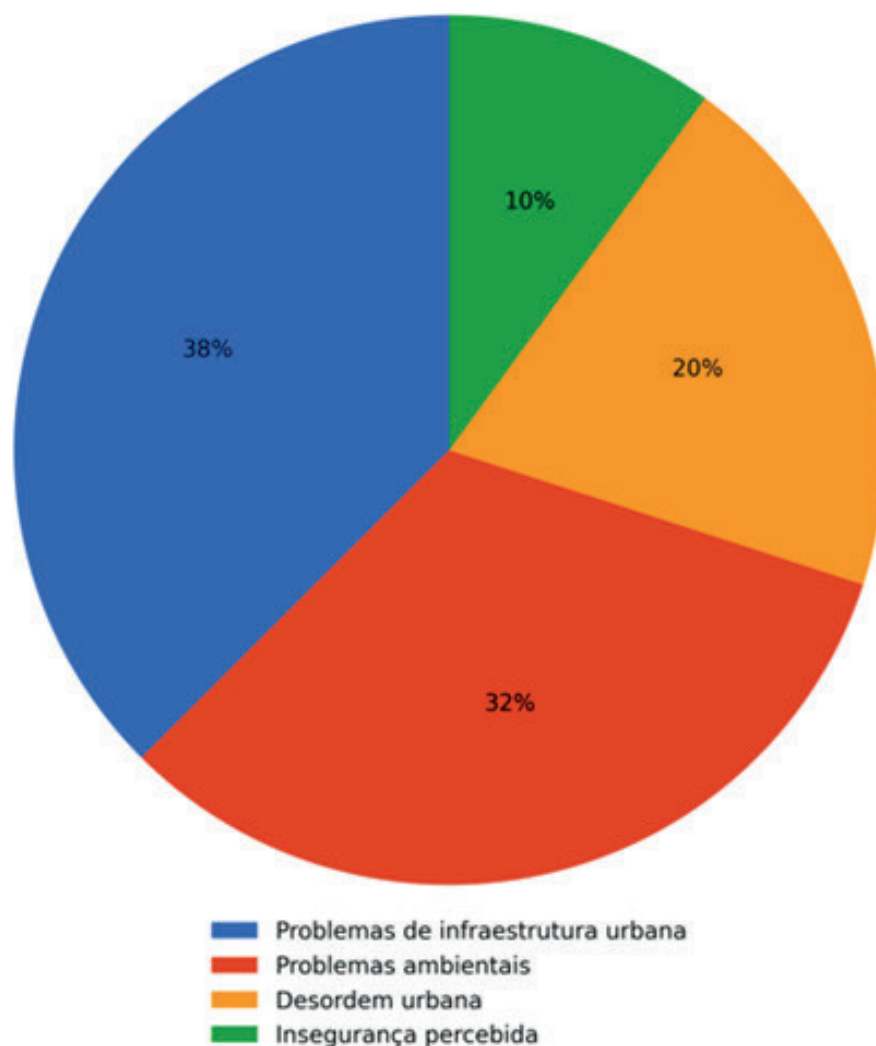


Aspectos positivos do bairro

De forma geral, os respondentes destacaram como principais aspectos positivos do bairro a **proximidade de serviços, comércio e equipamentos essenciais**, bem como a **localização estratégica e facilidade de deslocamento** para outras regiões. Também foram mencionadas, em menor proporção, **relações comunitárias e convivência entre moradores**, além de fatores relacionados ao **custo de vida e moradia**. Parte dos participantes declarou não identificar aspectos positivos relevantes.



33. Do que você menos gosta neste bairro?

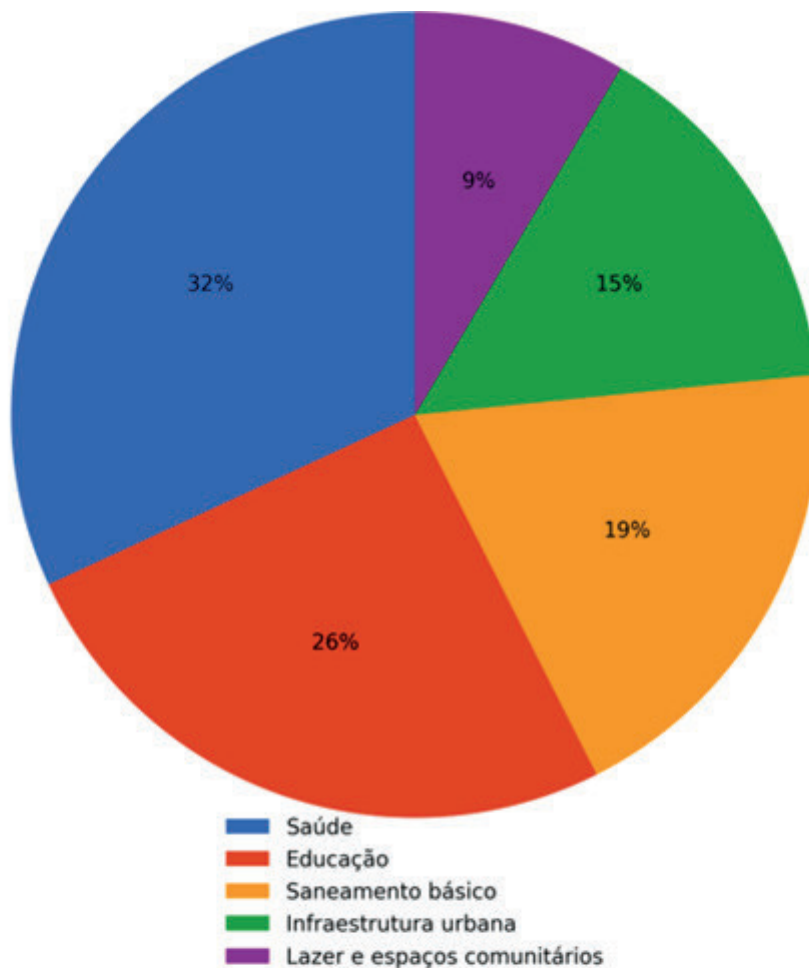


Aspectos negativos percebidos

Quanto aos aspectos negativos, prevaleceram relatos relacionados a **deficiências de infraestrutura urbana**, como condições das vias, iluminação e organização do espaço público. Também foram recorrentes menções a **problemas ambientais**, especialmente relacionados a lixo, esgoto e alagamentos. Outro ponto destacado foi a **desordem urbana**, incluindo barulho excessivo e falta de organização, além da percepção de **insegurança no cotidiano**, tratada de forma genérica e institucional, sem detalhamento de causas específicas.



34. Com relação a melhorias para a qualidade de vida no seu bairro, diga três ações ou serviços que você considere essenciais?



Serviços considerados prioritários para melhoria da qualidade de vida

No que se refere às ações e serviços considerados essenciais para a melhoria da qualidade de vida no bairro, os participantes apontaram prioritariamente a **ampliação e melhoria dos serviços de saúde**, seguida pelo fortalecimento da **educação**. Também foram frequentemente citadas demandas por **saneamento básico**, **infraestrutura urbana** e **serviços públicos de manutenção**, bem como a necessidade de **espaços de lazer e convivência comunitária**, especialmente voltados para crianças e jovens.

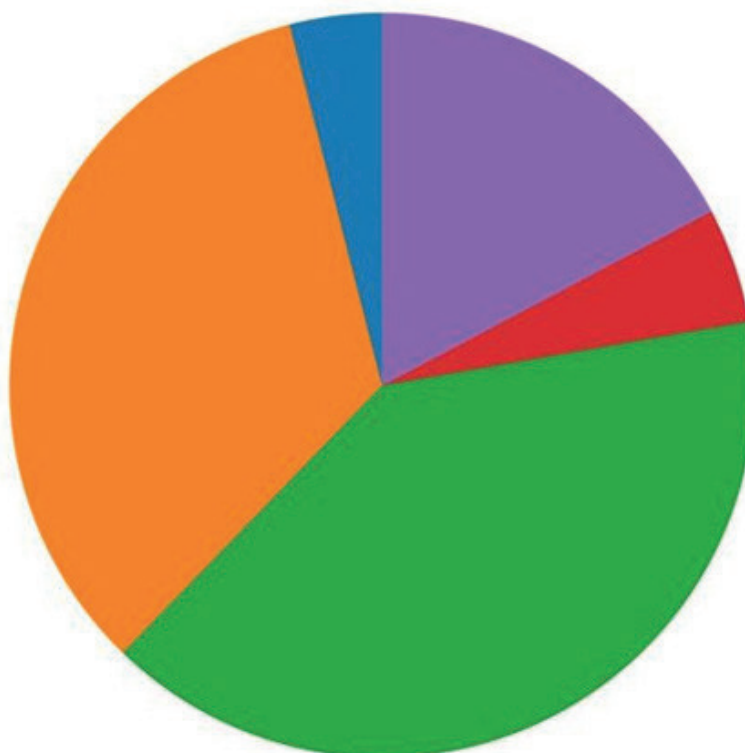


35. Com relação a melhorias para a qualidade de vida no seu bairro, diga três ações ou serviços que você considere essenciais?

A maioria dos respondentes não apresentou comentários adicionais. Entre os que se manifestaram, os registros concentram-se em observações gerais sobre condições de vida, dificuldades enfrentadas no cotidiano e expectativas por melhorias nos serviços públicos, sem a identificação de situações individuais ou referências específicas que pudessem comprometer a segurança ou a privacidade dos moradores.



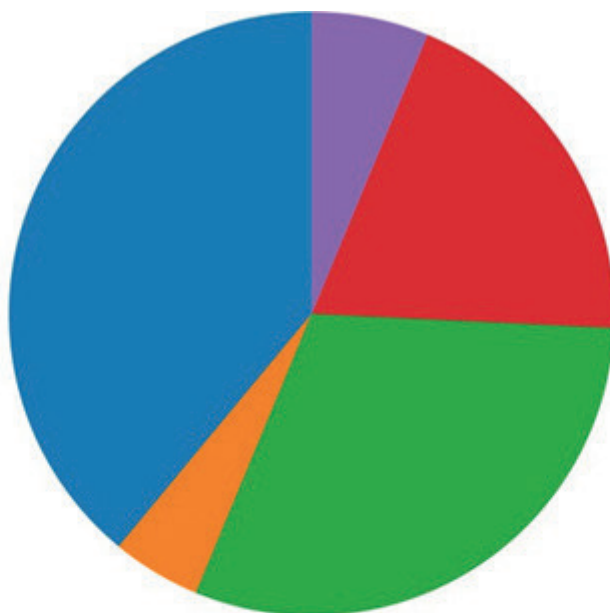
36. O que você sabe a respeito do Plano de Reocupação Territorial do Governo do Estado do Rio de Janeiro?



Tomou conhecimento	- 16 (4.0%)
Está mais ou menos informado	- 135 (33.8%)
Não tomou conhecimento	- 160 (40.0%)
Está bem informado	- 20 (5.0%)
Está mal informado	- 69 (17.2%)



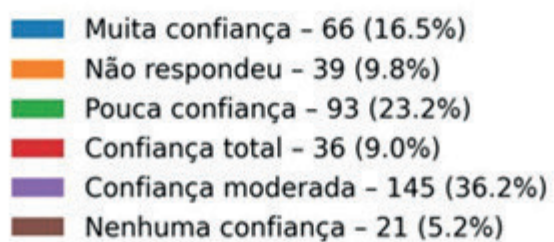
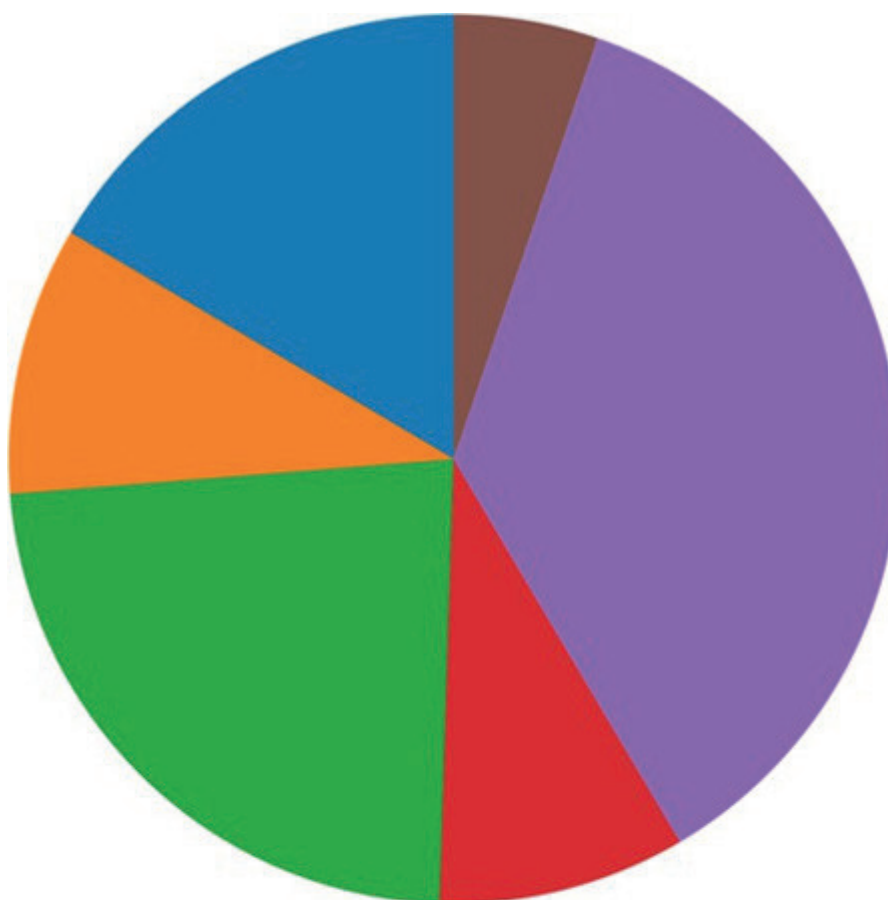
37. Qual a sua expectativa com o Plano de Reocupação Territorial?



■	Acredito que dê resultados na transformação da qualidade de vida dos moradores. - 156 (39.0%)
■	Não acredito absolutamente que dê resultados na transformação da qualidade de vida dos moradores. - 19 (4.8%)
■	Não acredito e nem desacredito que dê resultados na transformação da qualidade de vida dos moradores. - 122 (30.5%)
■	Acredito muito que dê resultados na transformação da qualidade de vida dos moradores. - 78 (19.5%)
■	Não acredito que dê resultados na transformação da qualidade de vida dos moradores. - 25 (6.2%)

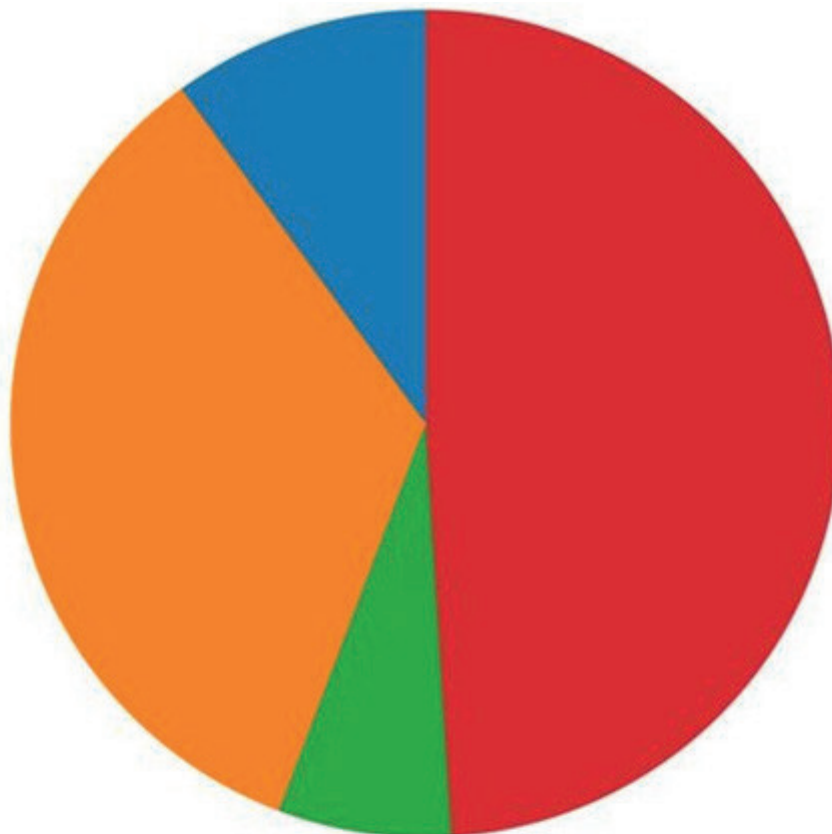


38. Com relação ao trabalho das Polícias você tem:





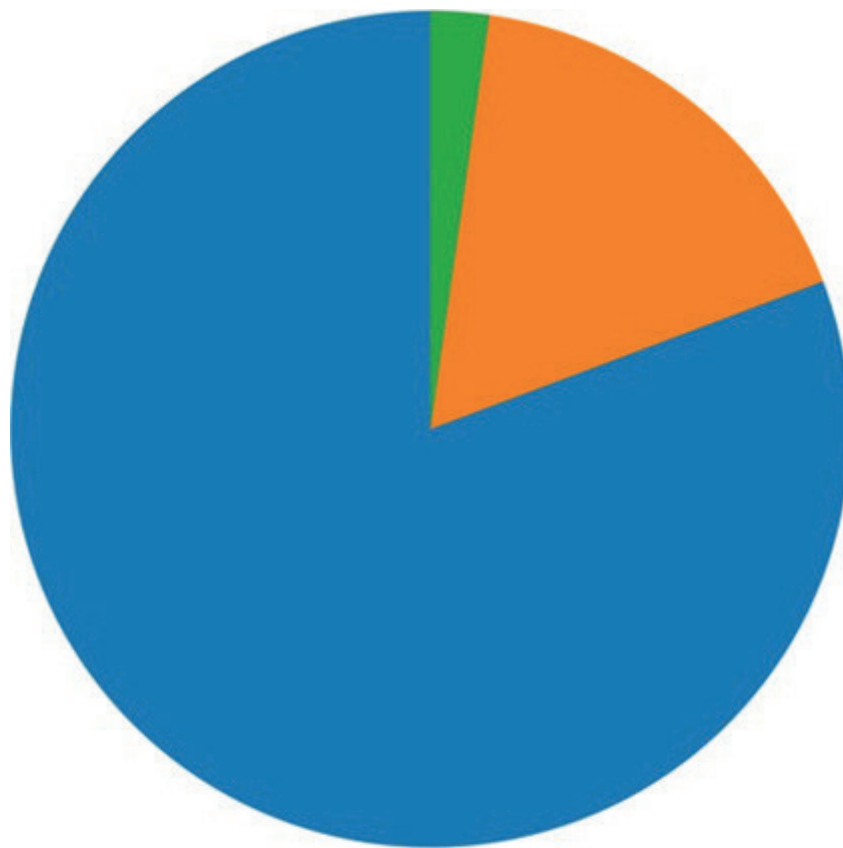
39. Em relação à maneira que os policiais atuam na sua localidade com respeito aos direitos dos cidadãos, você acha que eles:



- Nunca agem de forma respeitosa - 40 (10.0%)
- Poucas vezes agem de forma respeitosa - 137 (34.2%)
- Sempre agem de forma respeitosa - 27 (6.8%)
- Muitas vezes agem de forma respeitosa - 196 (49.0%)



40. No local em que você mora tem associação de moradores?



■ Sim - 323 (80.8%)
■ Não sei - 68 (17.0%)
■ Não - 9 (2.2%)



41. No local em que você mora, há alguma pessoa que escuta os problemas da comunidade, problemas entre vizinhos ou necessidades dos moradores locais, e ajudar a resolver? Qual o nome ou apelido dessa pessoa?

